

MARIA GABRIELA COSTA DIAS ANDRIOTTI

**ATRIBUIR E CORRIGIR: SIGNIFICADOS DAS VIOLÊNCIAS NA
CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO DE
JOVENS DE PORTO ALEGRE**

Porto Alegre, agosto de 2017.

MARIA GABRIELA COSTA DIAS ANDRIOTTI

**ATRIBUIR E CORRIGIR: SIGNIFICADOS DAS VIOLÊNCIAS NA
CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO DE
JOVENS DE PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Professor Orientador: Dr. Alex Niche Teixeira

Porto Alegre, agosto de 2017.

CIP - Catalogação na Publicação

Andriotti, Maria Gabriela Costa Dias
ATRIBUIR E CORRIGIR: SIGNIFICADOS DAS VIOLÊNCIAS NA
CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO DE
JOVENS DE PORTO ALEGRE / Maria Gabriela Costa Dias
Andriotti. -- 2017.
114 f.
Orientador: Alex Niche Teixeira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. violência. 2. juventude. 3. identidades sexuais
e de gênero. I. Teixeira, Alex Niche, orient. II.
Titulo.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**ATRIBUIR E CORRIGIR: SIGNIFICADOS DAS VIOLÊNCIAS NA
CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO DE
JOVENS DE PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Professor Orientador: Dr. Alex Niche Teixeira

Aprovada em: Porto Alegre, 31 de agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Melissa de Mattos Pimenta
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Rosimeri Aquino da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Fernando Seffner
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

O percurso desse mestrado, suas vivências e aprendizados não teriam sido possíveis sem a participação de muitas pessoas. Assim, primeiro, agradeço à minha família, em especial à minha mãe Vera Maria e aos meus irmãos Antonio e Dyrceu, pelo amor, apoio e cuidado de sempre.

Gostaria de agradecer pelas contribuições e pelo apoio do professor Alex, que orientou esta dissertação de mestrado. Também agradeço às colegas e aos colegas do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania, com quem aprendo muito desde a graduação. Em especial à professora Melissa, pelas contribuições como membro da banca de qualificação, dos relatos de campo e ao longo da trajetória do mestrado.

Às coordenadoras, orientadoras e professoras que auxiliaram e possibilitaram a realização dos grupos focais nas escolas. Aos jovens e às jovens que se dispuseram a participar e compartilhar seus relatos e percepções. Às colegas e amigas Ana Júlia, Mari e Dieni, pelo apoio na realização dos grupos.

Agradeço também à estrutura proporcionada pelo PPGS e à Regiane, pela disponibilidade e solicitude cotidianas junto aos alunos. Aos colegas e amigos, especialmente à Ana Júlia, Lici, Cris, Roney, Guille, Maíra, Zé e Simmel, com quem dividi momentos muito felizes e desafiadores neste mestrado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Grupos Focais	26
--------------------------------	----

RESUMO

Este trabalho trata das violências relacionadas às identidades sexuais e de gênero na juventude. Buscou-se responder à questão: Como os jovens significam as violências relacionadas à construção das suas identidades sexuais e de gênero? Para a coleta de dados, como recurso metodológico, foram realizados nove grupos focais com 76 jovens de 16 a 22 anos em cinco Escolas Estaduais de Ensino Médio de Porto Alegre. O objetivo geral foi compreender quais são as principais formas de significar essas violências nas falas dos jovens participantes. Mais especificamente, buscou-se identificar as expectativas sociais sentidas pelas e pelos jovens em relação às suas identidades sexuais e de gênero, bem como quais conflitos se colocavam frente a essas expectativas. Também buscou-se apontar quais reações ao não cumprimento dessas expectativas são vistos como violências por eles e compreender quais significados vinculam às violências. Obteve-se como resultado duas tipologias de significados dados. A primeira diz respeito às violências que visam a atribuir identidades ou significados às identidades com as quais esses jovens não se identificam. Este tipo está relacionado à produção de identidades pela rotulagem e diferenciação. A segunda diz respeito às violências significadas como buscando corrigir identidades desviantes. Este tipo está vinculado à perspectiva da juventude enquanto período de ensaio e erro, passível de correção.

Palavras-chave: violência; juventude; identidades sexuais e de gênero.

ABSTRACT

This thesis analyses violence related to sexual and gender identities during youth. The question aimed to be answered was: How do young men and women signify violences related to the construction of their sexual and gender identities? To collect related information, as a resource nine focal groups with 76 young men and women at the age of 16 to 22 years old were analyzed, in five public School institutions, in Porto Alegre. The general objective was to understand how these young participants signify the aforementioned violences, in their discourses. More specifically, it was aimed to identify social expectations felt by them about their gender and sexual identities, as well as which conflicts appeared in face of non-accomplishment of these expectations. Furthermore, it was sought to point out which reactions towards these conflicts were considered violent by these young people and to understand which meanings were linked to them. The results pointed out two ways of signifying. The first one comes from understanding violence as a way to assign identities or meanings to those identities the participants are unable to recognize themselves with. The second meaning is related to the understanding of violence as a way to correct or cure deviant identities.

Keywords: violence; youth; sexual and gender identities.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Contextualização e problemática	12
2. METODOLOGIA	18
2.1 A pesquisa sociológica enquanto uma construção mediada, coletiva e histórica de conhecimento.....	18
2.2 A técnica de grupos focais na pesquisa qualitativa	22
2.3 Processo de coleta dos dados: realização dos grupos focais nas escolas.	24
3. PODER, SEXUALIDADES E GÊNEROS.....	29
3.1 O conceito de poder em Foucault	30
3.2 Sexualidades	32
3.3 Gêneros.....	35
3.4 A questão das identidades sexuais e de gênero.....	42
4. JUVENTUDES E VIOLÊNCIAS.....	51
4.1 Pensando juventudes como <i>vitrides dos conflitos sociais</i>	51
4.2 Pensando violências no plural	56
5. CAMISAS QUE COLAM PARA ATRIBUIR, PALAVRAS QUE DOEM PARA CORRIGIR: ANÁLISE DOS DADOS COLHIDOS EM CAMPO	61
5.1 As expectativas e resistências: expressões da tensão na construção das identidades.....	61
5.2 A dimensão do conflito: “com 15 anos, tu já viu um monte de coisa e pode tirar da tua cabeça se é errado ou certo”.....	70
5.3 Compreensão de violências: “uma palavra dói mais que um tapa”.	74
5.4 Violências significadas como atribuição de identidades: “se tu sai um pouquinho da linha, tu já é veado, tu já é isso, tu já é aquilo”.....	78

5.5	Violências significadas como correção de identidades: “agredir uma pessoa para ela voltar a ser o que ela não é”.....	97
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
7.	REFERÊNCIAS.....	108

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata de violências vividas na juventude e relacionadas à construção das identidades sexuais e de gênero dos jovens. Através da realização de grupos focais com jovens de escolas públicas de Porto Alegre, buscamos responder à seguinte pergunta: Como os jovens significam as violências relacionadas às suas identidades sexuais e de gênero?

Tivemos como objetivo geral compreender quais são as principais formas de significar essas violências nas falas dos jovens participantes. Para isso, mais especificamente, buscamos identificar as expectativas sociais sentidas pelas e pelos jovens em relação às suas identidades sexuais e de gênero, bem como quais conflitos se colocavam frente a essas expectativas. Além disso, apontar quais reações ao não cumprimento dessas expectativas eram vistas como violências por eles e compreender quais significados vinculam às violências.

Para atingir os objetivos buscados, optou-se pela técnica qualitativa de grupos focais, a fim de possibilitar discussões com maior profundidade, onde as e os jovens pudessem expor os sentidos, relatos e contradições relativos às dinâmicas violentas vivenciadas. Assim, foram realizados nove grupos focais com 76 jovens de 16 a 22 anos em cinco escolas públicas da capital gaúcha.

1.1 Contextualização e problemática

Essa pesquisa se insere em um contexto paradoxal, onde avanços, retrocessos e desafios podem ser percebidos a respeito das violências relacionadas a identidades sexuais e de gênero. As lutas e demandas por igualdade e direitos protagonizadas pelas mulheres e pelos movimentos LGBTTIs têm conquistado visibilidade e espaço; e avanços¹ (como o casamento civil entre homossexuais, o oferecimento do processo de redesignação sexual pelo Sistema Único de Saúde – SUS -, criação da Lei Maria da Penha e de outras políticas de combate à violência)

¹ Alguns avanços alcançados em 2016 e nos últimos anos podem ser conferidos nas reportagens disponíveis nos links: http://www.huffpostbrasil.com/2016/12/25/6-avancos-do-movimento-lgbt-brasileiro-que-marcam-2016_a_21697538/ (acesso em 21/08/2017) e <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBT-brasileiro> (acesso em 21/08/2017).

podem, de fato, ser vistos. Entretanto, também vemos crescerem os números referentes a diversas formas de violência, como contra mulheres negras e população LGBTTI², por exemplo. Além das graves violências que chegam à notificação policial, muitas constituem uma cifra oculta de mortes e agressões diárias.

Essas contradições apontam para um cenário de acirramento das lutas políticas em torno das temáticas que envolvem gênero e sexualidade, como aponta Louro (2015), em relação à homofobia:

A maior visibilidade de gays e lésbicas, bem como a expressão pública dos movimentos sexuais, coloca, hoje, essas questões em bases novas: por um lado, em determinados círculos, são abandonadas as formas de desprezo e de rejeição e incorporados alguns traços de comportamento, estilo de vida, moda, roupas ou adornos característicos dos grupos homossexuais; por outro lado, essa mesma visibilidade tem acirrado as manifestações antigays e antilésbicas, estimulado a organização de grupos hipermasculinos (geralmente violentos) e provocado um revigoramento de campanhas conservadoras de toda ordem (LOURO, 2015, p. 29)

No Brasil, as políticas de enfrentamento a estes tipos de violência convivem com projetos como o da “cura gay” e com movimentos que vão contra a discussão de temas relativos a gênero, sexualidade, diversidade e igualdade, com a juventude, nas escolas. As propostas de incluir no Plano Nacional de Educação (PNE) conteúdos visando promover a igualdade de gênero e de orientação sexual foram fortemente atacadas por setores conservadores do Congresso, especialmente pela bancada evangélica³.

A disputa travada na Câmara e nas Assembleias acerca deste tema tem relação direta com a rede de violências de que tratamos aqui neste trabalho, já que

² Sobre o aumento de assassinatos de mulheres negras, ver o Mapa da Violência 2015, disponível no link: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf (acesso em 21/08/2017) e

https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/06/politica/1446816654_549295.html (acesso em 21/08/2017). Sobre o aumento da violência e assassinatos da população LGBT, ver: <https://homofobiamata.wordpress.com/> (acesso em 21/08/2017) e <http://www.em.com.br/app/noticia/especiais/dandara/2017/03/09/noticia-especial-dandara,852965/brasil-e-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais.shtml> (acesso em 21/08/2017).

³Mais informações sobre o tema disponível em <http://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/>

um trabalho de prevenção ainda não existe de forma sistemática em grande parte das escolas, ainda que a discriminação e as agressões sejam cotidianas.

Entre as juventudes, o ano de 2016, durante o qual realizamos os grupos focais, também foi de discussões importantes e acirramento de lutas. Jovens secundaristas de todo o Brasil protagonizaram uma das maiores lutas políticas dos últimos anos, ocupando centenas de escolas públicas (algumas das escolas em que realizamos o campo também fizeram parte das ocupações), contra políticas de cortes de verba e reformas no ensino público. Nessas ocupações, jovens mulheres e LGBTTs assumiram forte protagonismo, colocando suas pautas como parte dos debates, nas escolas. As ocupações também tomaram as Universidades e Institutos Federais de Ensino, no segundo semestre, contra projetos como a Reforma do Ensino Médio e a PEC 241⁴.

Além disso, entre 2015 e 2016, campanhas virtuais, como #meuamigosecreto e #primeiroassedio, somaram-se ao caldo político dado também pela repercussão de casos como o do estupro coletivo no Rio de Janeiro⁵, onde uma menina de 16 anos foi violentada por cerca de 30 homens e teve imagens suas divulgadas pelo Whatsapp. Esses acontecimentos colocaram em discussão diversos temas relacionados à violência, gênero e sexualidade no país, que estavam bastante acesos no período em que realizamos os grupos focais.

A condição paradoxal segue, já que essas lutas, campanhas e discussões convivem com dados bastante sérios sobre a violência contra estudantes LGBTs, por exemplo, como mostra a Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil⁶, relativa ao ano de 2015. Os dados apresentados mostram que 73% das e dos jovens LGBTs entrevistados sofreram agressões verbais LGBTfóbicas e 36% sofreram agressões físicas, no ambiente escolar, durante o ano letivo de 2015.

⁴ Ver nos links <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-12/reforma-do-ensino-medio-e-ocupacoes-em-escolas-marcam-2016-veja> (acesso em 21/08/2017)

⁵ Ver no link <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-conta-que-acordou-dopada-e-nua.html> (acesso em 21/08/2017)

⁶ Relatório da Pesquisa disponível no link: <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf> (acesso em 21/08/2017).

O Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil: Ano de 2012⁷, elaborado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, também traz dados preocupantes. Segundo esta publicação, que baseou-se essencialmente nas denúncias feitas ao Disque Direitos Humanos (Disque 100), no ano de 2012 foram registradas denúncias de 9.982 violações relacionadas à população LGBTTI. A proporção de vítimas jovens é bastante significativa: 61,16% do total. Este dado, no entanto, poderia ser interpretado de forma positiva, se pensarmos que há a possibilidade de que ele expresse não apenas que os jovens são os mais vitimizados, mas que também podem estar denunciando as violações sofridas mais do que as gerações anteriores.

Dentro desse universo de violações denunciadas, quase 60% dos suspeitos de autoria eram conhecidos das vítimas. Destes, grande parte (mais de 40%) eram parentes, amigos ou vizinhos das vítimas, o que atenta para a naturalização e caráter cotidiano destas violências.

Minayo (2011), em estudo focado nas violências em relações afetivo-sexuais entre jovens, aponta que ainda que existam diferenças sociais e de classe que influenciam as relações violentas de namoro na juventude, o fenômeno atravessa os diversos segmentos de forma entranhada. Também destaca como um dos seus efeitos mais negativos a preditiva da ocorrência de violência conjugal, ou seja, da continuidade das relações violentas no futuro. Nesse sentido, também compreendemos as violências para as quais vamos apontar o olhar, como atravessando diversos segmentos sociais, ainda que de formas diferentes.

Assim, neste trabalho, escolhemos estudar as violências não necessariamente enquadradas pelo código penal, ou notificadas em delegacias, mas as que muitas vezes passam despercebidas e que mesmo quando não são nomeadas como violências, são cotidianas na vida de jovens. Essas microviolências são muitas vezes silenciadas e naturalizadas no espaço público e privado, e sem

⁷ Disponível no link <http://www.rcdh.es.gov.br/sites/default/files/RELATORIO%20VIOLENCIA%20HOMOFOBICA%20ANO%202012.pdf>

dúvida tem relação direta com a morte, os abusos e violações cotidianas que vitimizam mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, intersexuais e outras populações expostas a estas agressões diariamente.

Assim, buscamos uma compreensão das violências por um viés como proposto por Diógenes (1998): procuramos pensa-las entrelaçadas à sociabilidade dos jovens. Aqui, aos processos pedagógicos e tecnologias que constroem suas identidades sexuais e de gênero. Ainda que cotidianas e naturalizadas, essas violências, como apontou nosso campo, trazem sérios danos e consequências, que são percebidos pelos jovens que as vivenciam ou presenciam.

Existem outros pontos essenciais para compreender essas violências, a partir de outras variáveis importantes e complexas. Uma mulher negra transexual de classe popular viverá a violência de forma muito diferente de um homem branco cis homossexual de classe média alta, por exemplo. Mas neste trabalho, procuramos compreender essas violências a partir do marcador geracional.

Isso porque, como veremos, ainda que pensemos o processo de construção da identidade sexual e de gênero como contínuo e instável, compreendemos que há uma pressão maior sobre este aspecto na juventude, vista como um período de assunção de diversas expectativas ligadas a modelos heteronormativos e machistas. Nas fissuras entre o comportamento esperado e o praticado, vemos potencial de transformações, mas também de violências. É importante salientar que não temos a pretensão de generalizar os resultados, homogeneizando a condição de juventude. Nos limitamos a compreender os sentidos dados pelos jovens que participaram dos grupos, esperando contribuir para outros trabalhos, que possam estender ou desdobrar esta compreensão.

Este trabalho procura, portanto, um olhar sociológico sobre o ponto de intersecção entre os temas juventudes, violências, gêneros, sexualidades e identidades. Muitos trabalhos sociológicos enfocam a violência e a juventude a partir de importantes estudos sobre encarceramento, tráfico de drogas e criminalidade, por exemplo. Assim como muitas pesquisas na área da saúde fornecem grandes contribuições sobre violências, gênero, sexualidades e juventudes. Propomos aqui um olhar sociológico nesse entrecruzamento que se faz necessário e que pode

ajudar a refletir sobre outros problemas sociais relacionados, como evasão escolar, suicídio na juventude, violência doméstica, entre outros.

Este foco se justifica pela sua importância para subsidiar políticas de prevenção e enfrentamento à violência, seja em escolas, na rua, ou no contexto intrafamiliar, tomando o jovem como sujeito ativo e produtor de significados compartilhados. Identificá-los e entendê-los a partir do seu ponto de vista pode auxiliar a compreender as dinâmicas violentas com maior profundidade, possibilitando pensar melhor sobre as alternativas para elas.

Esta dissertação se desenvolve em seis capítulos. Após essa introdução, o capítulo 2 será importante para compreendermos esta pesquisa como fruto de uma trajetória de escolhas: para isso, apresentaremos um breve posicionamento epistemológico e o caminho metodológico percorrido para a realização dos grupos focais. No terceiro capítulo desenvolveremos as perspectivas que nos auxiliaram na compreensão dos conceitos de poder, gênero e sexualidade. Em seguida, no capítulo 4, apresentaremos as contribuições teóricas que subsidiaram nossa reflexão sobre juventudes e violências. No quinto capítulo, desenvolveremos a análise dos dados encontrados no campo e por fim, apontaremos algumas considerações finais.

2. METODOLOGIA

Acreditamos ser importante, antes de passar aos procedimentos metodológicos utilizados, trazer uma breve reflexão epistemológica sobre o processo de pesquisa. Assim, iniciamos este capítulo procurando apresentar alguns pressupostos epistemológicos da corrente bachelardiana com os quais nos identificamos e que acreditamos serem importantes para a compreensão da forma como este trabalho se desenvolveu. Em seguida, apresentaremos as técnicas escolhidas para a coleta de dados e, por fim, explicaremos como se deu o próprio processo de produção e realização dos grupos focais, bem como o de organização e análise dos dados colhidos.

2.1 A pesquisa sociológica enquanto uma construção mediada, coletiva e histórica de conhecimento.

Contra-pondo-se aos polos que estavam colocados na teoria da ciência (realismo e idealismo), Bachelard propôs uma “história da ciência”, onde toma como postulado epistemológico o inacabamento fundamental do conhecimento (BACHELARD, 2004). Além disso, aponta a artificialidade colocada sobre a separação entre sujeito e objeto: esta, na ciência, é uma relação dialética, o sujeito encontra-se também influenciado pelo objeto ao observá-lo, relaciona-se com o mesmo. O autor salienta o caráter coletivo e histórico da produção do conhecimento, colocando como utópica a ideia de individualismo do saber (BACHELARD, 1990).

O conhecimento é, para Bachelard, sempre inacabado: na sua visão, o cientista não busca um real preexistente ao processo de conhecimento, mas sim, constrói o seu objeto durante esse ato. Além disso, a razão seria descontínua e inconstante, sendo levada pelas retificações e rupturas com erros passados ou saberes anteriores e, por isso, histórica (LIMA E MARINELLI, 2011). De acordo com o pensamento bachelardiano, o conhecimento científico se dá de forma dialética, numa constante ruptura com o passado, não de forma linear e acumulativa, mas dentro de um contexto de disputa no campo científico.

Assim, Bachelard não explica a ciência como uma busca pela verdade absoluta, mas como uma disputa em torno de diferentes construções de realidade. Este ponto de sua obra tem ascendência decisiva nos trabalhos de Pierre Bourdieu e Michel Foucault, tanto se pensarmos a análise do campo científico do primeiro, como a construção dos regimes de verdade do segundo.

Bourdieu (1999) julga necessário, para a afirmação da sociologia como ciência, a ruptura com o que o autor chama de ilusão da transparência. Esta seria a ilusão de que se pode compreender a explicação dos fatos sociais sem que se procure acessar suas dimensões mais profundas, que não são conscientes aos atores sociais que os vivenciam.

O princípio da não consciência, relacionado a esta ilusão da transparência, teria como premissa a construção, pelo sociólogo, do sistema de relações onde o sujeito está inserido e que seria acessada pela economia ou morfologia dos grupos, e não através das opiniões e intenções que os indivíduos manifestam. Nesse sentido, o autor coloca:

Não é a descrição das atitudes, opiniões e aspirações individuais que tem a possibilidade de proporcionar o princípio explicativo do funcionamento de uma organização, mas a apreensão da lógica objetiva da organização é que conduz ao princípio capaz de explicar, por acréscimo, as atitudes, opiniões e aspirações (BOURDIEU, 1999, p. 29).

Foucault (1995), por sua vez, é incisivo no apontamento da historicidade do conhecimento e da ciência. Primeiro, cabe colocar que o autor questiona a separação entre ciência, religião, literatura, política, etc. como um recorte construído social e historicamente e que devem ser analisados em suas relações. Uma obra, para Foucault, ou um livro, é algo nunca acabado em si mesmo, mas algo que deve ser analisado dentro de um “feixe de relações”, por ser um nó dentro de uma rede.

O autor contribui enormemente para se pensar como os discursos se dotam de legitimidade e sobre como são efeitos de construções. Sobre as sínteses acabadas, o autor coloca:

Não se trata, é claro, de recusá-las definitivamente, mas de sacudir a quietude com a qual as aceitamos; mostrar que elas não se justificam por si mesmas, que são sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas; definir em que condições e em vista de que análises, algumas são legítimas; indicar as

que, de qualquer forma, não podem mais ser admitidas (FOUCAULT, 1995, p. 29).

Foucault (1995) busca então fazer uma “arqueologia do saber”, uma teoria que traga à tona o campo onde se constroem os regimes de verdade, os discursos legítimos, os que foram construídos em detrimento das outras possibilidades:

Fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações (FOUCAULT, 1995, p. 33).

Esta perspectiva foucaultiana dialoga com a lógica pós-colonial no sentido de compreender o conhecimento e os discursos sobre a legitimidade do mesmo dentro do seu feixe de relações de poder, dentro da sua historicidade e, no caso da epistemologia pós-colonial, também da sua localidade. Consideramos importante trazer também a crítica pós-colonial às formas ocidentais de construção de conhecimento, principalmente da hierarquização deste processo. O chamado à ruptura com o senso-comum feito por Bourdieu, acreditamos aqui, deve ser compreendido acompanhado de uma vigilância epistemológica que pense criticamente a divisão do mundo entre científico-tradicional, hierarquizando formas de saber.

Nesse sentido, Mignolo (2003), autor da perspectiva pós-colonial, atenta para a divisão epistemológica do mundo, onde o “Terceiro Mundo” configura um espaço subdesenvolvido, onde o modo de pensar tradicional impossibilitaria o pensamento utilitário e científico característicos do primeiro mundo. As pessoas do Terceiro Mundo não seriam vistas como capazes de pensar científica e teoricamente, o que legitima a continuidade da missão civilizadora da divisão do trabalho científico e epistemológico mundial.

A pós-colonialidade, dentro da sua complexidade e heterogeneidade, trata, portanto, de repensar as formas de conhecer o mundo, descolonizando-as, ou seja, desconstruindo as categorias e relatos da forma como nos foram colocados pelas metrópoles europeias. Este novo sujeito epistemológico se caracteriza não apenas por pensar sobre as fronteiras, mas também a partir delas. Além disso, este pensamento não serve apenas para a auto compreensão do subalterno, mas

também para subsidiar políticas públicas e transformações emancipadoras (MIGNOLO, 2003).

Enquanto as preocupações de Bourdieu e Passeron passam por fazer uma sociologia que traga à luz as estruturas e lutas que guiam a forma como as pessoas agem, os pós-coloniais preocupam-se em reescrever história e fronteiras da produção do conhecimento, desnaturalizando o próprio sentido de razão e ciência.

Pode estar aí, justamente no tensionamento destas duas correntes, a possibilidade de, compreendendo-as e até combinando-as, pensar o sociólogo como ator a contribuir para escavar questões sociais, relativizando o produto do seu trabalho e investindo-o de potencial de mudança da realidade, valorizando outros tipos de saberes e não hierarquizando as formas de conhecimento. Colocar o seu trabalho como uma das ferramentas possíveis para emancipação e para a luta contra violências e opressões pode ser uma saída não colonizadora para a pesquisa sociológica.

Procuramos aqui, trazer as ideias de historicidade e coletividade na produção científica, da relação dialética entre pesquisadora e objeto pesquisado e da sociologia enquanto uma entre diversas formas de saber, que, ao possibilitar o desvelamento de estruturas e lógicas subjacentes aos discursos e ações dos sujeitos, pode contribuir para a mudança dessas mesmas estruturas quando opressoras.

Os pontos epistemológicos trazidos acompanharam as reflexões durante o processo de realização do campo. Pudemos perceber a relação dialética na medida em que cada grupo realizado transformou tanto a pesquisadora quanto os participantes. Além disso, houve o esforço pelo olhar sociológico de analisar as falas e relatos procurando dimensões da violência que escapam à nossa ação e reflexão cotidianas, ou seja, estão subjacentes às nossas opiniões.

Trouxemos estas perspectivas, pois elas nos ajudam a pensar o papel da pesquisa em sociologia, enquanto busca das redes de relações (desiguais), disputas, discursos e estruturas simbólicas que participam da nossa construção enquanto sujeitos. No campo do gênero e da sexualidade, desvelá-las é passo

indispensável para que se possa transformar relações opressoras e desiguais. Nesta pesquisa, o tensionamento dos pressupostos apresentados esteve subjacente desde o seu planejamento, até a coleta, reflexões e escrita.

2.2 A técnica de grupos focais na pesquisa qualitativa

Dados os objetivos desta pesquisa, que envolvem compreender significações, sentidos e vivências dos atores, as escolhas metodológicas se deram em direção às técnicas qualitativas, mais especificamente à técnica de coleta de dados por meio de grupos focais. Conforme explica Flick (2009a), a pesquisa que utiliza técnicas qualitativas pode ter enfoques distintos, porém todas têm em comum a característica de procurar compreender “como as pessoas constroem o mundo à sua volta” (FLICK, 2009a, p.8). Isto é, como as pessoas dão sentido às suas experiências, assim como neste trabalho, em que procuramos compreender como os jovens pensam e significam as violências relacionadas à construção de suas identidades sexuais e de gênero.

Flick (2009b) aponta as limitações da pesquisa quantitativa como um dos possíveis pontos de partida para pensar a escolha por técnicas qualitativas. Em muitas ocasiões, a pesquisadora ou pesquisador se depara com a impossibilidade de padronização das condições de pesquisa, do isolamento de variáveis, de amostras suficientemente grandes para generalizações ou com a necessidade de outras formas de explicar fenômenos complexos e relacionados, para além da relação de causa e efeito.

Aqui, o objeto em estudo é o fator determinante para a escolha de um método, e não o contrário. Os objetos não são reduzidos a simples variáveis, mas sim práticas e interações dos sujeitos na vida cotidiana (FLICK, 2009b, p. 24).

Este tipo de pesquisa também tem como característica o fato de geralmente, não trabalhar com hipóteses bem definidas no início da pesquisa, visando testá-las. Elas são construídas ao longo do processo e as abordagens teóricas, assim como os métodos, podem ser adaptados, ajustados ou desenvolvidos de acordo com a realidade do campo, como ela se apresentar à pesquisadora ou pesquisador.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa, como sublinha Flick (2009b) tem como objetivo desenvolver teorias com fundamento na realidade empírica, diferente da quantitativa, que busca testar teorias formuladas antecipadamente. Além disso, o pesquisador e sua comunicação no campo são parte constitutiva na construção do conhecimento:

[...] os métodos qualitativos consideram a comunicação do pesquisador em campo como parte explícita da produção de conhecimento, em vez de simplesmente encará-la como uma variável a interferir no processo. A subjetividade do pesquisador, bem como daqueles que estão sendo estudados, tornam-se parte do processo de pesquisa (FLICK, 2009b, p.25).

Dentre as técnicas de coleta possíveis dentro de uma abordagem qualitativa, optamos pelos grupos focais, pois estes propiciam a observação da interação entre os sujeitos, através de discussões, negociações e relatos. Segundo Flick (2009b), os grupos proporcionam um ambiente mais próximo da forma como os indivíduos produzem, manifestam e trocam suas opiniões no dia-a-dia e podem ser mais adequados para abordar temas considerados tabus, do que as entrevistas:

Por meio dessa ampliação do escopo da coleta de dados, tenta-se coletar os dados dentro do contexto e criar uma situação de interação mais próxima da vida cotidiana do que permite o encontro (normalmente único) do entrevistador com o entrevistado ou narrador (FLICK, 2009. P. 180).

Além da possibilidade de revelar significados compartilhados e também as diferenças entre percepções, o autor aponta que os métodos de grupo têm como principais vantagens: o baixo custo, a riqueza dos dados, o estímulo aos participantes para lembrar de acontecimentos passados e a capacidade de ir além do que se encontraria nas respostas de apenas um entrevistado. De fato, em muitos momentos, nos grupos realizados, os participantes relatavam casos de conhecidos e se ajudavam entre si, lembrando ou contribuindo com o relato do outro. Ou então, contrapondo-se ao que estava sendo falado. Nesse sentido, é importante que se produza um ambiente informal e que os mediadores criem um clima que dê liberdade aos participantes para falar de suas experiências e emitir suas opiniões.

Todas estas características próprias às pesquisas que utilizam técnicas qualitativas não as eximem de rigor metodológico e clareza nos procedimentos, pelo contrário. Compreendemos aqui que a qualidade da pesquisa qualitativa está intimamente relacionada à transparência com que se apresentam as escolhas

metodológicas e a construção da pesquisa. É visando esta transparência, que descreveremos a seguir o processo de coleta de dados, expondo as escolhas, dificuldades e soluções encontradas na realização dos grupos focais.

2.3 Processo de coleta dos dados: realização dos grupos focais nas escolas.

Como vimos, a pesquisa é um processo que envolve escolhas, ela nasce da construção do objeto pela pesquisadora ou pesquisador. Nesse sentido, a ética na pesquisa requer esclarecer às interlocutoras e aos interlocutores, os caminhos escolhidos dentre as inúmeras possibilidades de trabalho. No processo dessa dissertação, algumas decisões foram escolhas propriamente ditas, planejadas, como a de focar o processo de construção da identidade no período da juventude, mesmo partindo da perspectiva de inacabamento desse processo ao longo da vida dos sujeitos. Outras decisões foram tomadas tendo em vista as possibilidades e limitações colocadas pela prática do campo em si, como no caso da escolha das escolas onde foram feitos os grupos focais.

Apesar de este não ser um trabalho focado nas violências vividas no espaço escolar, a escola apresentou-se como o local mais acessível para encontrar os jovens, convida-los a participar da pesquisa e, principalmente, para conseguir reuni-los em um mesmo local e horário. Por isso, os nove grupos focais realizados nesse trabalho se deram em escolas da rede pública de Porto Alegre.

A ideia inicial era de que seriam trabalhados grupos focais em escolas públicas e privadas. No entanto, como não havia a intenção de comparar discursos dos jovens pensando variáveis como renda ou classe, até mesmo devido ao tempo insuficiente para isso, optamos por recortar e compreender as violências relatadas pelos jovens de turmas de ensino médio de escolas da rede pública.

Durante a realização do campo, fizemos contato com 10 escolas da rede pública de Porto Alegre, buscando o máximo de diversidade de bairros da cidade, nas quatro Zonas: Norte, Sul, Leste e Centro. Por fim, conseguimos agendar e fazer as atividades em cinco destas escolas. Portanto, a realização dos grupos focais

nestes bairros e escolas foi em função da disponibilidade de horário e abertura das mesmas para a atividade.

Foram feitos, então, nove grupos focais, dos quais participaram 76 alunas e alunos (41 meninas e 35 meninos), que tinham entre 16 e 22 anos, de escolas localizadas em cinco bairros: Farroupilha, Partenon, Cavalhada, Floresta e Agronomia. Não houve, nesta pesquisa, a preocupação em obter validade estatística ou a pretensão de representar a população jovem da cidade, em sua totalidade. Tendo em vista o tempo e recursos disponíveis, procuramos escutar e analisar, com a maior profundidade possível, estes grupos de jovens de diferentes bairros, buscando discursos e sentidos compartilhados por eles em suas vivências cotidianas.

Na figura abaixo, procuramos uma forma mais facilmente visualizável de compreender o material empírico deste trabalho. Cada quadrado corresponde a um grupo focal e cada cor a uma escola onde este foi feito. Também está expresso em cada grupo, a quantidade de participantes homens e mulheres.

Figura 1 – Grupos Focais



Fonte: Elaboração própria.

O primeiro contato com as escolas foi feito por telefone, quando era marcada uma primeira visita para entregar a carta de apresentação da pesquisa (Apêndice 1), explica-la à direção ou coordenação pedagógica e pedir licença para a sua realização. Concedida a permissão, se via junto à coordenação um horário de aula que pudesse ser disponibilizado pela professora ou professor para a realização da atividade e seguia-se ao convite aos alunos para participarem. O convite se deu passando nas turmas, explicando o trabalho e o funcionamento de um grupo focal e ressaltando o caráter voluntário da participação.

Nessa ocasião, também eram entregues os termos de consentimento (Apêndice 2) para que os alunos maiores de idade interessados em participar os assinassem e os menores de idade os trouxessem assinados pelos responsáveis.

Neste termo, também estão explicados os objetivos da pesquisa e o funcionamento dos grupos focais.

Quanto ao gênero dos participantes, iniciamos, na primeira escola, fazendo grupos separados entre homens e mulheres, mas a partir do terceiro grupo focal realizado, essa divisão mostrou-se bastante difícil, devido à organização das escolas e dificuldade em separar as turmas para participarem. Por isso, dos nove grupos focais, sete foram mistos, reunindo meninas e meninos juntos para a atividade. A intenção de separar os grupos era de que as pessoas se sentissem mais à vontade para falar, no entanto, pudemos ver que fazer os grupos mistos também trouxe vantagens, principalmente quanto à contraposição de ideias e relatos entre eles. Além disso, percebemos que isso possibilitou justamente que meninos e meninas que não se encaixam nos padrões hegemônicos de masculinidade ou feminilidade, se sentissem mais confortáveis, sem a marcada divisão de gênero binária e heteronormatividade a que estamos submetidos em tantos outros momentos da vida.

Nos dias de realização dos grupos focais, com exceção de um deles, a pesquisadora teve o auxílio de uma colega que acompanhou a atividade. No início do grupo, nos apresentávamos e novamente explicávamos sobre o que tratava a pesquisa e como funcionaria a atividade, além de pedir licença para gravar o áudio da discussão. Em seguida, um roteiro de perguntas (Apêndice 3) guiava a dinâmica do grupo focal.

O número de participantes dos grupos focais não seguiu um padrão rígido pelas dificuldades encontradas no caminho. Em algumas turmas poucos alunos levaram os termos assinados e tiveram interesse em participar. Em outras, mais alunos do que o esperado quiseram participar da atividade. Dias de chuva, períodos próximos a provas e ao Enem, viagens de turma, organização da formatura, todos esses obstáculos apareceram durante o campo. Ainda assim, foi grande o número de adesão e interesse em participar da atividade.

Flick (2009b) aponta que, muitas vezes, as demandas éticas são maiores ou mais difíceis de resolver na pesquisa qualitativa do que na quantitativa e encontrar soluções para estas demandas é fundamental para a qualidade da pesquisa. Neste trabalho, como vimos, questões éticas envolvendo o consentimento e a

confidencialidade foram respeitadas, portanto, através do termo de consentimento, clareza sobre os temas a serem tratados no grupo, que envolviam violência (a fim de evitar o disparo de gatilhos em possíveis pessoas já vitimadas), e do sigilo quanto à identidade dos participantes dos grupos.

Pudemos aprender que mediar um grupo focal composto por jovens é uma tarefa desafiadora, difícil e extremamente interessante. O papel da mediadora ou mediador consiste em impedir que alguns dominem a atividade e estimular os mais reservados a falar, de modo a recolher respostas de todo o grupo: “ele deve buscar um equilíbrio entre guiar (diretivamente) o grupo e moderá-lo (não-diretivamente)” (FLICK, 2009b, p. 181).

Para a análise dos dados colhidos, contamos com o software NVivo, para onde importamos os áudios dos grupos focais e onde estes foram organizados e classificados em nós. A transcrição completa dos grupos não foi necessária, pois o software possibilita que os trechos sejam codificados diretamente no arquivo de áudio.

Como expusemos acima, vimos que a realização de grupos focais exige uma grande organização prévia e, neste caso, também um forte engajamento para motivar as alunas e alunos a participarem da atividade. Estar preparada para lidar com imprevistos, como por exemplo, a falta do mínimo de alunos necessários para realizar o grupo, é muito importante neste tipo de trabalho. O tempo dispendido vai muito além das horas de discussão no grupo, envolve também o preparo das salas, contato e organização junto às escolas. Mas é necessário dizer que fazer este campo foi extremamente gratificante, não só pela riqueza dos relatos e experiências ouvidos, mas também pela possibilidade de oportunizar um espaço de fala e escuta para os jovens que participaram. Pudemos ver, em algumas turmas, como a simples, porém rara disponibilidade em ouvi-los e oportunizar um diálogo entre eles, já pode trazer grandes reflexões sobre violências, silenciamentos e opressões cotidianas.

3. PODER, SEXUALIDADES E GÊNEROS.

Nesse capítulo, vamos apresentar uma reflexão sobre a produção das identidades sexuais e de gênero como atravessadas por relações de poder, o que nos ajudará a compreender as significações encontradas nos grupos focais. Para essa compreensão, é necessário apontar sob quais perspectivas entendemos os conceitos de gênero e sexualidade.

Usaremos o mesmo esclarecimento de Weeks (2015) para explicar o uso dos termos sexo, gênero e sexualidade neste trabalho. Usaremos “sexo” quando nos referirmos a diferenças anatômicas que são usadas⁸ para diferenciar homens e mulheres: “Embora essas distinções anatômicas sejam geralmente dadas no nascimento, os significados a elas associados são altamente históricos e sociais” (WEEKS, 2015, p. 43). Falando das outras diferenças socialmente criadas entre homens e mulheres, usaremos o termo gênero. Por fim, “sexualidade”, será usado para se referir ao conjunto de crenças, comportamentos e identidades que se relacionam com “o corpo e seus prazeres”, como descrito por Michel Foucault (WEEKS, 2015). Essa distinção de termos é útil, por ora, ainda que a própria separação da produção de sexo e gênero seja desconstruída em seguida.

Haraway (2004) explica que a mistura de termos e a complexidade na diferenciação entre gênero e sexo faz parte da história política das palavras, e levamos a mesma ideia para gênero e sexualidade. Os estudos sobre gênero e sobre sexualidade, assim como a sua significação no cotidiano dos atores anda estreitamente vinculada, tornando impossível o seu isolamento total. Como observam Epstein e Johnson (2009): “Gênero é desempenhado pela sexualidade, e a sexualidade pelo gênero”. No entanto, buscaremos, didaticamente, apresentar as perspectivas que adotamos para pensar estes dois conceitos, uma de cada vez. Esse entrelaçamento entre as noções de sexo, gênero, sexualidade e identidades

⁸ Aqui sublinhamos o termo usadas, pois, como desenvolveremos mais adiante, na concepção adotada, o sexo também não pode ser entendido fora do campo do discurso e dos significados.

está fortemente ligado à forma como os jovens significam as violências, como veremos no capítulo de análise dos dados.

3.1 O conceito de poder em Foucault

A perspectiva que temos como ferramenta para pensar a sexualidade nesse trabalho se enraíza no trabalho de Michel Foucault e está intimamente ligada à sua definição de poder. O trabalho “A história da sexualidade” faz parte da fase genealógica do autor, onde ele busca estudar os dispositivos e aprofundar a compreensão do conceito de poder (CASTRO, 2016). Pensando o sexo, Foucault (2015) propõe que pensemos o poder sem o rei, fora da lei, isto é, fora do campo da proibição, um poder positivo e produtivo. Assim, o central na sexualidade não estaria na sua censura, mas em como esta é produzida por uma aparelhagem que o faz através dos discursos. Essa concepção sobre poder também influenciou algumas das teóricas feministas que nos ajudarão a compreender o conceito de gênero.

O pensamento político, como afirma Foucault (2015), por muito tempo debruçou-se com fascínio pelo sistema Soberano-Lei. Para compreender o poder, sob a perspectiva foucaultiana, é necessário nos desvincularmos da noção deste ligado a uma soberania, ou a um agente detentor e o concebermos, primeiro, como múltiplas correlações de forças, como um jogo de lutas constantes, que podem, por fim, tomar corpo também em aparelhos estatais e leis. Pensar o poder não como presente em um ponto central, mas pela sua onipresença:

Onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda a parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E “o” poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de autorreprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apoia em cada uma delas, e, em troca, procura fixá-las. Sem dúvida, devemos ser nominalistas: o poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (FOUCAULT, 2015, p. 101).

A partir deste olhar, Foucault (2015) aponta 5 importantes proposições: a) o poder não é algo que se adquire, guarde ou perca, ele é algo que se exerce de forma descentralizada e por relações desiguais e móveis; b) as relações de poderes

são produtoras, não são exteriores às outras relações (econômicas, epistemológicas ou sexuais, por exemplo), mas lhes são inerentes; c) a relação de poder não é polar e binária, o poder vem de baixo e as grandes dominações são efeitos hegemônicos de contínuas lutas entre forças múltiplas que atravessam o corpo social⁹; d) as relações de poder são intencionais e não subjetivas, elas tem mira e objetivos, mas estes não são da ordem das decisões individuais, dependem do apoio e condição de um conjunto de dispositivos; e) onde há poder, há resistência e isto está intimamente ligado ao seu caráter relacional.

Os pontos de resistência estão em toda a rede de poder e fazem, para Foucault (2015), o papel de alvo e adversário, de interlocutor necessário:

Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento. Grandes rupturas radicais, divisões binárias e maciças? Às vezes. É mais comum, entretanto, serem pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando [...] (FOUCAULT, 2015, p. 105).

No estudo da sexualidade, o que está em jogo para o autor, é, portanto, compreender como e sob quais relações de poder são produzidos os discursos sobre sexo e, ao mesmo tempo, como estes discursos servem de suporte às relações de poder. Também importa buscar como este jogo de relações pode ser modificado no andar da carruagem, já que não há, nessa perspectiva, uma sujeição estável e definitiva: “trata-se de imergir a produção exuberante dos discursos sobre o sexo no campo das relações de poder, múltiplas e móveis” (FOUCAULT, 2015, p. 106).

⁹ Aqui acreditamos que exista uma grande diferença da ênfase dada pela perspectiva de Bourdieu (1999). Em *A dominação masculina*, o autor desenvolve o conceito de violência simbólica, buscando compreender como as estruturas binárias de dominação de gênero são legitimadas por um trabalho incessante. No entanto, Bourdieu (1999) não dá a mesma importância às transformações e às resistências em seu papel de interlocutoras do poder. Nossa opção analítica pela compreensão que dá maiores possibilidades de pensar o poder relacionado às resistências veio da análise dos dados, que demonstravam tensão constante para além do compartilhamento de categorias dominantes em comum.

Sobre a relação entre o discurso e o poder, não se deve pensar o mundo dos discursos dividido binariamente entre discursos admitidos e dominantes e discursos reprimidos e dominados, mas como um campo de múltiplos elementos discursivos usados estrategicamente de formas diferentes, tendo em mente que também há muitos silêncios que os apoiam e atravessam. (FOUCAULT, 2015). Nesse sentido:

O discurso veicula e produz o poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barra-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas também afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras (FOUCAULT, 2015, p. 110).

Essa visão do poder, por seu caráter relacional, pela sua ligação às resistências e pelo seu vínculo com o discurso, será importante para compreendermos os conceitos de sexualidade e de gênero adotados neste trabalho.

3.2 Sexualidades

A visão essencialista da sexualidade considera o sexo como uma força natural, a-social e transhistórica. Altamente difundida e reproduzida pela medicina, psiquiatria e outras áreas, essa perspectiva pensa a sexualidade como própria dos indivíduos, construída pelos hormônios ou pela psique (RUBIN, 2003).

A perspectiva foucaultiana nega essa visão essencialista da sexualidade e a existência de qualquer verdade intrínseca ao sexo, assumindo que a história da sexualidade é a história dos discursos que a produzem (WEEKS, 2015). Pensando a sexualidade como produzida dentro de relações de poder, através de discursos que o reforçam e são instituídos por meio dele, Foucault (2015) define que a sexualidade é o nome dado:

a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 2015, p. 115).

O conceito de dispositivo, em Foucault, de certa forma une a sua genealogia à sua arqueologia. Ele corresponde à rede de relações entre elementos heterogêneos que se estabelecem com uma função estratégica, como por exemplo,

discursos, instituições, leis ou enunciados morais e filosóficos (CASTRO, 2016). Nas palavras de Louro (2015), a sexualidade, para Foucault, é:

uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem “verdades” (LOURO, 2015, p. 11-12)

Essa produção se dá pela imposição de uma gama de possibilidades corpóreas, pela definição do que é normal e do que não é, ou seja, pelo seu controle. Weeks (2015) traz um debate bastante rico sobre a sexualidade como uma questão política, que vai além do indivíduo, explorando facetas como a da sua relação com o poder, linguagens, classe, raça e gênero. Todas elas permeadas por dois pressupostos centrais apontados pelo autor: o primeiro de que o conceito de sexualidade é histórico e está em evolução. O segundo tem em conta que essa evolução não é espontânea, ela é definida dentro de relações de poder. Com isso em mente, Weeks (2015) discute como identidades sexuais são definidas e inventadas dentro dessas relações, contrapondo-se ao essencialismo sexual:

[...] argumentarei que os significados que damos à sexualidade e ao corpo são socialmente organizados, sendo sustentados por uma variedade de linguagens que buscam nos dizer o que sexo é, o que ele deve ser e o que ele pode ser (WEEKS, 2015, p. 43).

Sendo assim, a perspectiva que adotamos aqui para compreender a sexualidade tem raízes no trabalho de Michel Foucault, não o tomando como definitivo, mas inserindo-o como uma obra emblemática na chamada teoria da construção social, que se opõe ao essencialismo e permite distinguir atos sexuais, identidades sexuais e comunidades sexuais (PARKER, 2015). Cabe dizer que esta perspectiva construcionista, como chamam à atenção Vance (1995) e Weeks (2015), não é homogênea. Ela tem formas mais radicais e mais moderadas, podendo assumir ou não que o próprio impulso sexual seja uma construção histórica.

Este novo saber sobre sexualidade assume que nenhum exame do corpo pode explicá-la, assim como “a fome na barriga não dá pistas sobre a complexidade da culinária” (RUBIN, 2003, p. 11). O corpo, como um conjunto de órgãos, é o local da sexualidade, limitando o campo de possíveis. A sexualidade, no entanto, é mais

que isso, ela está tão ligada às nossas crenças e ideologias, quanto ao nosso corpo (WEEKS, 2015; VANCE, 1995). E é importante sublinhar, essa rede de discursos não está em repouso, já que onde há poder, há resistência:

A suposição aqui é que o poder não atua através de mecanismos de simples controle. De fato, ele atua através de mecanismos complexos e superpostos – e muitas vezes contraditórios – que produzem dominação e oposições, subordinação e resistências (WEEKS, 2015, p. 54).

Vemos assim, que assumir o caráter histórico da sexualidade, é assumir seu caráter também conflitivo. Arán (2003) dá um panorama de mudanças históricas na sociedade ocidental do século XX que influenciaram a forma de pensar os sexos. Ela passa pela crise da família nuclear burguesa, pela entrada da mulher no mercado de trabalho, pelo processo de separação entre sexualidade e reprodução e pelas políticas e lutas de visibilidade homossexual para pensar um novo território de análise da sexualidade.

Nesse mesmo sentido, Weeks (2015) coloca que a partir do último século, com as mudanças sociais e impactos desestabilizadores dos movimentos feministas, vive-se o radical questionamento de pressupostos que têm organizado nossa vida sexual. Isso tem aumentado a disposição em reconhecer a diversidade de formas de sexualidade e acirrado as lutas relacionadas a elas nos campos políticos e pessoais. Em outras palavras, vive-se uma crise sobre os significados da sexualidade (WEEKS, 2015).

Tudo que aprendemos sobre a história da sexualidade nos diz que a organização social da sexualidade nunca é fixa ou estável. Ela é modelada sob circunstâncias históricas complexas. Na medida em que entramos no período conhecido como “pós-modernidade”, é provável que vejamos uma nova e radical mudança nos modos como nos relacionamos com nossos corpos e com suas necessidades sexuais. O desafio será compreender, de forma mais efetiva do que no período da modernidade, os processos que estão em ação nesse campo (WEEKS, 2015, p. 79-80).

A teórica feminista Gayle Rubin compreende a esfera da sexualidade como dotada de uma política interna, como produto da atividade humana: “Nesse sentido, o sexo é sempre político. Mas há períodos históricos em que a sexualidade é mais nitidamente contestada e mais excessivamente politizada. Nesses períodos o domínio da vida erótica é, de fato, renegociado” (RUBIN, 2003, p.1). É nesses

períodos de renegociação, segundo a autora, que o caráter político e histórico da sexualidade fica mais facilmente visível.

Compreendemos, portanto, sexualidade como um dispositivo histórico, de caráter social e político, que é inscrito nos corpos e não advindo deles. A sexualidade, enredada no campo do poder, não é fixa ou estável, mas atravessada por conflitos e resistências. Entendemos ainda, como Weeks (2015), que vivemos um tempo de acirramento dessas lutas e uma crise de significação da sexualidade.

Como dissemos no início, é difícil separar gênero e sexualidade. A própria teoria feminista, ao pensar os gêneros, teve muita influência no pensamento sobre sexualidade, colocando em xeque o determinismo biológico e a forma de pensar as diferenças sexuais (PARKER, 2015). Butler (2003) articula esses dois campos mostrando como a matriz da heterossexualidade compulsória está ligada a construção binária de gênero, como veremos no fim do próximo subcapítulo.

3.3 Gêneros

Pensar gênero é central na sociologia, pois requer articular sujeito e estrutura. É das relações sociais mais fortemente naturalizadas e biologizadas no imaginário social e por isso, tão encadeada por essa articulação entre o individual e o social. Ridgeway (2009) compreende o gênero, junto à classe e raça, como uma das principais formas de moldar as relações sociais. Para ela, este teria um caráter multinível, ou seja, seria uma estrutura presente tanto nos processos macroestruturais, quanto nos institucionais e individuais.

Para compreender este conceito, é fundamental começarmos percebendo o campo de estudos sobre gênero como o próprio conceito: caracterizado pela heterogeneidade, carregado de historicidade e atravessado também por relações de poder. Haraway (2004) aponta que as várias ramificações das discussões modernas sobre gênero têm raízes na perspectiva de Beauvoir de que não se nasce mulher, mas que se aprende a sê-lo de acordo com o meio social em que se vive. A partir daí, Haraway (2004) defende que o conceito de gênero foi desenvolvido como forma de contestar, em várias frentes de luta, a naturalização da diferença sexual:

A teoria e a prática feminista em torno do gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo (HARAWAY, 2004, p. 211).

Fachinetto (2012) apresenta o histórico do conceito de gênero e resgata trabalhos que localizam o início do uso do termo na área da psiquiatria. Em seguida, organiza o trabalho da teoria feminista sobre este conceito em três momentos. O primeiro, que tem em Simone de Beauvoir sua maior representação, diz respeito à recusa ao determinismo biológico e à análise do caráter social do sexo. O segundo, que introduz a categoria gênero ligada à sua dimensão relacional, na linha do trabalho de Joan Scott. E, em seguida, o terceiro, no qual Judith Butler problematiza a separação entre gênero e sexo e compreende também o sexo como produzido socialmente.

Joan Scott (1995) aproxima o conceito de gênero do campo do poder e dos significados e propõe sua compreensão como uma categoria analítica, uma forma primária de significar relações de poder, um instrumento chave para compreender relações sociais e possibilitar sua mudança.

Gênero seria, portanto, “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma primeira de significar relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 21). Esta noção é, ainda, desenvolvida com o raciocínio de que o gênero implica na relação de quatro elementos diferentes. O primeiro trata da questão dos símbolos disponíveis em cada cultura, que evocam representações sociais múltiplas e contraditórias.

O segundo está ligado aos conceitos normativos que evidenciam o sentido dado aos símbolos, limitando suas possibilidades. Como na noção foucaultiana de discurso, Scott (1995) sublinha que estes conceitos normativos dominantes emergem como únicas interpretações possíveis e legítimas, escamoteando que sejam produto de disputas e conflitos entre diferentes possibilidades de significação.

O terceiro elemento colocado como central nas relações de gênero está na necessária explosão da noção de fixidade ligada ao gênero e da sua representação

binária: a dimensão política deve ser incluída para compreender o debate e a repressão que resultam no estabelecimento dos conceitos normativos.

Por fim, o quarto elemento diz respeito à identidade subjetiva, que se relaciona ao gênero como implicado na própria construção da relação de poder. Assim, Scott (1995) propõe entender as significações de gênero e de poder como construídas reciprocamente.

A autora aponta a importância de articular a compreensão tanto das organizações sociais quanto dos sujeitos individuais para fazer emergirem os sentidos das ações nas relações sociais, porque as duas dimensões, entrelaçadas, são cruciais para entender o gênero e as mudanças em relação a ele:

Enfim, precisamos substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por alguma coisa que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais constituídas pelo discurso nos “campos de forças”. No seio desses processos e estruturas, tem espaço para um conceito de realização humana como um esforço (pelo menos parcialmente racional) de construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade dentro de certos limites e com a linguagem – conceitual – que ao mesmo tempo coloque os limites e contenha a possibilidade de negação, de resistência e de reinterpretação (SCOTT, 1995, p. 20-21).

Assim como Foucault propõe o poder pensado pelas correlações, Scott (1995) pensa o gênero também como uma categoria relacional e não mais um problema da mulher, como uma construção entrelaçada. Nesse sentido, ela entende “homem” e “mulher” como categorias vazias e transbordantes, ou seja, sem significados definitivos e gestando em si outras definições possíveis, porém reprimidas. O gênero, portanto, “é um terreno que parece fixado, mas cujo sentido é contestado e flutuante” (SCOTT, 1995, p. 28).

É nesse sentido, que a identidade, para Scott, é uma construção instável. A autora traz a teoria lacaniana¹⁰, onde a linguagem ocupa papel central e assume que esta perspectiva problematiza as noções de “homem” e “mulher” como

¹⁰ A teoria lacaniana pensa a estrutura simbólica baseada na linguagem como reguladora do sexo. Nessa teoria, as posições femininas e masculinas são compreendidas a partir do falo como significante universal (COSSI e DUNKER, 2017).

características inerentes e as inscreve no terreno das construções subjetivas. Além disso, coloca o sujeito como centro de um processo de construção constante, onde

existe sempre um conflito entre a necessidade que o sujeito tem de uma aparência de totalidade e a imprecisão da terminologia, a relatividade do seu significado e sua dependência em relação à repressão (SCOTT, 1995, p.16).

Scott (1995) não deixa, porém, de fazer restrições importantes à teoria lacaniana. Esta, ao fixar-se no sujeito e no antagonismo entre masculino e feminino, tendo o falo como único significante, deixa de fora as dimensões históricas e, portanto, específicas destas construções, tendendo a reificar ou universalizar essa relação entre masculino e feminino.

Lauretis (1993) também propõe que se dê passos adiante da teoria lacaniana e que se pense o gênero através dos aparatos, das tecnologias que o constroem: “esses aparatos são diversos, quando não discrepantes, em sua especificidade e historicidade concreta, e é por isso que fica difícil avaliar sua co-participação, seu efeito combinado” (LAURETIS, 1993, p.116).

Neste trabalho, as perspectivas de Scott (1995) e de Lauretis (1993) nos ajudam a compreender as violências como inscritas nesses processos de construção de identidades e instituição de significados possíveis, em detrimento de outros. As críticas à teoria da linguagem também nos ajudam, numa vigilância epistemológica, a não reificar essas formas de significação, mas pensa-las dentro de um contexto histórico específico.

Outro ponto central nas teorias feministas é o que diz respeito à relação entre os conceitos de gênero e sexo. Haraway (2004) retoma perspectivas que procuram desconstruir as oposições binárias, e inclui aí especialmente a oposição sexo/gênero. Para a autora, a ideia de um biológico estável, interno e coerente, em oposição ao cultural e social é que deve ser desconstruída. Do contrário as identidades essenciais masculinas e femininas seguem intocadas.

Lacqueur (2001) põe em cheque o conhecimento biológico fora do seu contexto social e busca convencer o leitor de que não há forma mais ou menos verdadeira de compreender ou construir as diferenças das mulheres em relação aos

homens. Desconstrói o sexo enquanto “coisa” dada, enquanto fundamento biológico base para o gênero. Ao invés disso, o autor propõe o sexo como contextual, como situacional, entendendo que qualquer tentativa de compreendê-lo isolado dos meios discursivos levará ao erro. Lacqueur (2001) também utiliza fortemente a noção de diferenciação e faz referência à tradição estruturalista para pensar a importância do ato de diferenciar. Ele sublinha que diferenças e igualdades estão por toda a parte, mas que importa pensar e desvendar quais delas se sobressaem, são tidas como importantes e com quais finalidades.

Lauretis (1994) traz uma reflexão que ajuda a desacomodar o “mito fundador” do gênero como diferença sexual e aponta como o mesmo limita o pensamento feminista. Ela traz a percepção de gênero como produto de tecnologias sociais, como um conjunto dos efeitos dessas tecnologias nos corpos. Como veremos logo adiante, defende a necessidade de desconstruir o gênero como derivado da diferença sexual e ao invés disso, propõe pensa-lo pelos códigos linguísticos e representações culturais.

Essa desconstrução da fixidez do sexo é indispensável para a contribuição de Judith Butler, outra autora de grande influência na teoria feminista a partir do fim da década de 1980. Ela coloca em xeque a noção de sexo como fixado biologicamente e o compreende como construção discursiva também.

Butler (2003), problematizando a indiferença com que Foucault tratou a diferenciação sexual, propõe um novo olhar sobre sexo e gênero. Mas assim como o autor, busca suas genealogias, isto é, uma investigação que pressupõe que estes sejam efeitos e não causas de discursos e instituições.

Nesse sentido, a autora contraria a visão que coloca sexo como ligado à natureza e gênero como ligado à cultura. Rompe com uma noção de sexo “pré-discursiva” e compreende esta ruptura como necessária para desconstruir sua estabilidade interna e sua estrutura binária. Não há corpo natural que preexista às suas inscrições sociais. Assim, Butler (2003) traz também o sexo para o campo da produção do gênero, estabelecendo a união dessas produções.

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor,

talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma (BUTLER, 2003, p.25).

Ela defende que o sujeito é um efeito, instituído em meio a um dado contexto e sob estruturas de poder, rompendo com a ideia de liberdade de escolha. No entanto, reforça as possibilidades dadas pela subversão. Assim, dá um passo adiante na ideia de Beauvoir de que não se nasce mulher e aponta que “mulher” é algo que fazemos e não que “somos” (SALIH, 2013).

Outra ideia de Butler (2003), a da heterossexualidade compulsória como uma das instituições que constroem o sexo e o gênero, nos interessa especialmente para compreender os dados colhidos em campo, já que ajuda a costurar a compreensão de sexo, gênero e sexualidade:

O gênero só pode denotar uma unidade de experiência, de sexo, gênero e desejo, quando se entende que o sexo, em algum sentido, exige um gênero – sendo o gênero uma designação psíquica e/ou cultural do eu – e um desejo – sendo o desejo heterossexual e, portanto, diferenciando-se mediante uma relação de oposição ao outro gênero que ele deseja. A coerência ou a unidade internas de qualquer dos gêneros, homem ou mulher, exigem assim uma heterossexualidade estável e oposicional [...] Essa concepção do gênero não só pressupõe uma relação causal entre sexo, gênero e desejo, mas sugere igualmente que o desejo reflete ou exprime o gênero, e que o gênero reflete ou exprime o desejo (BUTLER, 2003, p. 45).

Esse pensamento nos ajuda a compreender como a heterossexualidade compulsória naturalizada regula o sistema binário de gênero, já que o masculino é diferenciado do feminino pelas práticas de desejo heterossexual, consolidando sua coerência interna e binária (BUTLER, 2003). Assim, compreendemos como a questão das identidades de gênero e sexuais encontram-se tão entrelaçadas.

Lauretis (1994) também aponta uma crítica à noção de diferença sexual dentro do pensamento feminista, classificando-a como uma deficiência do mesmo. A perspectiva que pensa o gênero pela diferença sexual acaba por reificar essências arquetípicas e uma oposição universal entre homens e mulheres. Desse modo, ela propõe pensar o gênero como a sexualidade em Foucault, dando um passo adiante da obra do autor:

[...] a imbricação de gênero e diferença(s) sexual(ais) precisa ser desfeita e desconstruída. Para isso, pode-se começar a pensar gênero a partir de uma visão teórica foucaultiana, que vê a sexualidade como uma “tecnologia sexual”; desta forma, propor-se-ia que também o gênero, como representação e como auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana (LAURETIS, 1994, p. 208).

A autora sublinha que a teoria de Foucault pensa a sexualidade como idêntica para todos, sem entendê-la como “gendrada”, por isso a sexualidade feminina, sob esta ótica, acaba por ser uma projeção da masculina, seu oposto complementar. Aí reside o problema das teorias radicais porém androcêntricas: ao negar o gênero, elas permanecem dentro da ideologia opressiva, que segue pensando o sujeito masculino como universal (LAURETIS, 1994). Nesse sentido, ela explica que o sistema sexo-gênero é uma estrutura conceitual que opõe assimetricamente dois sexos biológicos:

[...] é tanto uma construção social quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social, etc.) a indivíduos dentro da sociedade (LAURETIS, 1994, p. 212).

Assim, Lauretis (1994) define gênero a partir de quatro proposições: a) gênero é uma representação, com implicações concretas e materiais; b) essa representação é a sua própria construção; c) a construção do gênero se dá hoje no mesmo ritmo dos tempos passados; d) num paradoxo, a construção do gênero também se faz pela sua desconstrução.

Em outras palavras, a autora define gênero como uma relação social que atribui uma posição a alguém. Ela explica que a construção do gênero é tanto o produto quanto o próprio processo de representação do mesmo. Esse processo de produção se dá por tecnologias, que compreendem conjuntos de técnicas e discursos. A produção de homens e mulheres, sendo efeitos de significados, bem como das auto-representações, se dá pelas práticas, discursos e instituições:

[...] a construção do gênero ocorre hoje através das várias tecnologias do gênero (p. ex., o cinema) e discursos institucionais (p. ex., a teoria) com poder de controlar o campo de significação social e assim produzir, promover e “implantar” representações de gênero. Mas os termos para uma construção diferente do gênero também existem, nas margens dos discursos hegemônicos. Propostos de fora do contrato social heterossexual, e inscritos em práticas micropolíticas, tais termos podem também contribuir

para a construção do gênero e seus efeitos ocorrem ao nível “local” de resistências, na subjetividade e na auto-representação (LAURETIS, 1994, p. 228).

Além de Lacan e Foucault, Lauretis dialoga diretamente com Althusser e trabalha pensando o gênero como uma instância primária de ideologia¹¹, que precisa de um indivíduo sobre o qual agir. A isso, segue-se a ideia de que o gênero pode representar uma força pessoal-política negativa ou positiva, provocando transformações pelas práticas micropolíticas de auto-representação:

Ao afirmar que a representação social de gênero afeta sua construção subjetiva e que, vice-versa, a representação subjetiva do gênero – ou sua auto-representação – afeta sua construção social, abre-se a possibilidade de agenciamento e auto-determinação ao nível subjetivo e até individual das práticas micropolíticas que o próprio Althusser repudiaria (LAURETIS, 1994, p. 216).

Esta noção de resistências micropolíticas está ligada ao desenvolvimento que daremos às identidades a seguir. Tomamos, portanto, gênero como uma categoria de significação do poder, como um elemento importante para compreender relações e mudanças sociais. Além disso, adotamos a ruptura com a visão binária que coloca o sexo no campo da natureza e o gênero no da cultura, assumindo que os dois se constroem juntos e que não há sujeito ou essência pré discursiva para nenhum deles. Também nos posicionamos na perspectiva que compreende que a heterossexualidade compulsória e o sistema binário de gênero se apoiam mutuamente para forjar sua coerência e fixidez. Por fim, pensamos o gênero também como uma representação, como uma relação social que posiciona sujeitos através de tecnologias e a auto-representação como uma prática micropolítica de resistência.

3.4 A questão das identidades sexuais e de gênero

A questão das identidades sexuais e de gênero pode ser abordada por inúmeros olhares. Aqui colocamos como central pensar o seu caráter inacabado e

¹¹ O conceito de ideologia cunhado por Althusser (1992) assume, no uso de Lauretis (1994), como principal função, a de constituir indivíduos em sujeitos.

instável, o esforço para fixa-la, bem como seu caráter conflituoso, dado que suas possibilidades são múltiplas e fluidas, porém atravessadas por relações de poder.

Butler (2003) tece uma problematização das políticas vinculadas à identidade das mulheres. Pontuando que não há como separar o “ser mulher” das suas intersecções raciais, classistas e sexuais, por exemplo, ela nega a base universal identitária e o sujeito estável reivindicado por alguns tipos de feminismo¹², que presumem uma identidade intrínseca para todas as mulheres:

E a tarefa é justamente formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam (BUTLER, 2003, p. 22).

É justamente no meio desse *imobilizar* que estamos olhando para a significação das violências, quando não só instituições jurídicas as procuram fixar, corrigir, naturalizar. Mas quando as resistências e fissuras na aparente estabilidade identitária que são parte desses processos ficam evidentes em violências cotidianas que as procuram imobilizar ou significa-las como o não-naturais.

Louro (2015) nos ajuda a compreender como as identidades sexuais e de gênero assumem um papel central na constituição dos sujeitos na nossa sociedade. Ela cita o caso de um prefeito eleito que assumiu uma nova identidade de gênero e por isso iniciou-se um movimento para destituí-lo, alegando que seria agora “outra pessoa”. O episódio serve para pensar o quanto a sexualidade e o gênero são tidos como essenciais na constituição dos sujeitos.

Além de instáveis, é importante pensarmos as identidades como aprendidas. Louro (2015) convida a fazer uma história das pedagogias da sexualidade, a pensarmos acerca de como se dão os aprendizados que constroem as identidades

¹² Nessa mesma linha, Melo (2008) aponta que muitos temas, como a participação de mulheres trans no debate e na militância feminista, demonstram a heterogeneidade que os caracterizam. Ela também traz a contribuição de Joan Scott para pensar o paradoxo do feminismo: o quanto o movimento feminista termina, muitas vezes, por invocar a diferença sexual (que buscam desconstruir) na luta contra opressões.

sexuais. Ela parte da perspectiva já mencionada de que a sexualidade não é uma questão pessoal, ela é construída ao longo da vida do sujeito, ela é social e política; e essa construção envolve diversas linguagens, rituais, símbolos, espaços, etc. Nesse sentido, a autora explica que as identidades não são dadas pelo corpo, são inscritas nele de forma hierárquica, por relações de poder que constroem a norma e, por consequência, aqueles que estão fora dela. É um processo de significação dos corpos:

Através de processos culturais, definimos o que é – ou não – natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura [...] As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2015, p. 11).

Podemos articular a ideia de pedagogias sexuais às tecnologias de gênero, pensando-as como técnicas de inscrição de significados e representações nos corpos. As diversas formas de violência relatadas em campo, como veremos, podem ser compreendidas como parte destas técnicas, assumindo em diferentes momentos e de diversas formas, o papel de inscrever significados e representações nos corpos das e dos jovens.

Pudemos perceber com os dados do campo, que a aprendizagem dessas identidades envolve processos violentos, de atribuição, correção e diferenciação, como forma de hierarquizar e desvalidar certas formas identitárias. Com uma compreensão próxima disso, Louro (2015) pensa o processo de construção e aprendizagem das identidades como atravessado por atribuições, inscrições e diferenciações.

É fácil concluir que nesses processos de reconhecimento de identidades inscreve-se, ao mesmo tempo, a atribuição de diferenças. Tudo isso implica a instituição de desigualdades, de ordenamentos, de hierarquias, e está, sem dúvida, estreitamente imbricado com as redes de poder que circulam numa sociedade (LOURO, 2015, p. 15).

Esse processo de inscrição de diferenças estabelece rótulos, significados e divisões, além de operar uma pretensa fixação de identidades nos indivíduos.

Segundo a autora, os grupos que são tidos como “normais” podem representar a si mesmos e aos outros e é assim que uma forma de sexualidade (a heterossexualidade) é naturalizada, enquanto outras são constituídas como antinaturais: “É curioso observar, no entanto, o quanto essa inclinação, tida como inata e natural, é alvo da mais meticulosa, continuada e intensa vigilância, bem como do mais diligente investimento” (LOURO, 2015, p. 17).

É nesse sentido que Britzman (1996) aponta como a construção das identidades sexuais, não importa quais, comporta negociação e contradições:

Nenhuma identidade sexual – nem mesmo a mais normativa – é automática, autêntica, facilmente assumida; nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável, volátil, uma relação social contraditória e não finalizada (BRITZMAN, 1996, p. 74).

Parker (2015) aponta como pesquisas sobre culturas sexuais tem questionado cada vez mais as noções estabelecidas sobre identidade sexual e de gênero e como tem focado o olhar nas experiências de jovens. O processo que chama de “socialização sexual”, se aproxima das “pedagogias da sexualidade” estudadas por Louro (2015):

O que significa ser macho ou fêmea, masculino ou feminino, em contextos sociais e culturais diferentes, pode variar enormemente, e a identidade de gênero não é claramente redutível a qualquer dicotomia biológica subjacente. Todos os machos e fêmeas biológicos devem ser submetidos a um processo de socialização sexual no qual noções culturalmente específicas de masculinidade e feminilidade são modeladas ao longo da vida. É através desse processo de socialização sexual que os indivíduos aprendem os desejos, sentimentos, papéis e práticas sexuais típicos de seus grupos de idade ou de status dentro da sociedade, bem como as alternativas sexuais que as culturas lhes possibilitam. Como resultado, a pesquisa social sobre sexualidade tem-se focalizado, cada vez mais, nos diversos processos de socialização sexual e na experiência sexual de jovens, não apenas em si e por si mesmos, mas também como uma abertura importante para a dinâmica da vida sexual – para os modos através dos quais os significados sexuais intersubjetivos são internalizados e reproduzidos na interação social e sexual (PARKER, 2015, p. 136).

Dubar (2005) ao analisar a construção de identidades, explica que é na relação com o outro que um indivíduo é identificado e tem que assumir ou recusar essas identidades atribuídas pelos outros e pelas instituições. Ele concebe esta

identidade como uma construção conjunta, na medida em que é feita a partir de representações interiorizadas e pressupõe reconhecimento ou não pelo outro. No entanto, coloca que essas representações não são totalmente anteriores à sua expressão, elas são também produzidas nos discursos que as exprimem:

Essa passagem do “representado” ao operacional, do passivo ao ativo, do “já produzido” ao “em construção” permite definir as identidades como dinâmicas práticas e não como “dados objetivos” ou “sentimentos subjetivos” (DUBAR, 2005, p.130).

Essa ideia de conflito apontado por Dubar (2005) entre atribuição e pertencimento, contribui para pensarmos esses processos de rotulação como carregados de resistências. Ele concebe o processo identitário como heterogêneo e dialogando com Goffman (1988) e Habermas (2012), pensa processos de atribuição e de incorporação de identidades pelos indivíduos como não necessariamente coincidentes. Ele articula estes dois mecanismos para pensar uma negociação identitária, irreduzível a uma rotulagem autoritária:

O que está em jogo é exatamente a articulação desses dois processos complexos mas autônomos: a identidade de uma pessoa não é feita à sua revelia, no entanto não podemos prescindir dos outros para forjar nossa própria identidade (DUBAR, 2005, p. 143).

Ele explica que para isso, há categorizações disponíveis que dependem do contexto social e histórico em que estão inseridas. Essas categorias podem ser utilizadas, pervertidas, aceitas ou recusadas. É nesse sentido que o autor considera a transformação social indissociável da transformação das identidades. Para ele, que pensa a construção das identidades pela socialização, é necessário colocar a socialização secundária em um lugar de destaque e pensar as condições em que ela pode representar uma ruptura com a socialização que a antecedeu, a primária¹³. É nesse sentido em que aponta que, através da transformação das identidades na

¹³ Dubar (2005) dialoga com Berger e Luckman (2008) que explicam a socialização como categorizada em dois momentos: o da socialização primária e o da socialização secundária. A socialização primária, experimentada na infância, é aquela através da qual o indivíduo, pela linguagem, interioriza o “outro generalizado”, ou seja, práticas e atitudes para além do particular. Na socialização secundária, se dá a internalização dos submundos sociais. Esta está ligada à divisão do trabalho, por representar a aquisição de conhecimentos relacionados a funções específicas.

socialização secundária é possível pensar a transformação social e não apenas a reprodução:

É, de fato, graças à transformação possível das identidades na socialização secundária que se podem contestar as relações sociais interiorizadas no decorrer da socialização primária: a possibilidade de construir outros “mundos” que não os interiorizados na infância funda o êxito possível de uma transformação social não reprodutora [...] Somente a socialização secundária pode produzir identidades e atores sociais orientados pela produção de novas relações sociais e suscetíveis de, por sua vez, se transformarem por meio de uma ação coletiva eficaz, ou seja, duradoura (DUBAR, 2005, p. 127).

Num campo teórico e de estudos diferente, Weeks (2015) também possibilita pensar a identidade como um tema importante na mudança social. Partindo da historicização dos corpos, e refletindo sobre o cenário de mudança de regime sexual que analisa, o autor mostra como a construção do heterossexual como normal e do homossexual como desviante se insere nesse caráter histórico da significação da sexualidade e como a questão da constituição das identidades relacionadas à sexualidade pode representar (entre outras ênfases apresentadas por ele sobre a identidade) uma forma de resistência aos princípios organizadores da sexualidade em um dado tempo.

Se pensarmos a identidade como resistência, nos termos como nos mostra Weeks (2015), a pensamos então, como interlocutora do poder. E por isso, a importância de pensar as violências dentro desse processo conflituoso. Veremos na análise dos dados colhidos em campo que a construção das identidades passa por lutas entre diversos discursos, verdades, modelos, normas, atribuições e diferenciações. Essas dinâmicas colocam em evidência processos violentos e opressores, onde diversas formas identitárias são tidas como inferiores, não naturais e abjetas. Assim, essas identidades podem ser vistas como formas de resistência.

Pensando as identidades de gênero, a contribuição de Ridgeway (2009) nos ajuda na sua explicação como baseadas no contraste e na diferenciação (ainda que a autora não estude identidades especificamente). Para ela, gênero é um sistema primário de categorização compartilhada socialmente e estas se baseiam na diferença: “algo é isso porque é diferente daquilo” (RIDGEWAY, 2009, p. 147, tradução nossa). Assim, ao categorizar o gênero ou o sexo do outro, saliento o meu

próprio. Ela sublinha que essa diferença, no caso do sistema de gênero, comporta desigualdade, e que os estereótipos de gênero não estão baseados apenas em crenças individuais, mas em valores culturalmente hegemônicos institucionalizados por meios, grupos e práticas dominantes. No entanto, a autora aponta para a existência de formas alternativas e contra hegemônicas de significar os gêneros.

Bento e Pelúcio (2012) apontam a transexualidade como uma experiência ligada a identidade em conflito com as normas de gênero sociais e reflete sobre a forma como a concepção hegemônica que atrela o gênero à genitália produz, inevitavelmente, identidades deslocadas, pois estas vão muito além das diferenças sexuais. As autoras discutem e problematizam o papel e os limites das instituições sociais que lidam com as demandas geradas por esta concepção dominante de normalidade, pondo em cheque a perspectiva que liga a transexualidade a um estado de doença mental. Elas também exploram a questão do sistema binário como produtor e reproduzidor da ideia de que o gênero reflete o sexo e que isso determina as outras dimensões subjetivas e identitárias dos sujeitos.

Assim, vemos a dimensão política da transexualidade e de alguma forma, sua potencialidade como resistência desestabilizadora de um sistema heteronormativo e binário, onde as masculinidades e feminilidades são vistas como resultado direto e coerente de uma marca biológica: a genitália.

A ideia de linearidade e encadeamento entre gênero, sexualidade e identidade tem sido desconstruída por diversas perspectivas. Como vimos, Butler (2003) contribui pensando o entrelaçamento da produção dos gêneros à heterossexualidade compulsória, e à própria produção discursiva do sexo. Esta noção é importante para desconstruirmos a lógica que Parker (2015) associa a modelos biomédicos ocidentais e que estabelece uma relação necessária entre desejo sexual, comportamento sexual e identidade sexual.

É importante esclarecer que a identidade sexual de que falamos não compreende apenas a orientação sexual, já que a sexualidade apresenta infinitas nuances nos intervalos entre o que chamamos simplificadamente de heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade, por exemplo, e mesmo internamente a essas classificações. O que queremos dizer é que, assim como o

gênero não se reduz a duas identidades fixas, homem e mulher, a sexualidade não se reduz ao que chamamos de orientação sexual: muitos significados diferentes relacionados à sexualidade podem ser atribuídos a mulheres heterossexuais, por exemplo. No entanto, por serem categorias usadas amplamente e as formas de identificação que mais apareceram no campo, trabalharemos principalmente com estas dimensões.

Nesse sentido, é necessário atentar para a problemática de engessar identidades, pelas práticas. Como explica Seffner (2004), a utilização de expressões como heterossexual, homossexual e bissexual, carrega um viés essencialista. Ele sublinha que essas expressões devem ser entendidas a partir de uma riqueza de significados que não pode ser apreendida por apenas um conceito. Porém, o autor considera a identidade:

[...] problemática quando a pensamos como propriedade do idêntico, mas ainda um conceito bom para fazer pensar, especialmente quando tratamos de identidades culturais, que não são fixas, não derivam diretamente do corpo, são fluidas, podem ser contraditórias, são relacionais, não designam indivíduos prontos e acabados (SEFFNER, 2004, p. 88).

Explicando a linha teórica que entende gênero e sexualidade no contexto das políticas de identidade (apoiando-se em teóricos pós-estruturalistas), Louro (2004) também sublinha a importância de ter em conta a dimensão múltipla e complexa das identidades, bem como sua dimensão conflitiva:

Já não se pode mais trabalhar com a ideia de uma identidade uma, estável e coerente que “explique” o sujeito e sua história. É preciso admitir que, nesses tempos de pós-modernidade, o sujeito é, simultaneamente, “muitas coisas”, ou melhor, é constituído de muitas identidades. Transitórias e contingentes, inacabadas e históricas, as identidades são vividas, frequentemente, com tensões e conflitos. Sob essa perspectiva, torna-se cada vez mais problemático operar dentro da ótica dicotômica que supõe um pólo masculino dominante e um pólo feminino dominado. Todos os cruzamentos – de raça, de classe, de nacionalidade, de sexualidade – complicam essa análise esquemática (LOURO, 2004, p. 205).

Epstein e Johnson (2009) pensam a construção das identidades sexuais na juventude e a caracterizam como um processo relacional, marcado pelas estruturas sociais e relações de poder, mas também pela agência dos jovens na produção de si mesmos. Para os autores, este é um processo ambivalente e contraditório, onde a identidade sexual é construída através de um árduo trabalho performativo. Muitas práticas demonstram ser meios de produzir identidades e tomamos a violência como

uma delas. Esse processo de produção é relacional e os jovens não são meros receptores passivos de modelos instituídos, apesar de não controlarem as condições e relações de poder onde ocorre este processo:

Podemos ampliar o quadro aqui e insistir que os jovens se produzem com identidades reconhecidas socialmente já correntes na cultura mais ampla. Há sempre uma apropriação individual, uma inflexão biográfica, mas o trabalho de identidade é sempre duplamente pressionado: primeiro, a partir do nível dos recursos materiais e corporais segundo, a partir dos roteiros mais insistentes ou dominantes (EPSTEIN e JOHNSON, 2009, p. 89).

Britzman (1996) também nos ajuda a compreender a identidade sexual no seu aspecto não unitário e contraditório e na sua capacidade de criação de novas relações não hegemônicas:

Quando se trata de questões de desejo, de amor e de afetividade, a identidade é capaz de surpreender a si mesma: de criar formas de sociabilidade, de política e de identificação que desvinculem o eu dos discursos dominantes da biologia, da natureza e da normalidade (BRITZMAN, 1996, p. 73).

A questão das identidades e sua relação com as violências será mais desenvolvida na análise dos dados, procuramos apresentar brevemente algumas perspectivas que ancoraram nossa forma de olhar para o que encontramos nos grupos focais. É nessa compreensão de falta de totalidade e fixidez das identidades, da relação entre poderes e resistências, de formas hegemônicas e subalternas de estar no mundo, da falta de algo preexistente e essencial aos sujeitos, da instabilidade de suas identidades sexuais e de gênero e no entrelaçamento delas, que apontamos o olhar para as violências.

Além disso, é importante demonstrar o caráter relacional e duplo dessa produção, onde discursos, representações e poderes dominantes são tencionados com resistências, autoproduções e apropriações que geram transformações micropolíticas. Compreendemos, portanto, este a construção das identidades como um processo conflitivo que busca a inscrição de significados e representações nos corpos, através de diversas práticas, incluindo violências.

4. JUVENTUDES E VIOLÊNCIAS

4.1 Pensando juventudes como *vitrines dos conflitos sociais*

Para iniciar a reflexão proposta sobre juventude, cabe apontar que muitas definições concorrem para dizer o que é ser jovem e onde se localiza este lugar social, seja através de critérios etários¹⁴, seja de critérios sócio-culturais (GROPPO, 2000). Durante o desenvolvimento deste trabalho, tivemos em mente uma conceituação de juventude que a considera de forma plural e como construída social e historicamente, na linha de como a define Orozco (2009), que pensa o “ser jovem” atravessado por processos de subjetivação. Adotar esta perspectiva torna importante pensar sobre como se produzem as identidades e subjetividades juvenis:

Ser joven no es entonces una condición natural, determinada por la biología o la edad; más bien implica procesos de configuración de sí, modos de producción de subjetividad, en el marco de las formaciones sociales contemporáneas. Pensar en subjetividades juveniles implica, a su vez, interrogar sus procesos de producción, entonces, la pregunta no sólo es preguntar quién es ese sujeto al que se denomina joven, sino también como se produce y quiénes inciden en tal producción. En esto las prácticas sociales tienen un lugar muy importante (OROZCO, 2009, p. 286).

Num sentido similar, Abramo (1994) considera que um dos pontos de partida para abordar a juventude desde o ponto de vista da sociologia é toma-la como uma categoria socialmente variável. A autora costura um rico histórico de como a juventude tem sido abordada nesta área, desde a Escola de Chicago, onde o foco estava na sua relação com a violência, em estudos sobre jovens de baixa renda, tomando-os pela perspectiva do desvio, da criminalidade e das disfunções na socialização. No Brasil de hoje, Abramo (2005) aponta os debates em torno dos sentidos atribuídos ao termo juventude e a “disputa pelo papel que se quer atribuir a esta categoria na conjuntura histórica atual, e sobre de que modo deve ser tomado como foco para as políticas públicas” (ABRAMO, 2005, p.40). A autora explica que a juventude remete primeiramente a:

¹⁴ Em termos de definição etária, ainda que não configure uma dimensão central nesse trabalho, temos como referência o Estatuto da Juventude, que define como jovem, no Brasil, todo indivíduo que possua entre 15 e 29 anos. Disponível no link http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm (Acesso em 10/07/2017).

uma etapa do ciclo de vida, de ligação (transição, diz a noção clássica) entre a infância, tempo da primeira fase de desenvolvimento corporal (físico, emocional, intelectual) e da primeira socialização, de quase total dependência e necessidade de proteção, para a idade adulta, em tese a do ápice do desenvolvimento e de plena cidadania, que diz respeito, principalmente, a se tornar capaz de exercer as dimensões de produção (sustentar a si próprio e a outros), reprodução (gerar e cuidar dos filhos) e participação (nas decisões, deveres e direitos que regulam a sociedade) (ABRAMO, 2005, p. 40-41).

Esta perspectiva de juventude, pensada na sociologia como uma segunda socialização, um tempo de preparo para assumir a vida adulta, foi rebatida pela ótica da juventude enquanto restrita pelas condições materiais. Autores como Abramo têm trabalhado no sentido de compreender a juventude tanto no seu aspecto simbólico, de “condição”, quanto no material, de “situação”. A autora expõe a tensão entre estas duas formas de análise da juventude, que busca resolver, portanto, considerando as duas dimensões: a simbólica e a material.

Nesse sentido, ela explica que essa visão proporcionou uma extensão da juventude. Compreende-la não apenas como preparação para a vida adulta, mas como portadora de sentido em si mesma, implica em considerar múltiplas instâncias de socialização, para além da escola e da família, como o lazer e a cultura, especialmente no que diz respeito à formação da sociabilidade, das identidades e dos valores (ABRAMO, 2005). No entanto, a autora sublinha:

[...] é importante ressaltar que, em certa medida, a experiência dos jovens burgueses, que imprimiu o conteúdo da noção moderna de juventude, funciona até hoje como padrão ideal em torno do qual têm sido avaliadas as possibilidades de outros setores sociais de aceder a esta condição, de “viver a juventude”, como se diz, e também a partir do qual se medem as abreviações, extensões e interrupções da etapa, assim como os desvios e negações de seu conteúdo (ABRAMO, 2005, p.43).

Assim, explica que o debate atual está menos centrado em discutir se há ou não possibilidade de viver essa juventude, e mais em compreender as diferentes formas como essa condição é vivida. Por isso ela convida a falar de juventudes, no plural. Não se trata de esconder as diferenças de classe, mas sim de assumir a juventude como condição que tem validade em todos os grupos, porém não da mesma forma (ABRAMO, 2005).

Pais (1990) aponta este como um dos desafios aos trabalhos na área de juventude, considerar, além das semelhanças, as diferenças sociais que existem

entre as juventudes. O autor também enfatiza a necessidade de olhar para a juventude transformando os problemas sociais em sociológicos, isto é, enxergando os fenômenos na sua heterogeneidade e complexidade:

Mais que fazer uma dedução dos “modos de vida” dos jovens a partir de um “centro” imaginário correntemente identificado com uma cultura dominante (de gerações ou de classes), parece ser preferível estarmos prioritariamente abertos a uma análise ascendente (passe a expressão) dos modos de vida dos jovens, partindo dos seus infinitesimais mecanismos, das estratégias e táticas cotidianas, tentando perceber como estes mecanismos são investidos, utilizados, transformados, quais são as suas possíveis involuções ou generalizações (PAIS, 1994, p. 164).

Os processos identitários que envolvem sexualidade e gênero são uma destas fissuras na falsa homogeneidade que é muitas vezes colada sobre a juventude. Assim como jovens de classes sociais e de cores diferentes, mulheres, homens e outras formas identitárias de gênero vivem de forma diferente esta fase da vida. As expectativas que recaem sobre eles, que moldam sua forma de se relacionar com os pares, com a família e com o mundo estão atravessadas pela sua identidade de gênero e pelos processos através dos quais ela é construída. Pensar as juventudes de forma plural envolve, portanto, pensa-las também sob estes aspectos.

O mesmo pode ser afirmado quando falamos de identidade sexual. Jovens heterossexuais vivem a juventude de forma bastante diferente em muitos aspectos, dos jovens bissexuais ou homossexuais, por exemplo. Sua relação com algumas formas de violência é de intensa tensão durante essa fase da vida. Diversas formas de agressões verbais, psicológicas e simbólicas, para além das físicas estão atreladas aos repertórios heteronormativos da escola, da família e dos próprios jovens.

Ainda refletindo sobre a construção sociológica da juventude, Pais (1990) apresenta e concilia duas abordagens sobre socialização: a que a compreende como transmissão de normas, num nível macrossocial e a que procura entender como as pessoas reproduzem ou modificam essas normas em um nível microsocial, no seu cotidiano. O autor convida a ultrapassar a oposição entre essas duas abordagens, e a focar as análises nos significados, em como são compartilhados ou não pelos jovens nas suas vivências do cotidiano. Estudar essa

partilha, reprodução ou modificação de significados leva à compreensão de formas de conhecimento comum e de dar sentido à vida e às ações cotidianas.

Apesar de não ter o espaço e tempo aqui, de pesquisar as diversas formas de ser jovem, nem de considerar suas condições de classe e de cor, por exemplo, procuramos a compreensão dos significados das violências vividas, tendo em mente esse debate, bem como compreendendo a condição plural das juventudes. Outra discussão que esteve bastante subjacente às reflexões que os grupos focais nos trouxeram, e que será retomada mais adiante, foi a de moratória social e de juventude enquanto transição, dos jovens enquanto sujeitos inacabados.

Moratória social, de acordo com Minayo (2011), diz respeito ao prazo concedido aos jovens para gozar a vida sem as cobranças do mundo adulto, enquanto se “preparam” para adentrá-lo. A autora problematiza a extensão dessa moratória, dessa permissividade, tencionando-a com a condição de classe que também a molda e relacionando-a com o mundo do trabalho.

Aqui, cabe ter em vista a discussão de moratória relacionada à ideia de juventude enquanto processo transitório. A ideia de transição da juventude para a vida adulta atrelada a fixidez de expectativas relativas a terminar estudos, sair da casa dos pais, entrar para o mercado de trabalho, casar e ter filhos, como aponta Pimenta (2007) é posta em cheque pelas dinâmicas mais fluidas e permeadas por um “princípio de reversibilidade” vividos na juventude.

Abramo (1994) aponta as várias abordagens nas quais a juventude é vista sob o viés de transição e de “crise em potencial”. A tensão entre diferentes formas de socialização e a contradição com a ordem social, faria dos jovens seus questionadores:

A possibilidade de ruptura incluída na noção de crise, aliada à noção de vir-a-ser, ilumina assim a preocupação básica da sociologia com o tema da juventude: a relação que esta guarda com o problema da continuidade e da mudança social. Essa relação pode estar fundada seja no resultado do processo de transição (consubstanciada na temática da integração, desvio ou rebeldia dos grupos juvenis), seja no questionamento e na busca de inovação na vida social pela tematização dos conflitos geracionais e movimentos juvenis (ABRAMO, 1994, p. 15).

A relação estabelecida entre jovens e mudança social estaria relacionada, segundo Abramo (1994), à concepção de uma juventude que entra “de fora” na

ordem social estabelecida e que por ainda não estar completamente envolvida pelo status quo, não aceitaria passivamente as normas instituídas. Problematizamos essa concepção, primeiro, com a própria Abramo (1994), que aponta o quanto a ideia de jovens que mudam as normas sociais, no caso do Brasil, está associada a um tipo específico de juventude, de classe média e estudante. Mas também, com as falas nos grupos focais deste trabalho, que por horas consideram os jovens como portadores de uma mente mais aberta para as questões de gênero e sexualidade e por horas dão exemplos de comportamentos conservadores vindo de jovens amigos ou desconhecidos.

O caráter de transitoriedade atribuído à juventude, a coloca em uma encruzilhada, onde ora é vista como “esperança”, agente de renovação social, pelo seu potencial inovador, ora como objeto de intervenção e de correção advindas de socializações sem sucesso e não plenamente integrada à ordem social (DIÓGENES, 1998; ABRAMO, 1994). Talvez por isso, Diógenes (1998) caracterize a juventude como o segmento que mais exterioriza as tensões presentes na sociedade e a classifique como *vitrine dos conflitos sociais*.

Nessa reflexão, é importante compreender que não se busca uma naturalização do papel de agente de mudanças sociais nos jovens, como se eles fossem os encarregados de mudar as estruturas, discursos ou relações de poder das quais são herdeiros. Nem que pelos “choques” entre seu modo de ver o mundo e o dos mais velhos, fosse sua incumbência fundar ou instituir novos significados e relações sociais. Nossa perspectiva vê as juventudes como lugares sociais onde se expressam ricamente as produções de gênero e sexualidade, bem como as violências, disputas, resistências e contradições que atravessam a sociedade por inteiro. E ainda, vemos no processo de construção de suas identidades, local privilegiado para observar como esses processos se colocam para os indivíduos cotidianamente.

Os debates sobre violência e sobre juventude se entrecruzam por diversos pontos de vista. Pimenta (2014) aponta o enfoque dualista que tem predominado nas análises sobre o envolvimento de jovens com a violência, onde estes são vistos ou como vítimas, ou como agressores, geralmente associando estas dinâmicas a

processos de exclusão social. Também aponta que estes estudos têm enquadrado os jovens sob duas perspectivas predominantes e dicotômicas: a que os vê como problema social e a que os analisa pela ótica do risco, contribuindo para “obscurecer a participação dos jovens como sujeitos ativos dos processos sociais nos quais se encontram envolvidos” (PIMENTA, 2014, p. 268).

[...] as dinâmicas de sociabilidade, entendidas como as diferentes relações e interações sociais que permeiam a vida cotidiana de adolescentes e jovens e se dão predominantemente no contexto familiar e na convivência com os “grupos de pares”, possibilitam identificar muitas das interações complexas que ajudam a explicar como jovens de ambos os sexos se tornam vítimas e perpetradores de violência. Esse entendimento pode ser ainda mais aprofundado quando se leva em consideração a dimensão subjetiva dos processos sociais, que moldam a ação a partir de diversas formas de leitura e interpretação do cotidiano (PIMENTA, 2014, p. 272).

Por isso, a importância de estudos que centrem os esforços em compreender essas relações e sentidos de violências cotidianas, onde os jovens, atravessados pelas condições sociais e redes de poder onde estão inseridos, não deixam de atuar como sujeitos ativos.

4.2 Pensando violências no plural

Para dar conta dos objetivos a que nos propomos, precisamos antes trazer as reflexões sobre violência que orientaram este trabalho. A abordagem que propomos sobre violência a compreende como um fenômeno múltiplo e um conceito plural. Compreender algumas noções de violência nos ajudará na análise das dimensões empíricas de significação trazidas pelos jovens nos grupos focais.

Michaud (1989) retoma definições etimológicas e jurídicas da violência para, em seguida, propor uma definição que abarque tanto os atos violentos, quanto dos estados de violência:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989, p. 10-11).

Essa definição, como explica o autor, visa dar conta de violências cujas responsabilidades encontram-se diluídas em processos e contextos históricos (como um genocídio, por exemplo); das diversas modalidades através das quais elas se

dão; dos diferentes tipos de danos que podem ser produzidos; e da distribuição dessas violências no tempo: matar, deixar morrer de fome, ou contribuir para as condições de que isso aconteça são alguns exemplos.

Tavares dos Santos (1995), articulando contribuições de Michaud e Foucault, define a violência como um dispositivo de poder, de excesso de poder, que na relação com o outro o atinge, produzindo-lhe algum dano social. Esta forma de interação social seria um lugar onde determinado poder é afirmado.

Neste trabalho, em que analisamos a forma como os jovens percebem as violências, é importante pensar o quanto a violência está vinculada aos significados atribuídos a ela. Se falamos em monopólio da violência legítima, quando caracterizamos o Estado, por exemplo, vemos que há percepções de violência como legítimas e outras como ilegítimas. Essas percepções variam de acordo com o contexto histórico, mas também com o lugar social de onde os atores veem estas violências. Jovens, idosos, gays, lésbicas, heterossexuais (trazendo para nossa discussão) significarão de formas distintas processos violentos ou nem classificarão os mesmos como tais.

Michaud (1989) nos ajuda a compreender essa dimensão indefinível do conceito de violência. O autor parte de uma perspectiva que visibiliza as dimensões conflitivas da sociedade e, por isso, caracteriza a noção de violência como polimórfica e incapturável:

O emprego de tal conceito supõe a referência a normas que podem não ser partilhadas por todos. Essa situação de relatividade das normas ou dos pontos de vista supõe, por sua vez, um campo social dividido que podemos caracterizar, segundo os casos, como pluralista ou atravessado por antagonismos. Quando são abalados ou desaparecem os pontos fixos – em particular jurídicos – a partir dos quais são julgados os acontecimentos e as ações, quando os discursos dominantes que ordenavam sem discussão a classificação das condutas legítimas e ilegítimas dão lugar a pontos de vista rivais, os conceitos políticos são alvo de definições divergentes, amiúde irreconciliáveis. Dizendo de um modo corrente: um conservador e um socialista não tem a mesma noção da democracia e da igualdade. A noção polimórfica e incapturável da violência faz parte desses conceitos que mais polarizam os antagonismos sociais e políticos (MICHAUD, 1989, p. 111).

Dessa forma, o autor sugere que, para conceituar a violência, deixemos de lado os fatos violentos e foquemos nosso olhar na forma como o conceito se relaciona com a realidade. Não se trata de não definir violência, mas de pensa-la

para além de ações, buscando compreender a sua diversidade e os sentidos atribuídos a ela.

Diógenes (1998), como vimos na introdução deste trabalho, propõe pensar a violência na sua complexidade, pelo seu caráter multidimensional. Diferente das visões duais, compartimentadas e estigmatizantes, que a pensam pela ótica da desordem e da anomia, buscar compreende-la dentro da vida social e entrelaçada às redes que a constituem.

Na linha do que Michaud (1989) chamou de estados de violência, podemos pensar a violência chamada de estrutural, que Seffner (2004) explica como formas de violência que não se apresentam subitamente, mas que:

[...] estão instaladas na intimidade da vida cotidiana dos indivíduos, atuando de forma constante e sendo muitas vezes dificilmente nomeadas como violentas, uma vez que se apresentam quase “naturalizadas” (SEFFNER, 2004, p.88).

Pensando a violência ligada ao poder e às desigualdades, Seffner (2004) nomeia de violência estrutural as práticas violentas incorporadas ao cotidiano das pessoas, nas relações sociais que estão sempre negociando entre diferenças de classe, cor, gênero, entre outras: “a violência pode aparecer como um complemento fundante da articulação entre esses elementos. Ela pode atuar como lubrificante dessas relações. Ela pode ser necessária para que um grupo preserve a dominação sobre outro [...]” (SEFFNER, 2004, p. 90). A violência seria, então, um complemento presente nessas relações. Uma pessoa não se relacionaria com as outras a partir da violência, mas esta pode se tornar (em maior ou menor dimensão) um complemento fundante dessa relação.

Assim, Seffner (2004) argumenta que a violência seria um meio de preservar relações de dominação fundadas em outros elementos como cor, classe, gênero e outros. Os conflitos entre grupos sociais podem gerar violências, que por sua vez, podem se tornar estruturais. A vida em sociedade exigiria dos indivíduos, portanto, administrar a violência presente nas relações de dominação entre grupos sociais.

Porto (2010) trabalha o tema da violência na sociologia, a partir da ótica das representações sociais e propõe trabalhar as representações como um todo, no plural, e também na sua dimensão de disputas:

[...] assumindo as representações sociais enquanto blocos de sentido articulados, sintonizados ou em oposição e em competição a outros blocos de sentido, compondo uma teia ou rede de significações que permite ao analista avançar no conhecimento da sociedade por ele analisada (PORTO, 2010, p. 66).

A autora explica que os estudos sobre violência não têm privilegiado o enfoque que considera as representações na construção dos objetos de pesquisa. Por isso, ela elenca pressupostos sobre as representações sociais que justificam esta escolha:

a) embora resultado da experiência individual, são condicionadas pelo tipo de inserção social dos indivíduos que as produzem; b) expressam visões de mundo objetivando explicar e dar sentido aos fenômenos dos quais se ocupam, ao mesmo tempo em que, c) por sua condição de representação social, participam da constituição desses mesmos fenômenos; d) apresentam-se, em sua função prática, como máximas orientadoras de conduta; e) admitem a existência de uma conexão de sentido (solidariedade) entre elas e os fenômenos aos quais se referem, não sendo, portanto, nem falsas nem verdadeiras mas a matéria-prima do fazer sociológico (PORTO, 2010, p. 68).

A autora defende uma abordagem que privilegia essa dimensão subjetiva das representações “sabendo, no entanto, que elas só se constroem em relação a um dado contexto ou ambiente objetivamente dado, já que os sentidos não podem ser compreendidos independentemente do campo social no qual se inserem” (PORTO, 2009, p. 802).

Nesse sentido, ela aponta para a inexistência de uma violência no singular e para a violência como um fenômeno caracterizado pela multiplicidade, não podendo ser identificada por apenas uma causa, ou segmento social. Por isso, ela aconselha o estudo dos diferentes sentidos dados a esse fenômeno, sentidos que informam e orientam condutas cotidianas.

Sobre a violência relacionada à constituição dos sujeitos jovens, Nascimento e Coimbra (2009) compreendem que os modos de produção de subjetividades hegemônicos são fundamentais para dominações:

[...] tendo em vista que tais modalidades de subjetivação, embora dominantes, ocorrem microscopicamente, de modo invisibilizado e pleno de violência, ou seja, poucas vezes percebemos o quanto somos violentados e violentos, produzidos e produtores em pequenas ações cotidianas, com nossas práticas e esses mesmos processos de subjetivação. A um só tempo, somos produzidos e produtores de modos violentos de existência [...] (NASCIMENTO e COIMBRA, 2009, p. 42).

Assim, neste trabalho, entendendo a violência como polimórfica e relacionada à afirmação de poder, pensando-o sempre em interlocução com as resistências, buscamos capturar e compreender os sentidos dados pelos jovens às violências que vivem no seu cotidiano, relacionadas à produção de suas identidades sexuais e de gênero.

5. CAMISAS QUE COLAM PARA ATRIBUIR, PALAVRAS QUE DOEM PARA CORRIGIR: ANÁLISE DOS DADOS COLHIDOS EM CAMPO

Neste capítulo, traremos a análise dos dados colhidos em campo. Primeiro, apontaremos alguns aspectos gerais sobre como as falas trouxeram o caráter conflituoso da construção das identidades. Em seguida, passaremos à parte mais analítica, onde serão apresentadas as tipologias criadas para compreender os dois principais significados de violências identificados. Cabe esclarecer que foram mais de 9 horas de áudio resultantes da pesquisa, onde muitos temas foram tocados, sendo impossível relatar e analisar todos eles neste trabalho. Assim, seguindo os objetivos propostos para responder o problema de pesquisa, nos limitaremos a apresentar as formas de significar as violências que apareceram de forma mais consistente e frequente, podendo ser consideradas como presentes em todos ou na maior parte dos grupos.

5.1 As expectativas e resistências: expressões da tensão na construção das identidades.

Apontaremos a seguir, como as falas mostraram o caráter instável, conflituoso e não apenas reprodutor da formação das identidades sexuais e de gênero. Como explicamos no capítulo sobre os procedimentos metodológicos, utilizamos um roteiro (Apêndice 3) para guiar a realização dos grupos focais. Assim, iniciávamos perguntando sobre as expectativas sociais que eles identificavam sobre mulheres e homens e em seguida, perguntávamos o que eles achavam que ocorria quando elas não eram atendidas. Já na primeira pergunta, respondiam colocando em oposição essas expectativas com o que eles próprios vivenciavam, demonstrando que essa construção é significada de forma que vai muito além da reprodução de divisões binárias e heteronormativas, apresentando resistências e conflitos nesse processo.

As respostas sobre as expectativas sentidas em relação aos papéis sexuais e de gênero giraram em torno, principalmente, de três aspectos: da sexualidade, da pressão social para não “sair da linha” e da casa e da rua como espaços próprios para mulheres e homens, respectivamente.

Ao trazer comportamentos esperados em relação à sexualidade, como ao longo das outras discussões nos grupos, gênero e sexualidade se misturavam a todo momento. Cumprir o esperado de um homem, assim como o de um mulher sempre passa por cumprir uma forma de sexualidade esperada, e como já imaginado, diferente conforme o gênero. Em relação à sexualidade dos homens, foram trazidas expectativas sociais de que o homem tenha muitas parceiras e inicie a vida sexual mais cedo, porque isso afirmaria sua condição de gênero, sempre costurada, nas falas, à sua orientação sexual.

O trecho abaixo sintetiza algumas das principais percepções encontradas no campo, a respeito dessas expectativas sobre o comportamento de homens:

Menino 1 - Acho que o cara tem que ser firme, não pode ter o jeito meio afeminado que já é gay.

Menina 1 - É verdade. Ah, e também esperam que os homens sejam pegador né, os homens tem que pegar um monte de mulher.

Menino 1 - Aha, os pais são sempre assim, começa a crescer "tá, e as namorada? Pegou quantas?" [...] Com 18 anos, tem que levar na zona.

Menina 2 - O machão que não chora, homem não chora.

(Grupo Focal 6, 24/11/2016)

Os elementos trazidos nesse trecho dizem respeito: a) à comportamentos ou atividades “afeminadas”, isso seja, ligadas à sensibilidade, que colocam em xeque a virilidade e a firmeza atribuídas a um modelo de masculinidade heteronormativa hegemônica; b) ao exercício da sexualidade esperada, mantendo relações com muitas mulheres; e c) à iniciação da vida sexual mais cedo que a da mulher. Estes três elementos apareceram nos grupos focais como principais expectativas em relação a como um homem deve ser e se relacionam com a vivência da sexualidade.

A sexualidade também ocupou papel central nas expectativas sentidas pelas mulheres. Gênero e sexualidade, de novo, encontraram-se entrelaçados. Tanto no sentido de que elas devem ter um comportamento mais reservado que os homens, iniciando a vida sexual mais tarde e tendo menos parceiros, quanto colocando sua orientação sexual “em dúvida” por se vestir ou comportar de forma mais identificada com comportamentos esperados de homens, como vemos nos trechos abaixo:

Menina 1 – Porque o homem que pega um monte de mulher é o pegador, é bonito, lindo, bah ele pega...

Menina 2 – Foi criado pra isso.

Menina 1 – Exatamente. E a mulher que pega 1,2,3... Ela não pode.

Menina 3 – Tem que ser reservada.

Menina 1 – Por quê? Por que que ela não pode? Não são diretos iguais? Se tu pode, eu também posso e eu não preciso ser rotulada como puta, tu entendeu?

[...]

Menina 2 – Ah, eu já deixei de fazer coisas, de vestir roupas, de expressar o que eu queria falar justamente pra não sofrer esse...

Menina 3 – Represália.

Menina 2 – É, exatamente.

(Grupo Focal 1, 22/08/2016)

Menina 1 - Guria não pode usar uma calça larga, ou uma coisa assim que "ai, aquela lá é machorra". Que não usa brinco, por exemplo.

(Grupo Focal 4, 23/11/2016).

Essas expectativas e reações estão intimamente ligadas às atribuições de identidades e destinos às mulheres que as transgridem, item sobre o qual nos debruçaremos mais adiante. Como vimos, as expectativas relacionadas à sexualidade passam pela orientação sexual, mas também pelos comportamentos dentro da heterossexualidade, que guarda campos de possibilidades diferentes para homens e mulheres.

O central nas falas é o constante entrelaçamento entre gêneros e sexualidades: “ser homem” diz respeito a ser e parecer heterossexual e se relacionar com muitas mulheres e “ser mulher” diz respeito a ser e parecer heterossexual e se relacionar com poucos homens. Nesse sentido, um dos participantes disse que é comum dizerem a homens homossexuais: “vai comer uma mulher, que tu vai virar homem” (Menino 1, Grupo Focal 2, 26/08/2016). Outras falas exemplificam essa mistura operada entre gênero e orientação sexual:

Acho que as gurias aceitam mais porque tipo, no meu ponto de, no meu sentido, gay seria uma pessoa meio que querendo ser mulher. Sei lá, entendeu? Aí meio que a guria sei lá, se simpatiza, sei lá.

(Menino 1, Grupo Focal 5, 21/11/2016)

Menino 1 - Tá, mas eu acho que se fosse pra tu gostar de outra coisa, tu nasceria com os três negócio, o homem, no caso (risos dos outros). No caso, se tu nasceu pra ter a opção de gostar de homem ou de mulher, tu teria as duas coisas pra ficar com a pessoa. Tu nasceu homem, tu tem o teu pênis pra ficar com uma mulher que tem uma vagina. É o certo.

Menina 1 - Não é uma escolha, isso é um problema de dentro de ti, tu já nasce com isso.

Menino 1 – Não. Tu não nasce veado.

Menina 1 - Tá, fulano. Tu acha que eu vou escolher sofrer bullying, vou querer apanhar na rua?

Menino 1 - Muitas vezes as pessoas têm curiosidades, quer saber se é bom ficar com outro homem...

Menino 2 - Daí experimenta e vê que não gosta, é diferente.

Menino 1 - Tá, e se experimentar e gostar?

Menina 1 - Ele tem todo direito de... Se ele experimentou e gostou, ele tem todo o direito de continuar com aquilo ali.

Menino 1 - Tá, mas ele não nasceu veado. Tu me perguntou se ele nasceu veado ou não. Eu te falei que não. Ele fez a escolha de provar o mesmo sexo que ele e depois disso ele gostou e ele virou veado. Antes disso ele era homem, ele não sabia que ele gostava.

(Grupo Focal 9, 09/12/2016)

Percebemos que nos trechos onde são trazidas as expectativas sobre os homens, apareceram elementos sobre as que recaem sobre as mulheres. E o inverso também ocorre. Isso porque, como vimos na discussão sobre gênero, as categorias “homem” e “mulher” são construídas uma em relação à outra, e as identidades comportam muitas práticas de diferenciação. Assim, como veremos, as expectativas que recaem sobre o comportamento sexual da mulher, são construídas e trazidas nas falas muito em oposição aos modelos masculinos, o que corrobora com as perspectivas que apontam a produção das sexualidades femininas sempre em oposição ou em contraste às masculinas. (LAURETIS, 1994; BLAND, 1981).

Fica claro nas falas o encadeamento linear e a fixidez colocada nas expectativas sobre jovens homens e mulheres. O encadeamento entre sexo-gênero-desejo-prática-identidade, remete ao que Butler (2003) chamou de heterossexualidade compulsória. As falas se relacionam à ideia de que o desejo refletiria o gênero e vice-versa. Assim, uma coerência pressuposta exige uma

heterossexualidade estável e oposicional, como a autora explica. No trecho abaixo vemos o encadeamento entre tirar o pênis e deixar de ser homem; e no seguinte, entre ser homem e ter atração por mulheres.

Se tu for ver, é simples, tá ligado, por exemplo, tava vendo uma entrevista dum cara que *tirou o pênis e virou uma mulher*, só que ela gosta de mulher e de homem, aí parece complicado eu falando, mas é simples, cara, tu vai olhar pra ela, é uma mulher e gosta de mulher, ponto.

(Menino 1, Grupo Focal 2, 26/08/2016)

Vocês viram a série justiça ontem? A mina foi estuprada [...] Vai fazer o quê, mano? É foda a sociedade, tá louco. O homem nunca vai... Por que que criaram o homem e a mulher? Pro homem sentir atração pela mulher e vai ser sempre assim, tá ligado?

(Menino 2, Grupo Focal 2, 26/08/2016)

No mesmo sentido, Lauretis (1994) explicou o sistema sexo-gênero como opondo dois sexos e conferindo-lhes significados assimétricos, visto que dentro de relações de poder. Essa mesma oposição e construção assimétrica, veremos a seguir, nas expectativas em relação ao espaço doméstico como próprio das mulheres e à rua, como permitido aos homens.

O segundo aspecto identificado nos grupos sobre as expectativas em relação a homens e mulheres estava relacionada aos espaços tidos como próprios para cada um. Foi repetida muitas vezes, a ideia de que as mulheres não devem *sair* tanto. A casa foi colocada (na visão principalmente dos pais) como um espaço seguro e recomendável para elas e a rua como lugar de livre acesso para os homens, rua entendida também como festas ou como outros espaços de sociabilidade fora da casa.

Ao analisar os dados da pesquisa, nos demos conta de que a expressão usada por jovens mulheres, em pelo menos dois dos grupos, “eu acho que o padrão de mulher é ser bela, recatada e do lar” (Menina 1, Grupo Focal 1, 22/08/2016), fazendo referência à reportagem da Revista Veja sobre Marcela Temer¹⁵, reflete

¹⁵ O artigo da pesquisadora Djamilia Ribeiro, disponível no link: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bela-recatada-e-do-lar-materia-da-veja-e-tao-1792> fala sobre a polêmica em torno da matéria publicada na Revista Veja, disponível no link: <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>.

muito das expectativas relatadas pelas jovens mulheres. Articulando a expressão às falas encontradas no nosso campo, o termo *bela* nos remete às expectativas sobre o corpo, à forma de se vestir; *recatada* à sexualidade e submissão; e *do lar*, às expectativas que ainda recaem sobre as jovens¹⁶ quanto à sua permanência na circunscrição do espaço privado, apesar de todas as grandes mudanças sociais das últimas décadas. Abaixo, outra fala que trouxe essa expressão:

Menina 1 – Eu acho que a nossa sociedade é um tanto quanto machista porque esperam que as mulheres fiquem com a barriga encostada no fogão, lavando, passando e cozinhando, querem exatamente uma “bela, recatada e do lar” e eu não sou obrigada a isso, lugar de mulher é onde ela quiser. Eu não sou obrigada a ficar em casa cuidando de filho e fazendo comida pra marido.

(Grupo Focal 9, 09/12/2016)

Em outros grupos, esta divisão foi associada à maior liberdade concedida aos homens jovens:

Menina 1 - O cara tem que pegar muita guria, tem que sair pra festa, porque dão muito mais liberdade pra homem do que pra mulher, né?

Moderadora - Como vocês acham que dão mais liberdade pros guris?

Menina 2 - Principalmente saindo.

Menino 1 - É.

Menina 2 – Eu nunca poderia chegar pra minha mãe e falar: "mãe, hoje vou sair de noite", ela ia rir e dizer não.

Menino 1 - É.

Menino 2 - É bem isso, tipo, a minha irmã, ela não sai de casa [inaudível]... Eu saio onze horas da noite...

(Grupo Focal 8, 06/12/2016)

No caso eu, é eu e o meu primo né, a gente é muito grudado um com o outro, e tipo, ele sai assim, até... Sabe? Chega até bêbado em casa, caindo de bêbado. Aí eu falo pra minha mãe: "ai, eu quero sair também, ir pras

¹⁶ Apesar de não nos determos nesse tema aqui, pensamos que a compreensão da questão das responsabilidades no ambiente doméstico requer estudos que a observem a dimensão de classe das jovens, já que o trabalho doméstico recai com maior peso sobre as mulheres com menor poder financeiro, diferente das classes mais altas, onde, no Brasil, as empregadas domésticas muitas vezes, cumprem essas funções.

festas e tal" e ela: "não, porque tu é mulher", "ah, mas ele vai", "ele é homem, ele pode".

(Menina, Grupo Focal 6, 24/11/2016)

Foram trazidos dois tipos de justificativa para essa divisão. A primeira, relativa à rua como local inseguro para mulheres e a segunda, à possibilidade de difamação da mulher que “sai muito”, como expresso nos trechos abaixo:

O menino pode sair pra rua, a menina não pode, porque vai pensar que tá vagabundeando, essas coisas assim, pelo menos é isso que eu escuto da minha mãe.

(Menina, Grupo Focal 4, 23/11/2016)

Os caras esperam que a gente não saia muito, que só eles podem.

(Menina, Grupo Focal 9, 09/12/2016)

É a mesma coisa, tipo, eu se falar pra minha mãe: "mãe, vou sair agora e vou voltar tipo, sei lá, daqui dois dias eu volto", aí ela vai falar: "tá, te cuida". Agora, por exemplo, a minha irmã, ela é tipo, "meu Deus! Não pode". Tipo, tudo bem que ela é pequenininha, mas ela ia ter um surto psicótico, porque ela ia pensar: Meu Deus, vai ser estuprada! Meu Deus, vai acontecer isso! Meu Deus, vai acontecer aquilo! Então, acho que tem dois lados. Tem o lado da preocupação, porque geralmente a mulher corre mais risco, porque é muito difícil um cara ser estuprado. Mas uma mulher, ela pode tá andando normalmente na rua e do nada pular um louco e agarrar ela. Então acho que tem os dois lados, tem o lado da preocupação e também tem o lado da "ah não, tu não vai sair em tal festa porque depois tu vai ficar com fama de disso, vai ficar falada, não sei o quê". Tem os dois lados, tem o lado da preocupação e tem o lado do estereótipo que se tu faz isso tu vai ser uma garota que ninguém vai te querer, tu não vai casar, tu não vai construir a tua família, tu vai ficar falada.

(Menino, Grupo Focal 8, 06/12/2016)

Além disso, identificamos cobranças das responsabilidades domésticas de forma ainda bastante desigual conforme o gênero. Alguns trechos demonstram essa distribuição desigual entre homens e mulheres:

Menina 1 - Minha tia chegou pra mim e falou bem assim: "vou te ensinar a cozinhar". E eu não gosto de cozinhar, não consigo, meu irmão cozinha melhor que eu, eu não consigo. "Tá e o quê tu vai fazer quando crescer e tu vai casar?" e eu não, peraí, só um pouquinho né. Eu não sei fazer pra mim, agora vou aprender pra fazer pros outros? É isso aí? Não. Não quero, eu não vou. E só lamento, eu vou dizer assim ó, eu vou ganhar bastante dinheiro e vou pagar o meu irmão pra cozinhar pra mim (risos de todas). É isso aí que ficam me cobrando agora, sabe?

[...]

Menina 2 - Eu chego em casa e eu vou direto pro celular né? Meu vô bem assim: "tá, tu não vai ajudar a tua vó em casa? e a tua mãe. Como é que vai ser teu futuro?"

(Grupo Focal 1, 22/08/2016)

Menina 1 - Tipo, quando chega visita em casa: quando é gurria, ah, tem que ser educada com a visita, quando é guri não falam nada normalmente, só dá um oi e sai: "ah, vou sair com meus amigos". E a gurria não, tem que ficar conversando...

Menina 2 - Fazer sala, né?

Menina 1 - É. pelo menos na minha casa é assim.

(Grupo Focal 7, 22/11/2016)

O terceiro aspecto trazido frequentemente em relação às expectativas sobre homens e mulheres diz respeito à pressão para “andar na linha”. Em vários momentos pudemos perceber falas que continham o sentido de que as mulheres contam com um limite estreito de práticas desejadas socialmente, como nos trechos abaixo:

Na verdade, eu acho que [...] prezam muito pela menina se comportar naquele padrão, sabe? [...] Na menina é muito mais rígido do que nos guri, sabe? Tipo, a sociedade, ela tem aquele padrão tipo, mais... Aquele preconceito com uma menina do que com um guri.

(Menina, Grupo Focal 1, 22/08/2016)

O homem até eu acho que tem um ponto assim, que a mulher tem que ser no ponto. Se for demais "ai, é patricinha", daí se for de menos "ai não, que é sapatão, é machorra", essas coisas assim, daí a mulher tem que ser num ponto assim.

(Menina, Grupo Focal 3, 01/09/2016)

Menina 1 - A menina sempre tem que ser mais responsável, ter melhores notas, ser mais organizada. Tipo, pra menino não tem tanta cobrança em relação a isso.

Menino 1 - É, bem aquela situação né, o guri pode fazer o que ele quiser, entre aspas, né, claro. Mas é aquilo, tu vai fazer merda, ah, tu é guri, tu só pensa em merda. A gurria não, a gurria tem que ser bem como ela disse, tem que ser centrada, tem que ser estudiosa, tem que tirar boas notas, tem que dar o exemplo.

(Grupo Focal 3, 01/09/2016)

Podemos também refletir, com essas falas, sobre a vivência da moratória, do período de ensaio e erro na juventude como vivido diferentemente por jovens conforme o gênero. Desenvolveremos essa ideia mais adiante.

Ainda que muitas falas tenham se referido ao “andar na linha” como uma exigência relativa às mulheres, pudemos perceber que vários relatos colocaram as expectativas de uma masculinidade hegemônica com possibilidades estreitas também, como indicam trabalhos anteriores. Seffner (2004) classifica a heteronormatividade masculina hegemônica como uma das faces da violência estrutural nas relações de homens bissexuais:

Uma face da violência estrutural que permeia relações entre homens desse grupo é a heteronormatividade masculina hegemônica. As possibilidades de ser homem são muito estreitas, há pouco espaço para a variação. Desta forma, qualquer outra forma de viver o masculino, que não seja a tradicional, pode ser rapidamente identificada com a homossexualidade, o que é um grande temor para estes homens (SEFFNER, 2004, p. 100).

Vemos que mesmo quando as jovens falam sobre a maior liberdade concedida aos homens, elas deixam escapar que também há cobranças de andar na linha, porém cumprindo expectativas opostas às da mulher:

Menina 1 - Em tudo, tipo guria que é desorganizada, já: "ah, coisa feia, tu é guria, tu tem que ser, organizar teu quarto direitinho, tem que sair bonitinha, não vai sair sabe... Com roupa rasgada". Guri, nossa, vem rasgado, vem sujo, vem isso, vem aquilo e ninguém fala nada.

Moderadora - E se o guri vier todo arrumadinho ou não pegar ninguém na festa?

Menina 2 - Mangolão. (risos de todos) Já tipo: "ai, esse aí é mangolão. Não por vir arrumadinho, mas tipo".

Menina 3 - Por vir arrumadinho sim. Porque eu lembro que tinha um menino que se vestia de camisa social e todo mundo falava dele.

[...]

Menina 4 - É que os guris são tipo assim, a gente não espera nada dos guris. E quando eles dão, tipo alguma coisa... Tipo, vem arrumadinho ou fala mais delicado, ou alguma coisa assim, então vai ter aquela conversa tipo "ai olha ali, tá vindo arrumadinho", ou "ai, ele é gay".

(Grupo Focal 7, 22/11/2016)

Assim, vemos o quão estreita também pode ser a “linha” e as possibilidades de expressão masculinas dentro desta lógica hegemônica que as delimita.

5.2 A dimensão do conflito: “com 15 anos, tu já viu um monte de coisa e pode tirar da tua cabeça se é errado ou certo”.

É importante ressaltar que não buscamos reificar as oposições complementares apresentadas nas falas, nem compreender essa dominação como uma relação entre dois polos. Pelo contrário: vimos o tom contrariado das jovens e dos jovens, seus descontentamentos com essas formas hegemônicas de significar gêneros e sexualidades e com a tentativa de inscrição delas neles próprios, o que reforça o quanto elas não são “naturais”.

O central é perceber como as falas expressam relações de poder e resistência e a falta da coerência e fixidez forjada nos modelos de identidade hegemônicos. É no contexto dessas fissuras e conflitos que vamos olhar para as violências. Mas primeiro traremos algumas falas que mostram de forma mais direta esta dimensão conflitiva significada principalmente pelo seu aspecto intergeracional, ainda que não exclusivamente:

Todos esses pensamentos assim, tu tá na tua casa, tu vai ouvir aquilo, é muito pelo meio. Mas claro que tipo, quando tu vai, procura saber mais disso, tu pode se desconstruir de pouquinho em pouquinho. Não é um processo muito rápido, mas com o tempo tu vai agregando mais conhecimento, tu vai abrindo mais a tua mente, e aí tu vai aceitando mais as diferenças, por mais que às vezes tu não concorde, mas tu tem que aprender a aceitar.

(Menina, Grupo Focal 1, 22/08/2016)

Menino 1- Muita gente acaba só reproduzindo, mas nunca para pra pensar no quê que tá certo e o quê que tá errado.

Menina 1 – É que acha que vai se sentir bem, no caso... Mexendo com outras pessoas.

Menino 2 – Sim, até uma certa idade eu tinha um preconceito contra gays, quando eu não tinha... Não pensava muito bem... Que eu via meu pai, meu tio, meus amigos tudo falando: “ah, ele é gay, o cara é gay” só porque o cara tinha um jeito meio diferente, aí eu cresci falando assim também.

(Grupo Focal 6, 24/11/2016)

Menino 1 - Esperam que o homem seja o responsável por tudo. Que ele que leve comida pra casa, que ele que ensine os filhos como que... Isso é o estereótipo de como que o homem deve ser. Que ele tem que dar juízo pros filhos pra eles serem também assim no futuro, ele tem que ser responsável,

e isso e aquilo... E o mais comum é que o homem tem que casar com uma mulher e ter filhos pra poder passar o nome. Mas atualmente isso tem mudado bastante.

Menina 1 - Eu acho injusto isso, só o homem trabalhar, só o homem... Dizem que as mulheres antigamente não podiam sair de casa, só o homem que tinha que trabalhar. Hoje em dia isso acontece ainda, eu acho isso muito ridículo. Eu acho que tem que pegar junto ali, mulher tem que sair pra trabalhar, ele sair também e os dois juntos conquistar alguma coisa, entendeu? Não é justo só o homem sair e a mulher ficar em casa, tem mulheres que não gostam de ficar em casa, tipo eu.

(Grupo Focal 4, 23/11/2016)

Mas eu também acho que tu não necessariamente precisa pegar as ideias que teu pai te mostra. Tipo, tu cresceu, tá? Aí tu tá lá com teus 15 anos, tu já viu bastante coisa, não tanto né, quanto teu pai, mas tu viu um monte de coisa e pode tirar da tua cabeça se é errado ou certo.

(Menino, Grupo Focal 2, 26/08/2016)

Sobre a dimensão intergeracional, podemos pensar que o cenário de resignificação das relações de gênero e sexuais vem desestabilizando “a família tradicional” não apenas no sentido abstrato, mas no cotidiano concreto, pelos conflitos instaurados entre diferentes percepções que expõe violências, desacomodam e desestabilizam sentidos hegemônicos. Alguns relatos de jovens que “estragam as festas de família” foram trazidos, questionando violências dos parentes.

Um parente lá do meu padrasto, são tudo lá do interior, então eles são bem... E aí toda vez que a gente tá numa roda de família, por exemplo, num churrasco, eles soltam essa, sabe? De veado e de não sei o quê e eu fico só escutando né e a minha mãe escuta porque a minha mãe sabe meu pensamento, então a minha mãe meio que pede pra mim dar uma distanciada porque ela sabe que eu vou soltar aquilo aí acaba com a [inaudível], com tudo, e vai todo mundo embora. [...]

(Menina, Grupo Focal 1, 22/08/2016)

Aí a maioria é tipo bolsomito sabe? Aí eu fico lá, assim.. só fico ouvindo. Daí quando eu vou falar.. “ai não, lá vem a defensora da Maria do Rosário” [...] Tipo, não, parem pensem, abram um pouquinho assim, saiam da zona de conforto de vocês. [...] É super horrível.

(Menina, Grupo Focal 1, 22/08/2016)

Vimos nessas falas, algumas expressões da ideia de resistência dos e das jovens às formas hegemônicas de viver o gênero e a sexualidade. Isso não quer dizer que muitos jovens não reproduzam de diversas formas os discursos e práticas

que naturalizam formas hegemônicas de se constituir enquanto sujeitos com identidade de gênero e sexual, mas que essa reprodução (bem ou mal sucedida), ou essa relação de poder tem necessariamente resistências intrínsecas. Essa incompatibilidade tão latente, muito presente nas falas, entre expectativas sentidas socialmente e as suas formas de viver os gêneros e as sexualidades no cotidiano, pode estar atrelada a uma época de crise de significação da sexualidade, onde são renegociados diversos significados ligados a este campo (RUBIN, 2003). Sobre a homofobia:

Moderadora – Vocês acham que os jovens também praticam esse tipo de violência?

Menino 1 – Sim.

Menina 1 – Sim, a mesma coisa.

Menina 2 – É que a gente já tá mais acostumado.

Menina 1 – É que tem gente que também já aprendeu com a família, tem tipo família que é muito conservadora e vai ensinando a criança aquilo.

Menina 2 - Vem de casa né?

Menina 1 – Sim, vem de casa, tudo que a pessoa é assim... A maioria,, Vai acontecendo essas coisas dentro de casa, entendeu?

Menino 1 – É a base

Menina 1 – É a base de tudo.

Menina 3 – Ah, mas eu acho mais provável vir preconceito de uma pessoa que é mais velha, ela já tá com o pensamento concreto, ela não vai mudar. Geralmente, a gente que é jovem a gente aprende que isso é normal...

Menino 2 – É que no passado era mais assim...

Menina 3 – Sim, pode ver se tu vê um vô ou uma vó, se tu aparecer com uma pessoa do mesmo sexo em casa, ela vai te julgar, mas geralmente pessoas das novas gerações, elas não...

Menina 4 – É que tudo que é diferente já choca né, tanto como tatuagem roupa, piercing, tudo choca, pra pessoas mais velhas.

Menina 3 – Tem que ter um padrão, tem que ser normal, não pode ser diferente.

(Grupo Focal 5, 21/11/2016)

Além disso, os discursos encontrados no campo não indicam um cenário onde os jovens podem escolher livremente de que forma produzirão suas

identidades. Sobre esperar que as mulheres fiquem em casa, cozinhando e cuidando dos filhos:

Moderadora - E quem tu acha que espera isso das gurias?

Menina 1 – Os homens.

Menina 2 – Principalmente acho que quem mais espera isso são os homens mais velhos, por causa que eles foram criados com essa doutrina, vendo suas mães, suas irmãs...

Menina 1 – Eu conheço caras que vêm de uma família mais fechada e falam que não quer ter o mesmo exemplo, mas acaba tendo as mesmas atitudes.

(Grupo Focal 9, 09/12/2016)

Esse trecho mostra a complexidade que existe na compreensão de como reprodução e transformação, ou poder e resistência se apresentam a todo momento na vida dos jovens. Em outro grupo, jovens homens expressaram perspectivas diferentes (homofóbicas e não homofóbicas) entre eles, sobre casais gays:

Menino 1 – Um casal de mão dada gay, eu olhando, eu olho porque é estranho, meu. Não é porque é homofóbico, “meu deus, que nojo”, mas olho caralho, dois cara [...] é diferente da minha realidade.

Menino 2 – Ah eu acho estranho um homem e outro homem de barba, acho muito estranho.

Menino 1 – Eu acho estranho duas mulher, dois homem...

Menino 3 – Eu acho diferente, mas estranho não...

Menino 4 – Eu acho normal, tá ligado, tipo, eu já fui na redenção e tinha um monte de homens assim de mão dada sabe, aí eu olhava e tipo, tá, normal, beleza, ah, todo mundo encontra alguém [inaudível], porque seria diferente?

Menino 3 – Tipo, tu vê que as pessoas... Elas não tão se importando tanto com o que vão pensar...

(Grupo Focal 2, 26/08/2016)

O relato de que, mesmo contrariados, muitas vezes amigos jovens reproduzem o mesmo comportamento dos mais velhos demonstra que os significados atravessam as gerações, não sendo, portanto, um processo de simples compreensão como ruptura e nos atentando para, como explicado anteriormente, não reificar a posição dos jovens enquanto portadores de uma missão transformadora. Muitas contradições apareceram nas falas, onde eles expuseram jovens e mais velhos como perpetradores de violências.

5.3 Compreensão de violências: “uma palavra dói mais que um tapa”.

Como vimos, na construção de suas identidades, os jovens vivem situações que expressam os conflitos e tensões inerentes a este processo. Nesse contexto, após os participantes falarem sobre as expectativas em relação às suas práticas relacionadas a gênero e sexualidade, e sobre as reações que vinham como consequências quando elas não eram cumpridas, perguntávamos se eles consideravam algumas destas reações violentas. A resposta geral foi de que sim: as reações, mesmo que não vindas na forma de violência física, mas de xingamentos, constrangimentos, brincadeiras, discriminações ou “olhares tortos” (entre outras), eram consideradas tipos de violência, porque traziam danos e consequências para as vítimas.

Foi marcante a importância dada pelos jovens a estas consequências psicológicas e às violências cotidianas. Isso inclui os jovens que contaram que também realizavam, muitas vezes, essas práticas. O trecho abaixo sintetiza essa percepção:

Moderadora - Vocês acham que alguma das reações é uma violência?

Menino 1 - Acho que a parte da ofensa de falar veado, ficar chamando de gay, ficar falando que tu dá a bunda, não sei o quê, acho que isso tu tá ofendendo a pessoa, tu tá machucando ela com palavras, acho que isso é uma forma de agressão, uma agressão psicológica.

Menina 1 - Concordo.

Menino 2 - Quando começa a ofensa, pra mim já vira violência.

Menino 1 - Sim, até porque é a ofensa que leva depois pro fight, daí tu responde, daí vai o outro retruca, daí daqui a pouco vocês dois tão se soqueando.

Menina 1 - Mas quando nem sai de violência, de agressão verbal mesmo. Pra ti é engraçado, pra pessoa que tá sofrendo aquilo não. Tu tá brincando e tal, tu pode tá brincando: "ah, veado" coisa assim, tudo de brincadeira. Mas pra aquela pessoa não é, ela que tá sendo zoada por todo mundo, tá sendo excluída.

(Grupo Focal 8, 06/12/2016)

Menino 1 - Pra quem fala, vai ficar de boa.

Menino 2 - Pra ele é felicidade.

Menino 1 - Pra ele é felicidade e poder.

Menina 1 - Ali naquele momento ali, [...] vai se achar engraçado... Mas dali a alguns anos, aquilo pra ele, ele nem vai lembrar que ele fez. Quando ele tiver 20 anos, ele não vai lembrar o que ele fez, quando ele tinha 15. Ele não vai dar bola, mas às vezes ele ficou zoando, sei lá, o fundamental inteiro uma criança que era homossexual ou que era sei lá, independente... Aí, quando essa criança cresce, encontrei com ele lá, com 20 anos ele tá bem, não lembra mais o que ele fez e com 20 anos essa criança ainda não se assumiu, porque ela sofreu tanto na infância, que ela tem medo até hoje de se assumir [...]

Menino 2 - Pra quem foi agredido pode gerar até depressão, ficou zoando, chega nos 20 nem lembra mais, mas a pessoa que tava com os 15 pode ter morrido de depressão aos 16.

Menino 1 - É verdade.

Menina 1 - É só tu procurar na internet, tem vários casos.

(Grupo Focal 8, 06/12/2016)

Da mesma forma, quando relataram sobre pais que não aceitam a orientação sexual dos filhos:

Moderadora - Vocês acham que isso é uma violência?

Menino 1 - Sim, porque todas essas coisas... Elas mexem com o psicológico da pessoa, ele fica abalado, isso machuca bastante.

(Grupo Focal 5, 21/11/2016)

A ideia de trazer danos psicológicos como critério para afirmar que estas reações são violentas, foi a mais geral nos grupos. Um dos participantes tentou definir como seriam estas consequências:

Acho que começa a pensar no sentido da vida, qual a lógica de te... Sei lá, trabalhar, casar, ter filho, começa a pensar nisso e começa a pensar coisa ruim e aí começa a não querer mais fazer nada, se fecha. Eu tinha um colega na oitava, que ele era meio afeminado e tinha um monte de gente que dizia que ele era gay, mas ele tava, vivia normal com a gente, a gente nunca via ele triste e pá. Só que um dia ele apareceu... Ele sempre andava com roupa de manga comprida, e um dia ele apareceu com a manga arremangada assim e eu olhei nos braços dele e tinha bastante corte, mas não sei se era corte de gilette, ele dizia que tinha um gato e o gato arranhava ele, mas bem no pulso...

(Menino, Grupo Focal 6, 24/11/2016)

A tendência a “se fechar” referida em alguns grupos, pode ser também compreendida como forma de violência: o anonimato na vida sexual, como mostra

Seffner (2004), pode ser visto como uma forma de resistência, mas também pelo viés do sofrimento silencioso, como uma espécie de violência estrutural.

Minayo (2011) mostra, em pesquisa realizada em dez capitais brasileiras, sobre as relações afetivo-sexuais entre jovens de 15 a 19 anos, que a violência verbal foi a mais frequente, tendo sido sofrida e perpetrada por 85% dos entrevistados nestas relações, seguida pela violência sexual, sofrida por 43% e perpetrada por 38% dos jovens pesquisados.

A mesma pesquisa mostra que dentro das relações afetivo-sexuais, as e os jovens consideraram as violências psicológicas piores que as físicas:

Vale a pena destacar a importância da violência psicológica que, embora menos valorizada pela literatura científica e pelos serviços de atenção às vítimas de violência, é considerada pelos que sofrem como um problema com efeitos prejudiciais para suas vidas. Diversos adolescentes destacam que as agressões verbais, as tentativas do parceiro de controlar sua vida, as chantagens emocionais e as pressões que sofrem para realizar certos atos ou adotar determinadas condutas têm efeitos muito mais duradouros e graves em suas vidas do que algumas agressões físicas e sexuais pelas quais já passaram (MINAYO, 2011, p. 98)

Outra forma de reação que foi referida como violência diz respeito ao “olhar torto”, principalmente para jovens com orientações sexuais que não se enquadram nos padrões heteronormativos:

Minha namorada foi lá em casa esses tempos, e eu saí de mão dada com ela e a mulher (vizinha) ficou olhando feio pra gente. As pessoas julgam, assim, elas olham feio, na cara dura.

(Menina, Grupo Focal 8, 06/12/2016)

Menino 1 - Pode ser não física, mas de uma certa forma tá sendo uma violência. Por exemplo, ah, tá lá as pessoas lá se beijando, por exemplo, duas lésbicas, aí a pessoa passa lá e fica olhando, encarando com cara braba como se não tivesse gostando, sabe? Isso, de certa forma, é um tipo de violência.

[...]

Menina 1 - Machuca eles igualmente, como se tu fosse bater neles.

Menino 2 - Acho que depende se as pessoas que tão recebendo soubessem. Tipo, se tem dois homens se beijando e aí passa um cara e fica olhando, fica olhando, pensando "bah, que nojo, não sei o quê". Mas as pessoas que tão se beijando não sabem disso, aí acho que não serve como violência, porque o cara guardou pra ele, entendeu? Mas se o cara fica encarando, mexendo, aí sim. Até encarar, sabe, se a pessoa percebeu que

ele tá encarando, pelo fato deles tá se beijando, acho que já serve como violência.

Menino 1 - Sim, porque tipo, quando tu fala tipo "ai, que nojo, ai isso não pode, não sei o quê", tu tá reprimindo.

Menino 2 – É, afeta psicologicamente.

Menino 1 – É, aí a pessoa, tem gente que tem um psicológico um pouco mais abalado, vai começar a se fechar e... Vai começar a ter problemas.

(Grupo Focal 6, 24/11/2017)

A comparação entre violências físicas e os outros tipos de violência foi feita em diversos momentos, sempre corroborando com as afirmações de Minayo (2011), de que muitas vezes, as últimas são bem mais difíceis de suportar. Foi nesse sentido que as violências mais destacadas pelos participantes não eram as físicas e a ideia de que “uma palavra dói mais que um tapa” foi referida diversas vezes nos diferentes grupos focais. Como vemos nos trechos abaixo:

Menino 1 - Eu acho que as duas são bem ruins.

Menina 1 – As duas vão mexer muito com a pessoa.

Menina 2 – Se tu machuca verbalmente ou de bater mesmo, tu vai machucar a pessoa igual, entendeu?

Menina 1 – Até fisicamente vai abalar bastante o psicológico da pessoa, porque ela vai “ai, eu apanhei porque eu sou errada”.

Menino 1 – Ela vai viver com medo de... Disso de novo.

Menina 3 – Tem gente que eu acho que até se culpa, tipo, “ai, por quê que eu sou assim?”

(Grupo Focal 5, 21/11/2016)

Moderadora - De que forma se manifestam assim, essas violências?

Menino 1 - Verbalmente.

Menina 1 - Acho que uma palavra dói mais que um tapa.

(Grupo Focal 4, 23/11/2016)

Também foi importante perceber que as violências relacionadas às identidades sexuais e de gênero não estão mais ligadas às identidades masculinas do que às femininas. Pudemos ver, ainda que de formas diferentes, as dinâmicas

violentas como parte do processo de construção das identidades tanto de homens quanto mulheres.

Menino 1 - Tem muita gente ainda, que é até agredida fisicamente por... Por... Por, sei lá, de tá de mão dada com uma pessoa do mesmo sexo ou...

Menino 2- Nem ser gay, [inaudível]

Menino 1 - Ô, meu, aquele dia da gincana lá, tava eu e o fulano fazendo a prova, tá ligado, aquela do anel. Ô meu, os cara iam bater na gente na rua, velho, porque ele tava maquiado. A gente passou ali no hospital, tá ligado, não sei qual hospital é aquele ali [...] Ô meu, a gente tava passando ali e tinha uns cara ali fazendo uma obra meu, bah, eles começaram a chamar a gente de veado, falou que "ah, tem que apanhar, mesmo esses cara", tá ligado. Bah... [...] É que eu tava maquiado pra fazer a prova da gincana, aí a gente passou pelos cara e eles começaram a falar um monte de coisa.

[...]

Menino 3 - Mas eu não digo nem por exemplo, o que eu ia falar antes, não é nem esse negócio de passar na rua e mexer contigo. Muitos comentários que a gente faz, dependendo do jeito, a gente acaba ofendendo. Assim, por exemplo, eu tenho uma amiga que é bissexual e que eu zôo ela toda hora e eu não consigo tipo, eu não consigo acreditar que ela é, tá ligado, daí eu zôo ela. E tipo, eu sei que no fundo, isso machuca ela, ela não transparece isso... [...] Sei lá, fica negando: "não, não sou... Não sei o quê". Mas a gente saaabe que é.

Moderadora - Ela diz que não é bissexual e tu diz que ela é?

Menino 3 - É, porque ela já ficou com gurias e tal, não sei o quê.

(Grupo Focal 2, 26/08/2016)

Feito o trabalho mais descritivo de apresentar algumas percepções encontradas no campo, passamos para o trabalho analítico sobre as significações das violências. As duas principais formas de significar as violências se caracterizam e se diferenciam uma da outra pelo objetivo identificado em cada uma: atribuir identidades e corrigir identidades. Veremos cada uma delas a seguir.

5.4 Violências significadas como atribuição de identidades: “se tu sai um pouquinho da linha, tu já é veado, tu já é isso, tu já é aquilo”.

A primeira forma de significar as violências identificada diz respeito àquelas que buscam atribuir identidades às e aos jovens. Por meio de rotulações, xingamentos, discriminações, diferenciações, essas violências buscam operar

inscrições de significados nos corpos dos jovens. Significados com os quais as vítimas não se identificam. Em alguns casos, como veremos, essas violências (de caráter homofóbico e machista) visam atribuir identidades relacionadas à sexualidade como forma de separar o “normal” do “anormal”, o hegemônico do abjeto, ou ainda, buscam inscrever significados que trazem consigo destinos, como no caso das jovens “condenadas”, que veremos em seguida.

Ainda que não recebam a mesma atenção das agressões físicas e sejam mais cotidianas e banalizadas, estas dinâmicas constituem graves tipos de violência, que podem ter como consequência transtornos, sofrimento, autoisolamento, e até mesmo suicídio, como relatado nos grupos focais. Essa violência apareceu em casos em que a pessoa não se enquadra nos papéis de gênero e sexualidade esperados, ou seja, nas formas hegemônicas ou construídas como “normais” de viver o gênero e a sexualidade, e alguém tenta lhe atribuir uma identidade com a qual não o sujeito não se identifica.

Essa forma de significar a violência se materializou de três formas mais marcadas no campo. A primeira diz respeito a jovens homens e mulheres, que ao não cumprir as expectativas de gênero hegemônicas, tinham atribuída uma orientação sexual com a qual não se identificam.

As cobranças para que os rapazes não se vistam ou tenham comportamentos socialmente vistos como femininos, podem ser identificadas em trechos que falavam sobre brincadeiras “impróprias” para meninos e meninas e roupas ou cortes de cabelo que colocam “em dúvida” a identidade sexual com a qual muitos deles desejavam serem reconhecidos, como podemos ver nos trechos abaixo:

Menino 1 – Ah, as pessoas vão falar: “ah, teu filho tá brincando de bonequinha, ali... Vai influenciar...”

Menino 2 – Vai dar a rosca (rindo).

Menino 3 – É. É o que as pessoas falam...

(Grupo Focal 2, 26/08/2016)

Menina 1 – Eu nasci no meio de um monte de guri, um monte de primo, eu era a única guria, então eu jogava futebol, eu batia nos outros guris né (risos) eu era bem gurizinho assim sabe... Se pudesse tirava a camiseta no

verão e ficava com eles, mas a minha tia não deixava. Aí depois de grande que eu fui... Sabe... Me distanciando um pouquinho deles e ficando mais feminina. Tanto que a minha vó chegou pra mim e falou bem assim: “mas eu pensei que tu ia ser lésbica”, sabe... Porque eu andava com os guris, eu não brincava com boneca, as bonecas que eu ganhava eu enterrava, eu brincava de carrinho, de Hot Wheels. Aí agora a minha vó veio e perguntou se eu... Se eu ia ser lésbica quando eu fosse maior, por causa que eu fazia o que eles faziam...

Menina 2 – Comigo também foi assim... Igual assim... Sempre brinquei com guri, sempre desse pequena não me dava bem com as meninas, calor assim eu ficava sem camiseta junto com os guris. E a minha vó sempre, a minha mãe e a minha vó tranquilo assim... Só os meus tios que sempre “ai essa menina vai ser lésbica, ela vai gostar de guria, pode ter certeza”. Olha, a minha mãe e a minha vó sempre foram muito tranquilas e nunca tiveram nada assim... Aí eu fui crescendo e fui... Começando a ficar mais feminina sabe. [...]

(Grupo Focal 1, 22/08/2016)

Esta referência à infância e às diferentes brincadeiras incentivadas para os meninos e para as meninas permeou muitas falas, no início dos grupos. Geralmente quando traziam essas expectativas mais relacionadas à infância, a moderadora tentava trazer para o período vivido atualmente, perguntando sobre quais eram as expectativas que mais sentiam hoje. Nesses casos, o cabelo foi um aspecto trazido em muitas falas, como carregado de significados sobre masculinidades e feminilidades:

Menina 1 - Com toda certeza o cara que gosta de cabelo comprido [...] podem chamar ele de gay, por mais que ele seja hetero e fazer outras N coisas que podem acontecer...

Menina 2 – Como a mulher de cabelinho curto, chamar ela de machinho.

Menina 1 – Sim, chamar ela de lésbica, por exemplo.

Menina 2 - O homem sofre muito, muitas vezes [...] eu tenho um irmãozinho de seis anos e ele... O sonho dele é ter o cabelo comprido e a minha mãe e o namorado dela disse pra ele que não, porque ele era menino e ele tinha que usar cabelo curto [...] e não é só o meu irmãozinho, tem muito homem que sofre bullying por causa do cabelo, e a mulher também, quando tem cabelo curto é machinho e a mulher é obrigada a ter cabelo comprido. Isso acontece dos dois lados.

Menino 1 – Depende muito se o cara vai querer ter cabelo grande pra quê né, qual é o motivo dele... Se é pra se parecer com mulher ou se tá tendo cabelo grande porque gosta.

(Grupo Focal 9, 09/12/2016)

Em outro grupo, essa atribuição ficou mais visível, articulada ao encadeamento, já exposto, entre gênero e sexualidade:

Menina 1 – Até quando a guria é hetero, normal, ela corta o cabelo vão falar “ah, é lésbica”. Tipo... Tem muito a ver também esse negócio de... De olhar a pessoa e falar “ah, ela é isso... Ah, não sei o quê, ela é aquilo”. O guri pode tá com uma camiseta rosa... É gay. Tipo, o guri pode ser o machão lá, poderoso do grupo e... É gay. Só por causa que tá com uma camiseta rosa. E uma guria, se ela vestir uma roupa mais folgada assim, um short mais longo, um cabelo curto, é lésbica.

Menina 2 – É tem muito da pessoa dizer que aceita, mas não querer que pareça, tipo... “Ah, a guria pode ser lésbica, mas querer ser homem já é demais. Ah, o homem pode ser gay, mas querer ser mulher já é demais”. Aí, tipo, vai muito da aparência também. Pode dizer que aceita a sexualidade da pessoa, mas não querer que ela pareça aquilo que ela é. Tipo, se a guria se sente mais a vontade se vestindo como homem e ela é lésbica, eles vão falar “Ah, a Maria macho”, a mesma coisa pro cara se ele quiser ser mais feminino. Tem esse preconceito mais com a aparência até, do que com a sexualidade. Tipo, a sexualidade a pessoa até engole, ela pode ter o preconceito mas ela vai dizer que aceita, agora com a aparência ela já não aceita.

Moderadora – Por quê?

Menino 1 – Porque se mostra...?

(Grupo Focal 5, 21/11/2016)

Em dois grupos focais, a dança (profissional ou que envolve ensaios e coreografia) foi trazida como uma prática que remete ao feminino, e quando praticada por homens, gera reações semelhantes às que se referem aos cabelos, roupas ou brincos. Um jovem, por exemplo, contou o que aconteceu, quando participou de uma prova que envolvia dança, na gincana do colégio:

Acharam que eu era gay, fizeram uma filmagem e mandaram pro meu chefe, lá. E eu fui aceitado bem de boa pelo meu grupo (no trabalho), lá. Mas, tipo, não sei o que passa na cabeça das pessoas, só porque eu tô dançando, vou ser gay.

(Menino, Grupo Focal 4, 23/11/2016)

Em outro grupo, um jovem contou o que “sofria” por depilar as pernas:

Menino 1 – Ah tipo assim, sora... Eu depilo as pernas, tá ligado... (os outros começam a rir) e no caso... E no caso, ficam me chamando “ah, tu é veado, não sei o quê”. Não... Só por causa que eu depilo não quer dizer que eu vou deixar de ser homem.

Moderadora – Vocês concordam?

Menino 2 – Não, eu não concordo (em tom de brincadeira, rodos riem).

Menino 1 – Tá vendo, sora? É isso que eu sofro (rindo também).

(Grupo Focal 2, 26/08/2016)

Estas são algumas falas-símbolo que expressam as reações que esperam o jovem caso as expectativas não sejam cumpridas. Essas reações, consideradas violentas por eles, giram em torno da sua classificação como homossexual, por meio de “brincadeiras”, constrangimentos ou xingamentos e atingem também as mulheres:

Guria não pode usar uma calça larga, ou uma coisa assim que "ai, aquela lá é machorra". Que não usa brinco, por exemplo.

(Menina, Grupo Focal 4, 23/11/2016).

Menina 1 - Acho que tanto pro guri quanto pra guria, quando sai do que é esperado pela sociedade, as pessoas te julgam muito. Tanto se é só tipo, sexualidade, tu ser lésbica, ser gay. Sofre preconceito dentro de casa, sofre preconceito na rua, o tempo todo, 24 horas. Até a pessoa mesmo sendo hetero, pelo jeito assim, às vezes o cara, sei lá, se interessa por arte, gosta de moda, e as pessoas julgam igual.

Menino 1 - Que nem tipo, a família da minha namorada é bem, como se fosse aquelas famílias bem antigas, sabe, tipo, ah tem que fazer isso, tem que fazer aquilo, é rígida. Rígida demais, até. [...] Eles gostam bastante de mim e tudo mais, mas mesmo assim, às vezes do nada, eles falam alguma coisa que eu fico chateado, eu fico chateado, eu dou risada porque eu acho engraçado. Tipo ah, o primo dela queria furar a orelha, daí a tia dela disse "isso é coisa de veado não sei o quê", eu tava com um baita dum brinco na orelha. Daí eu fiquei tipo, que que tem a ver uma coisa com a outra? Só porque furo a orelha, agora sou veado. E... ontem mesmo, até a minha mãe falou e eu tive que dar risada. Minha mãe deixou eu furar a orelha, até quem furou foi ela. Meu irmão queria furar, daí ela "ah, por que que tu vai furar a orelha, tá com cara de homenzinho, tá com o cabelo bem cortado, tá com a barba feita, tá tão bonitinho, pra que estragar?". E eu olhando, tipo, sentado no computador jogando, e olhei pra ela tipo: "Brigado, mãe, brigado". Daí eu acho que sempre que tu sai um pouco do padrão assim, as pessoas já ficam te olhando com outros olhos. Que nem quando... Eu não jogo futebol, não gosto de futebol, gosto de pouco esporte, eu gosto de tocar violão, gosto de desenhar, então tipo, no meu outro colégio, o pessoal sempre, tipo "ah, aquele ali é veadinho", porque tipo, eu não ficava com muita guria, até porque, pra mim não fazia diferença eu olhava e "ah, tanto faz, não quero", tô ocupado, tô jogando... Aí o pessoal já ficava "ah, é veado" não sei o quê. Até meus amigos me acusavam de veado, não sei o quê.

Menina 1 - Eles esperam que um guri comece a ficar com guria, com sei lá, oito anos. Mas eles não esperam que as gurias fiquem.

Menino 2 - Os gurus com oito e as gurias, no caso é 18 né.

Menino 1 - Os brother "ah meu, dei meu primeiro beijo eu tinha dez anos, tinha oito anos, não sei o quê". E eu: "caramba", eu pensando assim, eu:

"bah, deve ser legal". Eu quando eu dei o meu primeiro beijo, eu tinha 15, acho.

Menina 1 - Ano passado.

Menino 1 - É, foi tipo isso. Ano retrasado, daí eu fiquei tipo: "Bah meu, que merda". Uma expectativa muito grande que o cara tem que começar a ser o fodão, o macho alfa desde o começo assim, nasceu assim, tem que sair já quebrando árvore. E se tu sai um pouquinho da linha, tu já é veado, tu já é isso, tu já é aquilo, tu não é macho suficiente pra isso, não sei o quê. Sofre bullying, é horrível.

(Grupo Focal 8, 06/12/2016)

Vemos, portanto, um dos tipos de violência que é significada pelos jovens como uma atribuição de identidade com a qual eles não se identificam. Essa significação está ligada às relações de poder onde estão imbricados os discursos sobre o que é normal, natural e desejável enquanto identidade e o que não é.

Louro (2015), como vimos, explica que a fixação das identidades sexuais e de gênero exige um contínuo e incansável esforço, um processo pedagógico, onde a diferenciação e a rotulagem assumem um papel central. Compreendemos aqui, que as violências cotidianas relatadas em campo, tomam espaço como parte constitutiva desses processos, servindo como tecnologia, como uma das práticas que buscam inscrever significados nos corpos dos jovens.

Por isso, de acordo com a autora, o que está em jogo é compreender como as identidades são representadas e quais significados são atribuídos a elas. Ela aponta que existem identidades privilegiadas em detrimento de outras percebidas como ilegítimas e que, no Brasil, as identidades sexuais e de gênero tidas como legítimas podem ser facilmente identificadas: o homem branco heterossexual de classe média urbana é a identidade a partir da qual as outras são construídas. E ainda que a naturalização desse modelo exija um trabalho incansável de afirmação e diferenciação:

[...] ele se torna o exemplo perfeito da identidade não-problemática. Constituída socialmente como norma, essa identidade é sempre presumida, suposta, e isso a torna, de algum modo, paradoxalmente invisível. São as identidades que se diferenciam do padrão – as mulheres, os sujeitos homossexuais, as pessoas não brancas, os grupos rurais –, que se tornam marcadas e que são constituídas como o outro (LOURO, 2004, p. 206).

Pudemos perceber, portanto, nos relatos trazidos em campo, que essas violências relacionadas à atribuição de identidades, sexistas e homofóbicas,

carregam consigo a dimensão da diferenciação e da afirmação de identidades hegemônicas para os sujeitos que a praticam. Como explica Seffner (2004) acerca da estigmatização de homens bissexuais:

Este “excêntrico”, o homem bissexual, é necessário para a definição do normal, da heteronormatividade masculina. Produz-se esta diferença, que é valorizada negativamente, o que contribui para reforçar a centralidade da masculinidade heterossexual hegemônica (SEFFNER , 2004, p. 95).

Alguns outros autores também nos ajudam a compreender essas dinâmicas pelo conceito de masculinidades hegemônicas. Connell e Messerschmidt (2013) pensam o conceito de masculinidade na atualidade pela combinação plural e hierárquica de diversas masculinidades. Alguns tipos estão mais associadas a posições privilegiadas de poder. Eles apontam que os tipos de masculinidades hegemônicas não são necessariamente o padrão (no sentido de serem vividas pela maioria dos sujeitos), mas são produtores de exemplos de masculinidades, que servem como símbolos que têm autoridade.

Como vimos nos trechos apresentados, de acordo com um exemplo de masculinidade hegemônica, os meninos não deveriam depilar as pernas, “demorar” para dar o primeiro beijo, dançar na gincana do colégio, entre outras coisas. No entanto, essa masculinidade modelo, dentro das relações de poder, não é absorvida passivamente. Essas resistências cotidianas, interlocutoras do poder, podem ser pensadas pela perspectiva de Kimmel (1998) como formas subalternas de masculinidade, necessárias para a existência das hegemônicas.

Contudo, a principal maneira pela qual os homens buscavam demonstrar a sua aquisição bem sucedida de masculinidade era através da desvalorização de outras formas de masculinidade, posicionando o hegemônico por oposição ao subalterno, na criação do outro (KIMMEL, 1998, p. 113),

Cecchetto (2004) também pensa a construção das masculinidades hegemônicas através da emasculação do “outro”: “Na tentativa de se conferirem uma masculinidade socialmente valorizada, certos grupos masculinos negam outras versões de homem, transformando-as em duvidosas e desprezíveis” (CECCHETTO, 2004, p. 66).

Nos trechos abaixo, podemos identificar essa ideia da afirmação própria, pela construção de um outro inferior:

Menino 1 - Porque pra ele vai ser divertido, vai ser "ah vou chamar de veado porque eu vou ficar o fodão, sou o macho alfa".

Menina 1 - Fala mais pra tipo, se tá acompanhado, é mais pra se... Pra todo mundo achar ele o fodão da história.

Menino 1 - Isso, pra pessoa se empoderar, ficar mais... Se achar superior à pessoa que tá sofrendo isso.

(Grupo Focal 8, 06/12/2016)

Sobre quem pratica agressão física:

Menina 1 - É aqueles tipo de cara que gostam de mostrar pros amigos "ai, eu sou fortão, não sei o quê e tal".

Menina 2 - É.

[...]

Moderadora - Vocês acham que é mais pros outros, então?

Menina 1 - É mais pra se aparecer do que tipo, um preconceito que ele tem dentro dele.

Moderadora - Pra parecer o quê?

Menina 2 - Pra ser mais que o outro.

Menina 1 - Pra ser homem.

Menino 1 - Pra ganhar moral com os outros.

(Grupo Focal 7, 22/11/2016)

Menino 1 - Uma coisa é tu ser veado, outra coisa é tu ser fresco.

Moderadora - O que tu acha que é a diferença?

Menino 1 - Ah, tipo assim oh, eu não tenho nada contra isso, mas eu não gosto tipo, vai ficar perto de mim, desde que fiquem tipo, no seu canto, não dêem em cima de mim, não falem nada, eu não vou fazer nada. Agora se ficar de gracinha pro meu lado, eu vou folgar, vou chingar, e vou fazer o que eu quiser. Que tá... Tá me incomodando. Enquanto não tiver me incomodando, não tô nem aí.

Moderadora - E por que te incomoda?

Menino 1 - Porque eu sou homem, gosto de mulher, daí o veado vai vir pro meu lado e ficar de gracinha comigo, eu vou mandar parar, se não parar eu vou fazer alguma coisa pra ele parar.

Moderadora - E quando tu fizer alguma coisa, o que tu acha que isso vai gerar pra ti e pra essa pessoa?

Menino 1 - Ah, muita violência. (vários riem)

(Grupo Focal 9, 09/12/2016)

É que é um pouco complicado falar sobre sexualidade, né. Principalmente se tipo, ã... Tu nunca parou pra pensar: “ah, será que eu não sou gay?”. Como é que tu tem certeza, tu nunca provou entendeu... Que nem eu já fiquei pensando assim, porque quando eu era mais novo assim, eu era muito daquilo... Eu não tava nem aí, eu saía com todo mundo e eu tinha amigo gay e eu... Por tu... Assim... Acontece muito de quando tu anda numa roda de pessoas, que nem ah, por exemplo eu andava muito com gay, tu é visto como um gay, tu é julgado. E eu... Tanto das pessoas falarem isso, tu começa a te perguntar, e eu me perguntava, eu me questionei: “bah, mas será que eu não sou?”, mas daí aconteceu que... Bom, eu não sou e tal... E que nem, eu cheguei a questionar a minha sexualidade, mas daí claro, eu me descobri hetero e tal. Mas é muito disso que ela falou, é muito complicado de tu romper uma barreira desde a sexualidade sendo que é uma coisa que as pessoas tentam há muito tempo... Porque vem muito da bíblia e tal, ã... A questão da religião, antigamente as pessoas eram apedrejadas, por exemplo. Não que... Claro, ninguém vai te apedrejar hoje em dia, mas não mudou tanta coisa assim [...] as pessoas vão impondo no teu pensamento que isso é o certo... Que um homem tem que ser casado com uma mulher se não ele tá fora do padrão.

(Menino, Grupo Focal 3, 01/09/2016)

Menino 1 – Na quarta série, mano, na quinta, bom, eu sofria um bullyingzão por causa do meu cabelo. Sempre “ah, veadinho, veadão, gay, vai cortar esse teu cabelo, parece uma mulherzinha”. Aí tipo, eu não deixava nada... Eu prefiro meu cabelo assim, eu gosto assim, então vou deixar assim. Aí um dia esses, eu tava passando na rua e um cara assim... Do tamanho do fulano (outro participante do grupo, bem alto), só que maior e fino, era bem fininho... Aí tipo me olhou assim, com uma cara assim de brabão assim e falou “veadinho, gayzão”, aí tipo, eu olhei pra cara dele assim... “Tá, e aí?”, eu fiquei na minha, tipo, olhei pra cara dele e... (burburinho dos colegas).

Moderadora – E ele?

Menino 1 – Simplesmente pegou “ah, vem aqui que eu vou te dar um pau”.

Menino 2 – (risos) “vou te dar um pau” (risos dos outros)

Moderadora – O que tu acha que isso muda pra ele?

Menino 1 – Pode se achar superior. É que nem o machismo, o homem pode se achar superior à mulher, porque ele tá deixando a mulher assim, inferior a ele. Saca, tipo, opressão, discriminação [inaudível].

(Grupo Focal 2, 26/08/2016)

A segunda possibilidade desse tipo de violência reside nas vezes em que as e os jovens se identificavam com a orientação sexual que lhes era atribuída, porém

não com o significado vinculado a ela nessa atribuição. São casos em que jovens bissexuais ou homossexuais são, neste ato de marcação e diferenciação, colocados como portadores de identidades ilegítimas.

O exemplo mais claro está nos relatos onde amigos se afastam de jovens homossexuais, ligando suas identidades a significados negativos como o de ofensor sexual, ou à ideia de doença. Um dos participantes dos grupos comparou a homofobia com o medo do vírus do Ebola, sugerindo que algumas pessoas mantêm distância “para tirar o delas da reta”:

Essa coisa, o Ebola, essas doenças que atacam as pessoas, enquanto as pessoas deviam se unir, algumas até se voluntariam a ajudar, a doar... Mas também tem aquelas que pensam que não, que elas têm que se afastar, porque tem que tirar o delas da reta, acho que é isso que falam e isso é realmente triste. (Menino, Grupo Focal 4, 23/11/2016).

Entre os homens, em alguns casos, se afastar de homossexuais pelo receio de que sejam também identificados como gays, revela o significado negativo que eles atribuem a esta orientação sexual:

Menino 1 - O Fulano... A mãe dele mandou ele embora de casa porque ele... [gesto e som sugerindo que ele é gay]. Ele tá aí hoje. Depois da ocupação, tipo eu e ele, a gente não se falava muito até porque é... Tipo, ah... [outros riem] Depois da ocupação a gente começou bah, a se falar afu, trocamos várias ideias. Vários pensamentos tipo, que eu tinha uma visão e ele tinha outra [...] a gente começou a trocar várias ideias. Ele pode até ser veado...

Menino 2 - Gay.

Menino 1 - Mas não vou deixar de falar com o cara só por causa que ele é... Gay.

Moderadora - Vocês acham que tem gente que deixa de falar com os caras quando são gays?

Menino 1 - Eu acho que sim.

[os outros dizem "tem"]

Moderadora - Por que?

Menino 1 - Ah, porque a pessoa tem um pensamento muito radical, talvez, que ela não aceite.

Menino 3 - Ah, pode ser também que tu ache que o cara vai vim, tá falando, só pra pegar ele, tá ligado?

Menino 1 - Aham.

Menino 2 - Pode ser também.

Menino 1 - Tipo, eu acho um pensamento meio babaca a pessoa deixar de falar com alguém por... Pela... Pelo que a pessoa gosta.

Menino 1 - Nah, no caso, tipo assim oh, um gurizão era meu amigo de infância, daí nós jogava bola juntos. Daí do nada, lá pelas tantas da adolescência dele, ele começou a virar veado e hoje ele tem cabelo, bunda, peito, e usa vestido, tamanco. Eu não sei [inaudível] nunca mais falei com ele.

Moderadora - Por causa disso?

Menino 1 - [rindo] E tipo, os outros cupincha, ficam dando no meio dele. E fica todo mundo folgando nos cara. Aí tipo, como é que eu vou chegar pra falar com o cara, sabendo que toda a rapa já passou pelo cara?

Menino 4 - Como assim? Todo mundo já comeu ele?

Menino 1 - [inaudível] E tipo, porra, como eu vou falar com ele, cara...

(Grupo Focal 2, 26/08/2016)

Menina 1 - Os homens se afastam uns dos outros. Pelo menos, a minha irmã, é um travesti, no caso. E muitas pessoas se afastaram dela por ela ser assim, muitas pessoas se afastaram dela por ela ser assim. No caso, ela vai falar com alguém e a pessoa meio que se esquivava, os próprios homens assim, né, se esquivava assim, dela. Ou algumas mulher assim também, sabe? Se afastam dela e tal, não conversam com ela. Muita coisa assim né, agora ela já superou né, tá mais velha, já superou, mas antes era assim, muitos se esquivavam dela, não queriam falar com ela.

Menina 2 - Agem como se fosse uma doença.

(Grupo Focal 6, 24/11/2016)

Menino 1 - É tipo, já aconteceu, tipo, eu tenho amigo gay e meus amigos se afastam de mim, achando que eu sou gay também, acho idiota mas...

[...]

Menina 1 - No caso, quando eu morava no Partenon, eu tenho duas amigas, uma é lésbica e essa que não é, a minha amiga lésbica no caso, ela sempre queria cumprimentar abraçando, e a minha amiga que não é lésbica, ela não gostava, ela falava "ah não, sai, todo mundo vai dizer que eu sou lésbica também". [...]

(Grupo Focal 6, 24/11/2016)

Menino 1 - Tem esse estereótipo de ah, ele é homossexual, ele vai querer pegar qualquer um que ele ver na frente.

(Grupo Focal 4, 23/11/2016)

Essas formas de significar negativamente as identidades não hegemônicas são práticas homofóbicas cotidianas, como explica Louro (2015):

Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse “contagiosa”, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade (LOURO, 2015, p.29).

Em outro grupo, uma menina bissexual contou que uma amiga não quis mais abraça-la depois de saber que ela também ficava com meninas e falou sobre como se sentiu depois disso. Perguntamos se eles consideravam aquilo um tipo de violência:

Menina 1 – De alguma forma verbal, a forma como a pessoa fala: “ai, eu não vou te abraçar porque tu é bissexual”, bem assim ela falou.

Menino 1 – E também não só te fere a tua autoestima, como também às vezes tu acaba criando esse estereótipo de que todo mundo vai te ver como um erro e aí tu fica com medo de poder ser tu mesmo.

Menina 1 – Na verdade eu não tenho medo de ser o que eu sou, acho que vai da pessoa. Tu tem... medo né, vergonha. É de ti isso aí, não posso mudar. Mas eu não tenho, entendeu? Mas eu fico quieta, eu não sou de discutir, porém às vezes eu aturo até um certo ponto [...] Eu tô procurando controlar isso, eu não dou muita bola, sabe? Mas eu fico chateada, quando eu chego em casa, fico... Nossa... Que aberração, entendeu?

Moderadora – Tu sente isso como uma violência?

Menina 1 – Sinto, porém eu não me manifesto, não falo nada, não vai mudar nada.

(Grupo Focal 4, 23/11/2016)

Como vimos, Foucault (2015) aponta a importância de não polarizar de forma binária dominantes e dominados, mas perceber o uso que se faz dos discursos, os afrontamentos locais. Assim, podemos pensar que essas mesmas identidades atribuídas como inferiores, podem ser usadas para se afirmar como legítimas, ou seja, com objetivos opostos. A isso se refere Preciado (2011) quando fala das identificações estratégicas, que transformam identificações negativas como “sapatas” ou “bichas” em identidades que resistem à normalização.

Tendo isso em mente, percebemos a importância de prestar atenção não somente na atribuição de identidades, mas em quais significados essas identidades

podem carregar consigo. A jovem do trecho acima se identifica como bissexual, mas certamente essa identidade não se vincula para ela, aos mesmos significados que para a amiga que não quis abraçá-la. Também nesse sentido, os jovens que se afastam de homens gays atribuem a essas identidades significados diferentes dos que não o fazem.

Como vimos nas expectativas trazidas nos grupos focais, o desempenho da sexualidade não se limita à orientação sexual. A terceira forma como se manifestou essa significação da violência, diz respeito às jovens mulheres que têm práticas heterossexuais, porém vivem sua sexualidade fora de outros padrões. Foram trazidos vários relatos de jovens “condenadas”: ao “sair da linha” na sexualidade, por exemplo, tendo mais parceiros que o esperado; ou tendo sua intimidade sexual “espalhada” por alguém, essas jovens passam a sofrer a violência de serem rotuladas como alguém que não serve para um relacionamento “sério”. Elas têm seu passado cristalizado, ele se torna sua essência (para os outros), e isso carrega uma inscrição de futuro também, uma atribuição de identidade que traz junto um destino, como nas falas abaixo:

Menina 1 - na minha escola antiga, aconteceu de um cara, saiu um vídeo dele, só que tipo, ele tava de costas pra câmera e apareceu só a menina mas dava pra representar que era ele, sabe? mas aparecia os membros dele, aparecia a menina. E ele fez questão de ele divulgar, entendeu? E ele divulgou pra se achar o bom e tal, que tava conseguindo aquilo e difamou a menina. A menina teve que sair da escola. Aconteceu já isso, entendeu? Isso que ele tava aparecendo no vídeo, mas ninguém ficou julgando ele.

[...]

Menina 2 - Tipo, é como se ninguém visse ela, só ele, entendeu?

[...]

Menina 3 - Eu acho que quando acontece isso com a guria, somem todos os amigos.

Moderadora - Por que?

Menina 3 - Sei lá, pra não ficar mal falada que nem ela.

[...]

Sobre caso de guria que se matou

Menino 1 – Tem gente que tipo... “Como eu vou viver com isso?”

Menina 1 – Muitas gurias se matam

(Grupo Focal 5, 21/11/2016)

Essencializar o outro, através da transformação de suas experiências em sua própria essência, aponta Young (2002), dá a quem o faz, segurança ontológica. Isso porque pensar as experiências dos outros como explicadas por sua "natureza", traz a segurança de nossa própria "natureza". Além disso, essencializar o outro legitima privilégios e posições de superioridade ou inferioridade. Nesse sentido, a atribuição de identidade e destino às jovens desviantes, também pode ser entendida como uma forma de diferenciação e separação entre identidades.

Em outro grupo, foram compartilhados relatos sobre uma menina que teve fotos dela nua compartilhadas na internet e se matou. Um jovem contou que sofria bullying e comparou o trauma dela e os de ser chamado de "gordo" ou de "veado", para pensar as consequências disso a longo prazo, explicando como mesmo depois de emagrecer ainda sente incômodo com roupas que colam no corpo:

Menino 1 - E tipo a pessoa que sofre, vai ficar... Fica uma marca. Tipo, ah, se a pessoa já é acima do peso e a pessoa fica zoando ela de gordo, de bolota, disso, daquilo, daquilo, daquilo, vai ter um momento que a pessoa vai ficar chateada. A pessoa não vai aceitar o próprio corpo, a pessoa vai começar a... a perder peso, a fazer coisa pra perder peso, a parar de comer... [...] Eu no Fundamental, eu era um Madimbu assim da vida, era bem gordinho, daí, só que tipo, desde que eu entrei pro colégio até a oitava série era sempre a mesma coisa: "gordo, gordo, gordo, gordo, gordo, gordo, gordo". E eu: "Meu Deus, tô cansado disso, tô enjoado, já". Daí chegou o começo da oitava série e eu parei de comer, fiquei... Só almoçava. Ou só almoçava ou só jantava. Daí eu perdi peso, porque eu tava caminhando, fazendo negócio, eu perdi peso. Daí eu: "bah, pronto, agora tô magro, tô satisfeito". E aí, "ah, veado, veado, veado, veado". E eu "Ah, véio..." (todos riem) Ah, cansei também. Daí, é isso né.

[...] Se eu botasse uma blusinha que era mais coladinha: "ah, tem teta, não sei o quê". E eu: "pô, velho, deixa a minha vida, mano".

[...] Eu também, quando eu era gordinho, cara, quando eu emagreci, eu ia comprar blusa, eu ficava tipo, uns 20, 40 minutos no provador só pra achar a blusa que ficasse mais... mais larga só pra não definir assim em mim e eu: "bah, não essa daqui tá boa, porque essa aqui não define, não vão me chamar de gordo, não vão me chamar disso", até hoje quando eu vou comprar blusa, quando eu pego a blusa mais coladinha eu fico "hm... não tá legal, não tá legal" eu não uso ela por nada. Se eu ganho a blusa da minha mãe ou da minha avó e ela é mais coladinha, eu boto tipo, lá no fundo... tá ligado, uso só quando elas tão na minha casa assim, mas eu não uso pra sair, porque eu não me sinto a vontade com ela por causa dessas razões que eu sofri.

(Grupo Focal 8, 06/12/2016)

Interpretamos essa fala do menino tomando o desconforto dessa camisa que cola no corpo e o define, como a violência de ter atribuída uma identidade, ou um significado para sua identidade, ou ainda um destino inscrito numa identidade, com a qual os jovens não se identificam. Lauretis (1994) se pergunta se ao assinalar a letra F em um formulário, não é o F gruda em nós, como um “vestido de seda molhado”: “embora pensássemos estar marcando o F, na verdade era o F que estava se marcando em nós?” (LAURETIS, 1994, p. 220).

As camisas que colam e “definem” o jovem (que enquanto explicava, fazia gestos como que tentando descolar a roupa do corpo) nos remeteram às identidades sexuais e de gênero como um “vestido de seda molhado” que cola no corpo, definindo-o. Neste caso, de forma incômoda, sem combinar com a autopercepção dos jovens.

Num sentido parecido, as falas abaixo também apontam a existência de uma visão da mulher que fica mal falada, por transgredir as expectativas relacionadas à sua sexualidade:

Menino 1 - Meus amigos, todo mundo aqui sabe disso, na real, porque tipo, se uma mina fica com vários caras, aí ela quer ficar com um guri, às vezes o cara rejeita ela porque ela ficou com vários: "é puta, eu não vou ficar com ela, vou pegar alguma doença ou coisa assim".

[...]

Moderadora - e vocês acham que isso é uma violência?

Menino 1 - Acho que sim, porque acaba afetando a pessoa que sofre.

Menina 1 - Porque muitas vezes palavras machuca mais que uma agressão, né.

Menino 2 - e se for por esse caminho assim, que nem ele falou, tipo, ah o cara rejeitou porque ela é puta, aí daqui a pouco o amigo dele vai falar assim "ah não, vou rejeitar porque ela é puta" também, aí vai indo assim, aí tipo, vai abalar a guria, porque tipo, vai botar uma coisa na cabeça dela que ela não é.

(Grupo Focal 6, 24/11/2016)

Menina 1 - Que nem a minha mãe sempre diz: "o que tu faz, a atitude da mulher hoje, é consequência pro resto da tua vida. As pessoas sempre vão lembrar o que tu fez". Agora se um homem faz uma coisa hoje, ninguém lembra no futuro.

(Grupo Focal 9, 09/12/2016)

Menina 1 – Ah, não pode ficar com mais de um também, é errado, não pode.

Menino 1 - Se ficar com vários, é aquela palavra lá.

Menino 2 - Fazer sexo só depois dos 22, já conheci gurias que os pais só deixam fazer depois dos 20.

[...]

Menino 1 - Eu já vi muito amigo meu falando assim, tipo, a mina pegava vários, aí falava "bah, aquela mina é puta". Aí tem mina que não pega ninguém: "ah, aquela ali é puta enrustida". Preconceito dos dois lados.

(Grupo Focal 6, 24/11/2016)

Menino 1 - Acho que isso é o mais comum (violências verbais).

Menina 1 - E isso aí tu pode ter certeza que dói muito mais que uma agressão física.

Menino 1 - Dependendo do que que for dito.

Menina 1 - É.

Moderadora - Por exemplo...

Menina 1 - "Ah, não sei o quê, teu passado, tu é uma vagabunda por causa do teu passado, não sei o quê. Olha o jeito que tu é". Ai, eu sofri muito isso.

Menina 2 - Tem muita coisa que ambos falam pro outro que machuca bastante, pior que tapa [...] No caso, se tu tem um passado assim, que, por exemplo, tu não quer que ninguém saiba ou que tu sofreu muito no passado, a pessoa pega e te joga na cara e começa a falar, entendeu?

[...]

Moderadora - O que é uma coisa do passado que pode ser jogada na cara?

Menina 1 - Por exemplo, eu, eu tava namorando, antes de eu namorar, eu tava solteira, certamente ficava com vários, ia pra festa, ficava com vários e isso afetou a relação do meu ex-namorado comigo. Toda cada briga ele falava que eu era vagabunda, que eu era puta, que eu pegava vários, que eu não respeitava ele, por isso que a gente nunca dava certo, porque vários guris tavam na minha volta porque sabiam que eu era fácil, porque eu fui fácil pra ele, não sei o quê [...]

(Grupo Focal 6, 24/11/2016)

Minayo (2011) denomina essa violência de “relacional” que envolve espalhar boatos ou revelar intimidades, principalmente de jovens mulheres, que passam a ser

consideradas “mal-faladas”. Essa expressão remete, segundo a autora a percepções que “consideram a continência sexual feminina como valor moral” (MINAYO, 2011, p. 116). A autora também identificou nos relatos a distinção entre “garotas para casar” e as que não seriam para isso e associou esse tipo de violência como auxílio na manutenção de relações hierárquicas e preconceituosas.

Como explica Bozon (2004) o ataque à reputação das jovens ocorre como uma espécie de sanção à vivência de experiências múltiplas e breves, o que não ocorre com os homens. Além disso, a violência que Minayo (2011) chama de relacional mostrou-se, em sua pesquisa, também vinculada à ideação suicida e violências auto-inflingidas.

Esse tipo de atribuição também foi relatada relacionada a transgredir as expectativas sobre a rua como espaço impróprio para mulheres:

Menino 1 - Se algum vizinho meu vê alguma vizinha minha saindo de noite muitas vezes seguidas, ele vai pensar: "ah, aquela ali tá indo dá, tá indo fazer isso, tá indo fazer aquilo", na própria cabeça dele ele já vai começar a criar um estereótipo...

Menino 2 - É meio automático, né...

Menino 1 - É... "ah, aquela ali é puta, aquela ali faz isso, aquela ali faz aquilo". E a pessoa nem sabe o que tu tá indo fazer, quem tu é [...]

Menino 2 - Ao contrário do que pensam do homem, por exemplo, um homem saindo de noite, a mulher olha na janela e o quê que ela pode pensar?

Menino 1 - Ela vai pensar "ah, tá indo trabalhar ou tá indo pra uma festa, tá indo sei lá, buscar a namorada, dar uma volta" [...] Agora se vê uma guria saindo de noite "ah, tá indo pro ponto dar a bunda, é puta".

Menino 2 - Por mais jeitosa que esteja em relação à roupa, eles vão pensar isso.

(Grupo Focal 8, 06/12/2016)

É a mesma coisa, tipo, eu se falar pra minha mãe: "mãe, vou sair agora e vou voltar tipo, sei lá, daqui dois dias eu volto", aí ela vai falar: "tá, te cuida". Agora, por exemplo, a minha irmã, ela é tipo, "meu Deus! Não pode". Tipo, tudo bem que ela é pequenininha, mas ela ia ter um surto psicótico, porque ela ia pensar: Meu Deus, vai ser estuprada! Meu Deus, vai acontecer isso! Meu Deus, vai acontecer aquilo! Então, acho que tem dois lados. Tem o lado da preocupação, porque geralmente a mulher corre mais risco, porque é muito difícil um cara ser estuprado, mas uma mulher, ela pode tá andando normalmente na rua e do nada pular um louco e agarrar ela. Então acho que tem os dois lados, tem o lado da preocupação e também tem o lado da

"ah não, tu não vai sair em tal festa porque depois tu vai ficar com fama de disso, vai ficar falada, não sei o quê". Tem os dois lados, tem o lado da preocupação e tem o lado do estereótipo que se tu faz isso tu vai ser uma garota que ninguém vai te querer, tu não vai casar, tu não vai construir a tua família, tu vai ficar falada.

(Menino, Grupo Focal 8, 06/12/2016)

Salem (2004), em pesquisa sobre representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular, mostra como as mulheres são até mesmo classificadas como as “mulheres da rua” ou “da vida” e “mulheres de casa”, se referindo às mulheres que, na percepção dos entrevistados, servem para encontros sexuais sem compromisso e as que servem para casar e constituir um relacionamento. O trecho abaixo exemplifica percepções sobre essa visão:

Menino 1 – Tu namoraria por exemplo, uma mina que todo mundo já pegou e já fez boquete pra todo mundo na escola? Tu andaria de mão dada com ela?

Menino 2 – Ah, depende, se eu namoraria tipo assim, sei lá. Se ela me fizesse feliz, me sentir bem, acho que sim, no caso. Mas não por... Mal vista, tá ligado?

Menino 1 – Tu não deixaria de ficar com ela pelo medo da opinião dos outros?

Menino 3 – Eu só ficaria com receio que ela fizesse comigo o que ela fez com os outros... Tipo... Trair...

Moderadora – Mas ele não falou em trair, né?

Menino 2 – É, ele falou em outra coisa (rindo)

Menino 3 – Ah, não, se a guria te faz feliz, é o que importa.

Menino 2 – Ah, porque a opinião dos outros é pros outros. A mina é pra mim.

Moderadora – Vocês acham que a maioria das pessoas pensaria assim?

Menino 4 – Não. Vagabunda, puta, e...

(Grupo Focal 2, 26/08/2016)

Outras falas separavam mulheres “para namorar” das “outras” e também foram referidos, algumas vezes, casos de meninas que engravidaram e suas imagens ficaram “manchadas”. Ficou bastante marcada essa violência contra jovens mulheres, significada como uma atribuição de destino vinculado a uma identidade,

também atribuída a elas. Opera-se uma cristalização do passado, que leva a essa atribuição.

É nesse sentido que podemos pensar a ideia de moratória na juventude, de forma desigual para homens e mulheres. O desvio no desempenho da sexualidade e do gênero, no caso das meninas, traz, pelo menos no discurso “preventivo”, uma ideia de fixidez de consequências mais forte.

É importante perceber como essas três formas violentas de atribuir identidades relatadas sempre entrelaçam, de alguma forma, gênero e sexualidade. Nas primeiras, ser homem ou mulher dentro do “normal”, se relaciona à heterossexualidade. Nas condenações das meninas, ser mulher “para casar” depende da forma como é vivida a sexualidade.

Essa significação da violência como atribuição, nas falas dos participantes, demonstrou ter uma dimensão ligada à vontade de diferenciação e separação, no sentido de demarcar linhas entre identidades. Essa percepção vai ao encontro do que explica Louro (2015) em relação ao papel da diferenciação e rotulagem na afirmação das identidades:

Ao classificar os sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina (LOURO, 2015, p. 16).

Um homem heterossexual, por exemplo, ao atribuir identidades que considera abjetas a um outro homem, busca afirmar a sua enquanto legítima, diferenciar-se do outro. Como explicou Foucault: “não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos. Mas isso não quer dizer que resulte da escolha ou da decisão de um sujeito, individualmente” (FOUCAULT, 2015, p.103). Ou seja, pensamos aqui que essas ações violentas miram nos desvios com o objetivo de diferenciar suas identidades da do outro. Mas isso só é possível dentro de uma rede de discursos e relações de poder que classificam as diferentes identidades de forma hierárquica e desigual.

Lembrando da contribuição de Britzman (1996): nenhum tipo de identidade sexual está acabada, nem a mais normativa e “normal”. Em outras palavras, as identidades são negociadas e construídas permanentemente, e uma das técnicas de

fazê-lo, vimos aqui, é através das violências que atribuem identidades e significados, operando rotulações e diferenciações hierárquicas. As diferenças, como nos apontou Lacqueur (2001) estão por toda a parte, cabe a nós compreender quais e como se sobressaem. No entanto, também vemos, como mostra Dubar (2005), que o processo identitário não é uma via de mão única, a rotulagem não é um ato definitivo e gera conflitos. As rotulações e atribuições ocorrem com base em discursos que classificam formas de viver os gêneros e as sexualidades como legítimas ou ilegítimas, mas encontram resistências a estes significados, dentro da construção das identidades.

5.5 Violências significadas como correção de identidades: “agredir uma pessoa para ela voltar a ser o que ela não é”.

A segunda forma de significar as violências que interpretamos nos relatos e discursos mobilizados nos grupos, diz respeito a atitudes que visam corrigir as identidades tidas como anormais, não naturais, ou desviantes das e dos jovens participantes. Essas violências foram referidas como vindas principalmente das famílias, em movimentos de tentar intervir e modificar comportamentos e identidades. Como veremos, novamente gênero e sexualidade se mostraram bastante misturados nos relatos.

Interpretamos essa forma de significar as violências como diretamente ligada à condição juvenil, uma vez que é difundida a compreensão da juventude, como vimos, como um período de moratória, de ensaio e erro. Como explica Dayrell (2003):

[...] nos deparamos no cotidiano com uma série de imagens a respeito da juventude que interferem na nossa maneira de compreender os jovens. Uma das mais arraigadas é a juventude vista na sua condição de transitoriedade, na qual o jovem é um “vir a ser”, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente. Sob essa perspectiva, há uma tendência de encarar a juventude na sua negatividade, o que ainda não chegou a ser, negando o presente vivido (DAYRELL, 2003, p. 40-41).

Essas violências corretivas buscam, portanto, anular as auto-representações, ou seja, vão diretamente contra as resistências que os jovens vivem, buscando inscrever neles outras identidades. Diferente das violências que atribuem

identidades e significados, rotulando e separando, estas buscam trazer para a “normalidade”.

Esta significação está ligada, portanto, à ideia de juventude enquanto transição para um modelo hegemônico de vida adulta. Ainda que pensemos a identidade sexual e de gênero como algo fluido e processual, que não se fixa em idade alguma, mas é construída ao longo da vida, essa ideia não é compartilhada pela sociedade em geral. Os processos pedagógicos e tecnologias que inscrevem significados nos corpos agem desde a infância, porém muitas expectativas de concretização das identidades estão depositadas na juventude, o que gera uma pressão social para que os jovens assumam estes papéis hegemônicos referentes às suas identidades de gênero e às suas sexualidades.

Essa significação da violência apareceu vinculada especialmente às jovens e aos jovens com orientações sexuais não heterossexuais ou que não desempenhava os papéis de gênero dentro do modelo hegemônico. Os trechos abaixo simbolizam esse sentido, falando do uso da violência física como tentativa de correção desses “desvios”:

Aquelas famílias bem conservadoras... E aí a criança vai nascer, vai crescer com aquilo na cabeça, vão induzir ela, falar que aquilo é errado, que não pode sair dessa linha, e aí a criança, tipo, às vezes até a criança vai, tipo “ai, eu acho que gosto.. eu to.. sabe tipo ela se sente assim.. eu acho que gosto mais de menino que de menina, ela cresce, vai se identificando, mas a família é muito muito conservadora e ela vai ficar oprimida. E muitas vezes... ã... já ouvi muita gente dizendo.. ã... principalmente o Bolsonaro, vou entrar com ele agora aqui. (um colega faz um comentário que não consegui entender, gera burburinho, o que pareceu é que Bolsonaro gera discussões frequentes entre a turma) E tipo... ele tinha dito assim: “eu prefiro ter um filho doente do que um filho gay, e ah... se eu tivesse um filho gay eu ia espancar ele até ele virar homem”. Sendo que eu achei muito errado isso. Tipo.. agredir uma pessoa pra ela voltar a ser o que ela não é, entendeu?

(Menina, Grupo Focal 5, 21/11/2016)

Eu conheço, por exemplo, um guri que apanhou porque ele tinha traços mais femininos sabe, ele gostava de brincar de boneca e tal. Mas, ele apanhava do pai, porque o pai não queria que ele fosse assim, queria que ele brincasse de carrinho e tal.

(Menino, Grupo Focal 3, 01/09/2016)

Em um dos grupos, esse tipo de violência física “corretiva”, foi trazido em relação a outros aspectos além da orientação sexual, como vemos no trecho abaixo:

Menina 1 - Às vezes os pais serem muito restritos também não ajuda, porque eu tenho uma amiga daqui da escola, que os pais dela, tipo, ela tem que se vestir bem menininha, ela não pode pintar o cabelo, ela não pode cortar, ela não podia nem ter amigos guris e acabou que ela vive por aí se esfregando com guria. Mas ela não diz ser lésbica porque se ela disser e os pais dela descobrirem, ela vai apanhar. Mas aí ela vive se agarrando com 500 porque não pode. Porque não deixavam ela falar com guri, nem nada do gênero, então... E eu acho que se isso for em casa, é bem mais complicado né, tem gente até que sai de casa, por causa disso.

Moderadora - Se o quê for em casa?

Menina 1 - Essa violência, se esse preconceito for em casa.

Menino 1 - Daí tem que esconder muito mais.

Menina 1 - É e um pai assim tipo, se não quiser mais o filho, acho que seria muito pior.

(Grupo Focal 3, 01/09/2016)

As violências significadas dessa maneira não foram apenas as físicas. Dentro desse sentido corretivo da violência, interpretamos outros relatos, em que ela se dá pelas palavras:

Menina 1 - Eu tô com a minha mãe no carro e geralmente passa um casal de gays com as mãos dadas, as mãos dadas, não fazendo mais nada, e a minha mãe, tipo... ela é muito preconceituosa. E aí, é capaz tipo... ela chega e fala assim: “ai, que horror fazer isso na rua, imagina se uma criança vê, não sei o quê, pra quê fazer isso?” e daí eu: “mãe, eles tão dando as mãos, não tão se agarrando no meio da rua que nem um casal que recém tinha passado e tava se pegando [...] se agarrando... e eles tavam só segurando as mãos e ela falando “que absurdo, não sei o quê”... E teve outro caso que eu tava indo a pé pro colégio e tinha um outro casal só que tinha uma criança no meio, devia ser filha deles, era bem pequenininha...e aí “ai, que horror, fazer isso na frente da criança”. Mas eles não tavam fazendo nada demais, só segurando as mãos. Isso é uma coisa que eu acho muito errada.

Menina 2 – Tá, mas a tua mãe sabe que tu não é... hetero?

Menina 1 – Sabe, mas ela não pode fazer nada contra. Até... tipo, ela não pode me matar, né?

Menina 2 – Como é que ela fala isso, sabendo que tem uma filha que é, né?

Menina 1 – Ela faz de propósito.

Menina 3 – O meu pai também é assim, tipo se ele vê gay na rua... ele, tipo, não vai ficar mexendo, entendeu? Mas ele não gosta. Se fosse eu, aparecer com uma namorada em casa, ele não ia aceitar. Se ele ver na rua, não vai ficar encarando...

Menina 1 – Sim, é sempre assim... Não sou a favor mas não vou ficar assim... Mas tipo, é tudo bem quando não é o filho da pessoa. Tipo ah, pode ficar o filho não é meu mesmo. Ou.. Deus fez o homem e a mulher, mas não vou fazer nada contra eles.

(Grupo Focal 5, 21/11/2016)

Relatos de jovens expulsos ou que tem de sair de casa por não terem a sua orientação sexual aceita, também apareceram e foram interpretados como parte dessa forma de significar as violências, assim como os casos em que “exclusão” foi usada como forma de descrever a não aceitação da família:

Menina 1 - Familiar exclui, sabe... tem aquele preconceito. Acho que a familiar (violência) tá entre as piores, sabe?

Menina 2 - Eu tenho uma amiga que a mãe dela chegou e falou bem assim: "eu aceito filha puta mas eu não aceito machorra". E ela é.

Menina 3 - A minha mãe fala, não sei se é brincadeira ou se fala por verdade, mas ela diz pra mim que ela não aceita uma filha lésbica.

Menina 4 - É aquela famosa frase: "eu respeito, mas..."

Menina 2 - "Mas filha minha não"

Menina 1 - "Eu respeito mas...". Então tu não respeita.

(Grupo Focal 1, 22/08/2016)

Menina 1 - A família, ela exclui. Os jovens agriDEM.

Menina 2 - Eu acho que o que dói mais mesmo, é excluir, porque vem da tua família, pessoas que tu não esperava aquilo mas vem. Bateram em ti, daqui uns dois, três meses tu tá nova de novo, mas a família não dá. A família dói.

(Grupo Focal 1, 22/08/2016)

Em outro grupo, um menino, mesmo dando a entender que a mãe aceita sua orientação sexual, explica essa visão de estar fora da heterossexualidade como uma fase a ser corrigida:

Menino 1 - A sociedade comum que é mais fechada vê como uma abominação, como uma coisa que não deveria acontecer, que isso tem que ser corrigido, que isso é só uma fase. Mas também existem pessoas que aceitam ou que não gostam mas que até que aceitam, que são como eu, que não gostam, quando eu digo que são como eu quero dizer que não cuidam da vida dos outros, eles podem fazer o que quiserem desde que não me afetem. Mas... (inaudível), já que aqui é um grupo fechado, eu consigo falar isso melhor... eu sou... ãhm... bissexual, mas...

Menina 1 – Eu também.

Menino 1 – O fulano (terceiro participante do grupo), não sei se ele sabia...

Menino 2 – Não.

Menino 1 – Só a minha mãe e pouca, muito pouca gente sabe disso, porque eu tenho certo medo de contar isso pras pessoas porque tenho medo de como elas vão reagir.

(Grupo Focal 4, 23/11/2017)

Outro trecho fala da não aceitação da família como “obrigando o jovem a não ser ele mesmo”:

Menino 1 - Eu tenho um amigo aqui da escola, que ele é homossexual e a família dele não aceita isso.

Menina 1 - Eu sei como é.

Menino 1 - E eu tenho outro que eu não conheço pessoalmente, que é um caso bem mais extremo, que o pai dele é pastor e ele é homossexual e o pai dele não sabia, mas recentemente, alguém foi até o pai dele e contou e eu não sei o que tá acontecendo com ele porque eu não tenho mais falado com ele, mas da última vez que eu vi, ele tinha postado um vídeo do pai dele fazendo um sermão e escrito uma legenda bem... meio que... como se não fosse ele falando, como se alguém mandou ele falar aquilo. Então eu acho que ele não tá passando por um momento muito bom, já que a família dele tá obrigando ele a não ser ele mesmo.

(Grupo Focal 4, 23/11/2016).

Em outro grupo, vemos também essa ideia de juventude como um período a ser tutelado, quando uma jovem diz que a filha poderia ficar com mulheres, desde que fosse “maior de idade”, “bem maior”:

Menino 1 - Acho que as mulheres são mais cabeça aberta pensando nisso, porque uma vez eu vi o meu sobrinho, ele tem 5 anos e aconteceu isso de ele querer uma boneca ou um brinquedo de homem e ele escolheu a boneca, brincar com a boneca. E aí, começaram a discutir, o meu irmão e a minha cunhada. A minha cunhada dizia "ah, se ele crescer e quiser ser gay, ele que seja, não vai mudar nada" e o meu irmão ficou meio assim com ele, porque não pode ser gay. Então acho que as mulheres são mais cabeça aberta pra isso.

Menina 1 - É que a mulher tem mais aquele instinto de mãe. No caso assim, uma mulher pensa assim: o importante é que ele seja feliz. Algumas né, no caso a minha mãe não, a minha mãe não é assim. [...] Eu no caso, assim ó, se ocorrer o acaso assim da minha filha, quando ela tiver maior de idade, se ela quiser namorar com meninas, eu vou ficar chateada. [...]

Menina 2 - Maior de idade?

Menina 1 - É maior.. maior, maior, maior, bem maior. Por exemplo, se ela falar "ah quero ficar com meninas", eu vou ficar chateada. Enfim, toda mãe fica chateada, só que eu vou falar, não, se tu quiser, vai. O importante, só quero que tu seja feliz.

Menino 1- Por que tu vai ficar chateada?

Menina 1 - Porque toda mãe fica, toda mãe sonha em ser avó [...]

Menina 2 - Não... Toda mãe... Não fala por todas. Se a minha filha disser ou meu filho disser ai eu gosto do mesmo sexo que o meu: "Filho, vai!" [...] "Não vou ficar chateada, vou ficar feliz porque ele sabe o que ele quer".

(Grupo Focal 6, 24/11/2016)

A mesma jovem, conta que a irmã demorou para ser aceita pela mãe, que enquanto pôde, “fez de tudo” para que ela fosse “mais homem”:

A minha mãe demorou pra ela aceitar a minha irmã, que a minha irmã ela assim, ela é gay, foi gay, travesti assim, desde berço né. Desde berço. E a minha mãe: "não, não porque eu não quero" e tipo, fazia de tudo pra minha irmã ser mais homem entendeu? só que depois que a minha irmã se rebelou, não tinha como mais segurar, a minha mãe ficou um tempo sem falar com a minha irmã. [...] Por esse fato, só que aí depois ela viu que não tinha mais jeito.

(Menina, Grupo Focal 6, 24/11/2016)

Essa ideia de “cura” dos gêneros e das sexualidades desviantes, muito difundida através de práticas médicas, psiquiátricas, psicológicas, sociais entre outras (EPSTEIN e JOHNSON, 2009; BENTO e PELÚCIO, 2012), esteve presente nas falas deste tipo. Nos trechos abaixo, vemos as falas trazidas em diferentes momentos do grupo focal, em que um jovem relata o caso da sua família e associa essas tentativas de correção à concepção destes desvios como doença:

O meu irmão mais novo, quando ele era.. ele nem é.. mas tipo todo mundo achava.. meu irmão mais velho já chegava a bater nele porque ele achou que só pelo jeito que ele era mais frágil ele achava que ia ser gay, meu irmão batia nele... eu achava isso injusto e tentava defender. E agora que o meu irmão tá vendo ele com uma guria ele tipo, meio que fica calado, era tudo questão de interpretação dele.

[...] O meu irmão mais velho batia no meu irmão mais novo por causa que ele tinha medo, tipo... ele tinha medo de começarem a ofender ele e ele fazia meio que por proteção, entendeu? Mas eu acho que ele realmente não gostava porque ah ficam falando... “ah, teu irmão é veadinho...”

[...] O meu irmão mais velho achava que o meu irmão mais novo era gay e ele não é [...] Tipo o meu avô, ele era militar, e ele tipo, ele abusava muito da minha mãe, batia nela. E achou que quando eu era mais novo eu ia me tornar, ele tinha esse medo e a minha mãe batia em mim. Eu falei não, é tudo questão de escolha minha, entendeu? ah não sei explicar, tipo... é

meio difícil, sempre quando eu falo (se emociona). É uma coisa meio estranha, as pessoas acham que é como uma doença.

(Menino, Grupo Focal 4, 23/11/2016)

Assim, pudemos perceber um objetivo de correção, de modificação de identidades, nessas violências. E interpretamos esse significado relacionado à condição de juventude, vista como um período de ensaio e erro, uma fase de transição, onde recaem sobre os jovens, expectativas sobre modelos de vida adulta hegemônicos, conforme vimos na reflexão sobre juventudes. Este é um tipo de violência considerado bastante grave pelos jovens, como vimos, por envolver quase sempre, nos relatos trazidos, a família como agente perpetradora.

Vimos, portanto, que as violências significadas como atribuição e correção funcionam como técnicas de inscrição de identidades e significados e como tentativa de correção de identidades desviantes dos modelos hegemônicos. Isso ocorre num contexto onde significar envolve uma relação de poder e resistência a todo tempo. Práticas micropolíticas identitárias resistem a significados que hierarquizam e normatizam formas de viver o gênero e a sexualidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, pensamos a construção das identidades como local de interlocução entre poderes e resistências e nesse processo conflituoso, a possibilidade tanto de fortalecimento das auto-representações e transformações sociais, quanto de violências que se apresentam como pedagogias e tecnologias de reprodução de discursos que reforçam e legitimam opressões e desigualdades. Essa perspectiva perpassou nosso marco teórico e também as percepções trazidas do campo. Em meio a este processo, buscamos compreender como as violências são significadas pelos jovens.

Nesse sentido, pensamos as identidades sexuais e de gênero como instáveis e demandando um trabalho permanente de contraste e diferenciação, a fim de forjar coerência e fixar modelos hegemônicos, em detrimento das muitas outras possibilidades reprimidas. Nossa interpretação é de que a violência assume papel de tecnologia de afirmação desse poder de nomear o que é construído como normal e como anormal, ou como natural e como não natural, em matéria de gêneros e sexualidades.

Na tensão entre as expectativas relacionadas aos modelos hegemônicos e a forma como as identidades de gênero e sexuais são vividas e percebidas pelos próprios sujeitos jovens, muitas reações são vistas por eles e elas como violentas. A questão que se colocou foi sobre como os jovens significam estas violências que perpassam seus cotidianos e assim, fazem parte da construção de suas identidades. Pudemos identificar que os jovens participantes dos grupos focais significam essas violências principalmente de duas formas: como um meio de atribuir identidades e como uma tentativa de corrigir identidades.

Como vimos, a primeira forma de significação, que diz respeito a atribuições e tentativas de fixação de identidades nos jovens, se relaciona intimamente à rotulação e diferenciação como necessárias para a afirmação de identidades hegemônicas. Além disso, os significados atribuídos estão carregados de valores homofóbicos e machistas, buscando reforçar hierarquias e desigualdades de gênero e de orientação sexual.

Reunimos sob esta tipologia, relatos e discursos sobre ocasiões em que alguém tenta atribuir a um jovem ou a uma jovem uma identidade com a qual ele ou ela não se identifica, ou com um significado diferente da que o próprio sujeito dá a sua forma de viver os gêneros e a sexualidade. Ou ainda, à tentativa de fixação de uma identidade vinculada a um destino, no caso das jovens “mal-faladas”.

A segunda forma de significação está ligada especialmente à condição de juventude, e à visão que a entende como uma transição, uma fase de ensaio e erro, onde formas desviantes de viver a sexualidade e o gênero devem ser corrigidas ou “curadas”. Os relatos sobre este tipo de sentido de violência tiveram como principais perpetradores os familiares das e dos jovens.

Através dessa tipologia, interpretamos os casos em que os jovens são “excluídos” ou agredidos física ou psicologicamente, e pensam essas violências como formas de tentar “mudar quem eles realmente são”. Enquanto a primeira age para diferenciar, atribuindo, a segunda age no intuito de corrigir, tentando modificar. Nas duas formas de significar a violência, os participantes relataram consequências graves para as vítimas e ficou bastante claro o forte entrelaçamento entre gênero e sexualidade nas expectativas e nas suas vivências.

Algumas questões foram tangenciadas e não puderam ser desenvolvidas neste trabalho. No começo da análise, expusemos que os jovens caracterizam o desencontro entre as expectativas sociais sobre a forma de viver seus gêneros e sexualidades e como eles fazem isso na prática, de forma conflitiva. Isso nos faz pensar na importância de estudar as identidades como forma de compreender as transformações sociais, como aponta Dubar (2005), porém no campo do gênero e da sexualidade. Nesse sentido, compreender essas fissuras e instabilidades no processo de construção identitária nos abre um campo de possibilidades para pensar as ligações entre instituições e sujeitos, entre redes, dispositivos e discursos e a forma como são incorporados ou subvertidos no cotidiano.

Como vimos, pensar a juventude de forma plural também envolve pensa-la pela ótica das sexualidades, dos gêneros e dos processos identitários que os constroem. Além disso, com a ajuda de autoras que pensam a juventude, discutimos o papel da sociologia em tomar o jovem não apenas como problema, mas como

sujeito de diversas potencialidades e movimentos que desestabilizam velhas estruturas e modelos de vida.

Num contexto de desvalorização e desmonte da pesquisa e da universidade pública, nos colocamos para pensar a importância e na função da pesquisa nas ciências sociais. Cada fala isolada talvez apenas nos remetesse a percepções cotidianas carregadas de estereótipos e conflitos, mas a análise do conjunto delas, apoiada no referencial teórico utilizado, nos ajuda a interpretar e compreender sentidos mais profundos de significação, bem como as redes onde se inserem esses sentidos. Foi por compreender desta forma a pesquisa sociológica, que apresentamos o posicionamento epistemológico, no início deste trabalho.

É importante ressaltar, em um contexto de disputas sobre gênero e sexualidade nas escolas, frente a várias tentativas de calar essa discussão, como é necessário pensa-la como parte de uma educação emancipadora. Neste sentido, pudemos perceber, ao fim de muitos dos grupos, na reação das e dos jovens que participaram, a importância de conversar sobre estes temas, principalmente ouvindo-os e dando espaço para que eles se ouvissem entre si. Alguns, que se mostravam resistentes antes de começar, terminavam os grupos demonstrando vontade de continuar falando. Outros perguntavam se voltaríamos a conversar. Assim, foi reforçada nossa percepção sobre a necessidade de educar sobre gênero e sexualidade na escola, construindo espaços para discussão de temas vividos cotidianamente por eles. Nesse sentido, para além da importância da pesquisa científica, pudemos perceber que houve momentos transformadores possibilitados apenas pela escuta do “outro”, nos grupos focais. Em grupos menores, porém aleatórios, sem a sala de aula completa, vários jovens compartilharam relatos e experiências sobre violência e foram escutados pelos pares.

Este trabalho, que buscou responder um problema, instalou muitas outras perguntas na pesquisadora. Para além do marcador juventude, é necessário pensar sobre essas violências a partir de outras condições que interferem na forma como os sujeitos jovens são vitimados por elas, especialmente raça/etnia e classe. Também acreditamos que fazer um recorte de gênero ou orientação sexual, possibilitaria

identificar e compreender de forma mais aprofundada a perspectiva das vítimas das violências.

Além disso, tendo em vista que estiveram presentes os relatos sobre a infância e sobre os conflitos com a família, fomos instigados a pensar outras questões: Como os processos pedagógicos sobre gênero e sexualidade vividos na infância são significados ou re-significados na juventude? Como os conflitos intergeracionais a respeito de gênero e sexualidade impactam os mais velhos? São processos pedagógicos para eles também? E ainda: como essas violências são vividas nos diferentes espaços: em casa, na rua, na escola e no trabalho, por exemplo? De que forma as resistências são vividas em cada espaço? Como a escola e outras políticas públicas agem nessas tensões?

Essas e outras são questões que devemos nos colocar, numa sociedade em que a violência relacionada às sexualidades e gêneros não fica circunscrita às agressões verbais e discriminações, e onde as há graves consequências psicológicas, mas também físicas, onde jovens perdem não só autoestima e qualidade de vida, mas muitas vezes, a vida em si mesma. Compreendemos que a sociologia pode e deve ajudar na maior compreensão sobre a forma como os jovens significam, vivem e resistem a discursos e violências no seu cotidiano, e assim, contribuir para transformar essa realidade.

7. REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

_____. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

ARÁN, Márcia. **Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea**. Estudos Feministas, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro/2003 pp. 399-422

BACHELARD, Gaston. "Introdução: Fenomenologia e materialidade". In: **O materialismo racional**. Lisboa: Edições 70, 1990, pp. 9-21.

_____. **Ensaio sobre o conhecimento aproximado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BENTO, Berenice, & PELÚCIO, Larissa. **Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas**. Revista Estudos Feministas, 20(2), 559-568, 2012.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BLAND, Lucy. **The domain of sexual: A response**. Screen Education 39 (1981): 56.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, P. et al. A ruptura. In: **A profissão de sociólogo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, pp. 23-44.

BRITZMAN, Deborah. **O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, Faculdade de Educação/UFRGS, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.

BOZON, Michel. **A nova normatividade das condutas sexuais ou a dificuldade de dar coerência às experiências íntimas**. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). Família e sexualidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Revista Estudos Feministas, CFH/CCE/UFSC, v. 21, n. 1, p. 241-242, 2013.

COSSI, Rafael Kalaf; DUNKER, Christian Ingo Lenz. **A Diferença Sexual de Butler a Lacan: Gênero, Espécie e Família**. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v. 33, e3344, 2017.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação, nº24, set-dez, 2003.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto, 1998.

DUBAR, Claude. **A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

EPSTEIN, Debbie; JOHNSON, Richard. **Jovens produzindo identidades sexuais**. Revista Brasileira de Educação, v.14, n.40, jan/abr 2009.

FACHINETTO, Rochele Fellini. **Quando eles as matam e quando elas os matam: uma análise dos julgamentos de homicídio pelo Tribunal do Júri**. Tese de Doutorado, UFRGS, 2012.

FLICK, Uwe. **Qualidade na Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009a.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009b.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **A história da sexualidade 1: A vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1988.

GROPPO, Luís Antonio. **"A Juventude como Categoria Social"**, Juventude: Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HARAWAY, Donna. **"Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra**. Cad. Pagu [online]. 2004, n.22, pp. 201-246.

KIMMEL, Michael S. **A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre: Instituto de Pós-Graduação de Antropologia Social da UFRGS, ano 4, n. 9, p. 103-117, 1998.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2001.

LAURETIS, Teresa de. **Através do Espelho: mulher, cinema e linguagem**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 96, jan. 1993.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LIMA, Marcos Antonio Martins; MARINELLI, Marcos. **A epistemologia de Gaston Bachelard: uma ruptura com as filosofias do imobilismo**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 45, n. 2, p. 393-406, jul. 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Sexualidades contemporâneas: políticas de identidade e de pós-identidade. In: UZIEL, Ana Paula; RIOS, Luís Felipe; PARKER, Richard (orgs.). **Construções da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de AIDS**. Rio de Janeiro: Pallas: Programa em Gênero e Sexualidade IMS/UERJ e ABIA, 2004.

_____. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MELO, Érica. **Feminismo: velhos e novos dilemas uma contribuição de Joan Scott**. Cad. Pagu [online]. 2008, n.31, pp. 553-564.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MIGNOLO, Walter. A razão pós-ocidental: crise do ocidentalismo e a emergência do pensamento liminar. In: **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, pp 133-180

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do 'ficar' entre jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

NASCIMENTO, Maria Lívia do; COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Juventude normatizada, moralizada e violentada: alguns modos de subjetivação contemporâneos. In: BOCAYUVA, Helena; NUNES, Sílvia Alexim (Org.). **Juventudes, subjetivações e violências**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

OROZCO, Londoño et al. **Enfoques dinámicas y retos en las prácticas sociales con y para jóvenes**. Bogotá: Ediciones Unisalle, 2009.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude: alguns contributos**. Análise Social, vol. XXV (105-106), 1990, pp. 139-165.

_____. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994.

PARKER, Richard. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PIMENTA, Melissa de Mattos. **Ser Jovem e Ser Adulto – Identidades, Representações, Trajetórias**. Tese de Doutorado, USP, 2007.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Juventude e violência. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz e AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

PORTO, 2009: **Brasília, uma cidade como as outras? Representações sociais e práticas de violência**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 3, p. 797-826, set./dez. 2009

PORTO, Maria Stela Grossi. **Sociologia da violência: do conceito às representações sociais**. Brasília: Verbana Editora, 2010.

PRECIADO, Beatriz. **Multidões queer: notas para uma política dos "anormais"**. Revista Estudos Feministas, 19(1), 2011, pp.11-20.

RIDGEWAY, Cecilia. **Framed before we know it: How gender shapes social relations**. Gender & Society 23 (2), 2009, pp. 145-60.

RUBIN, Gayle. **Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade**. Cadernos Pagu, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.

SALEM, Tania. "Homem... já viu, né?": representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Família e sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação & Realidade, v.20, n.º 2, julho/dezembro de 1995.

SEFFNER, Fernando. **Masculinidade bissexual e violência estrutural: tentativas de compreensão, modalidades de intervenção**, in: UZIEL, Ana Paula; RIOS, Luís Felipe; PARKER, Richard (orgs.). Construções da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de AIDS. Rio de Janeiro: Pallas: Programa em Gênero e Sexualidade IMS/UERJ e ABIA, 2004.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. “**O muro da escola e as práticas de violência**”, in: DA SILVA, Luiz Heron; AZEVEDO, José Clóvis (orgs). Reestruturação curricular: teoria e prática no cotidiano da escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VANCE, Carole S. **A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico**. Physis, Rio de Janeiro , v. 5, n. 1, p. 7-32, 1995.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In Guacira Louro (org.) **O corpo educado. Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

APÊNDICE 1

Prezada Diretora da Escola _____,

Venho por meio desta carta, apresentar a pesquisa que estou desenvolvendo acerca das relações de violência entre jovens no processo de construção de suas identidades e pedir autorização para realizá-la também junto a esta escola.

Como pesquisadora, eu, Maria Gabriela Andriotti, aluna do curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e integrante do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GPVC-UFRGS), da mesma Universidade, venho trabalhando questões relacionadas à violência e à juventude. A presente pesquisa busca compreender como os jovens significam as violências sofridas e praticadas, dentro das suas relações cotidianas, e como estas se relacionam com a construção de suas identidades sexuais e de gênero.

A Pesquisa, sob orientação do Prof. Dr. Alex Niche Teixeira, observa as questões éticas envolvidas no processo de pesquisa e busca produzir conhecimento qualificado, a fim de subsidiar políticas públicas e educacionais de prevenção à violência nas relações cotidianas entre jovens. O resultado da pesquisa pronta (respeitando o anonimato dos alunos e das escolas participantes) será compartilhada integralmente com as escolas, a fim de dividir o conhecimento e as ideias coletadas.

O campo de pesquisa será realizado através de Grupos Focais, divididos entre meninos e meninas, onde os jovens serão convidados a trocar ideias entre si e colocar suas visões acerca de seus processos de construção de identidade e de como vivenciam as dinâmicas de violências em suas relações cotidianas. O intuito da atividade é ouvir os jovens e buscar compreender suas perspectivas.

Desde já, agradeço a colaboração e me coloco à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas.

Porto Alegre, ____ de agosto de 2016.

Atenciosamente,

Maria Gabriela Costa Dias Andriotti
Mestranda em Sociologia pelo PPGS/UFRGS
Pesquisadora do GPVC/UFRGS

Prof. Dr. Alex Niche Teixeira
Prof. do Depto. de Sociologia da UFRGS
Prof. do PPGS/UFRGS

APÊNDICE 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO DE MENORES DE IDADE

Pesquisa sobre violências nas relações cotidianas dos jovens e a construção de suas identidades.

Pesquisadora Responsável: Maria Gabriela Andriotti (Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS e integrante do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania – UFRGS)

Prezada (o) responsável,

Gostaríamos de obter o seu consentimento para a participação como voluntário do aluno _____ na pesquisa tal que trata do tema "Violência nas relações cotidianas entre jovens e processo de produções de suas identidades".

Este estudo busca compreender como os jovens significam as violências sofridas e praticadas, dentro das suas relações cotidianas, e como estas se relacionam com a construção de suas identidades sexuais e de gênero. Esperamos que o resultado da pesquisa possa subsidiar políticas públicas e educacionais de prevenção à violência nas relações cotidianas entre jovens.

A forma de colaboração consiste em participar de um grupo focal, ou seja, uma roda de conversa, onde os alunos serão convidados a falar de seus pontos de vista e percepções sobre o tema. O nome dos participantes não será utilizado em nenhuma fase da pesquisa o que garante o total anonimato na atividade.

Gostaríamos de deixar claro que a participação é voluntária, não será cobrado ou pago qualquer valor aos participantes e que os mesmos poderão deixar de participar ou retirar este consentimento a qualquer momento.

Desde já, agradecemos a colaboração e nos colocamos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas pelos contatos abaixo.

Eu, _____ (nome do responsável), portador do RG nº: _____, confirmo que a pesquisadora Maria Gabriela Andriotti explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como a forma de participação. Eu li e compreendi este Termo e concordo em dar meu consentimento para o menor _____ participar como voluntário desta pesquisa.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do responsável

Maria Gabriela Andriotti
mariagabrielaandriotti@gmail.com
(51)9931-2197

APÊNDICE 3

Roteiro para realização dos grupos focais

- Apresentação: apresentação das pesquisadoras, de onde somos, o que fazemos, objetivos da pesquisa (compreender como as violências são significadas e fazem parte da construção das nossas identidades), sigilo quanto ao nome dos participantes.

- Explicar como funciona o grupo focal: roda de conversa para escutar o que eles pensam sobre o tema. Não tem certo e errado, é para escutar as opiniões deles.

- Pedir licença para gravar: explicar que mais ninguém vai ouvir, que a gravação servirá para lembrar o que foi dito mais tarde, impossível anotar tudo.

Perguntas norteadoras:

1 – Quebra-gelo: rodada de apresentação (nome, idade, série)

2 – O que vocês acham que as pessoas esperam que seja "normal" de uma guria? (comportamentos, ações esperados pela família, escola, amigos)

3 - O que vocês acham que as pessoas esperam que seja "normal" de um guri? (comportamentos, ações esperados pela família, escola, amigos)

4 – Como vocês acham que as pessoas reagem quando uma guria ou um guri quebra estas expectativas?

5 – Vocês consideram algumas dessas reações violências?

6 – Quais violências vocês acham que os jovens sofrem relacionadas a estas expectativas?

7 – O que vocês acham que acontece com quem sofre e com quem pratica estas violências?